

## EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2023, DE 20 DE JUNHO DE 2023

### CONCURSO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA - MG, em conformidade com os preceitos constitucionais da Administração Pública, em consonância com as disposições do artigo 37, inciso II, da Constituição Federal de 1988, da Lei Orgânica do Município, da Lei Complementar Municipal nº 040, de 05 de outubro de 1992, Leis Municipais nºs 11.966 e 11.967, ambas de 29 de setembro de 2014, Lei Municipal nº 13.818, de 11 de agosto de 2022 e suas alterações, bem como nas demais leis municipais vigentes, estabelece as normas para a realização de Concurso Público destinado ao provimento de cargos públicos efetivos e à formação de cadastro de reserva.

#### 1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Concurso será regido por este Edital, por seus anexos, avisos, atos complementares e eventuais retificações, sendo sua execução de responsabilidade da Fundep.

1.2. O Concurso de que trata este Edital visa ao provimento de cargos do Quadro de Servidores da Prefeitura Municipal de Uberlândia, conforme as vagas estabelecidas e distribuídas na **Tabela I do item 3.11** deste Edital.

1.3. O Concurso de que trata este Edital será composto pelas seguintes etapas:

a) **Prova Objetiva** de múltipla escolha, de caráter eliminatório e classificatório para todos os cargos de níveis Fundamental, Médio, Médio Técnico e Superior.

b) **Prova de Redação** de caráter eliminatório e classificatório, para os seguintes cargos:

- Nível superior: Analista Cultural - Música, Professor de Ensino Religioso, Professor de Ciências da Natureza, Professor de Educação Física, Professor de Geografia, Professor de Educação Infantil e 1º ao 5º ano, e Professor de Atendimento Educacional Especializado.

c) **Prova Prática** de caráter eliminatório para os seguintes cargos:

- Nível Fundamental: Oficial de Manutenção (Pedreiro).
- Nível Médio: Músico Instrumentista (Fagote, Clarinete, Oboé, Sax, Trombone, Trompa Bb/F, Trompete, Tuba Bb/Eb) e Iluminador.
- Nível Superior: Intérprete Educacional e Professor de Libras.

d) **Teste de Aptidão Física** de caráter eliminatório e para os seguintes cargos:

- Nível Fundamental: Agente de Cozinha e Serviços Operacionais, Almojarife e Agente de Apoio Operacional.
- Nível Médio: Agente de Combate a Endemias.

e) **Prova de Títulos** de caráter classificatório para os seguintes cargos:

- Nível Superior: todos os cargos de Nível Superior.

1.4. A legislação e as alterações em dispositivos legais e normativos, com entrada em vigor após a data de publicação deste Edital, não serão objeto de avaliação nas provas deste Concurso.

1.5. Este Concurso terá validade de 2 (dois) anos, a contar da data da publicação de sua homologação, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da Prefeitura Municipal de Uberlândia.

1.6. Toda menção a horário neste Edital terá como referência o horário oficial da cidade de Brasília-DF.

1.7. A Prefeitura Municipal de Uberlândia e a Fundep não se responsabilizam, quando os motivos de ordem técnica não lhe forem imputáveis, por inscrições ou recursos não recebidos por falhas de comunicação; eventuais equívocos provocados por operadores das instituições bancárias, assim como no processamento do boleto bancário; congestionamento das linhas de comunicação; falhas de impressão; problemas de ordem técnica nos computadores utilizados pelos candidatos, bem como por outros fatores alheios que impossibilitem a transferência de dados e impressão do boleto bancário ou da 2ª (segunda) via do boleto bancário.

1.8. O Edital completo deste Concurso poderá ser retirado pelo candidato, por *download* do arquivo, nos endereços eletrônicos: [www.uberlandia.mg.gov.br](http://www.uberlandia.mg.gov.br) e [www.gestaodeconcursos.com.br](http://www.gestaodeconcursos.com.br).

## 2. DAS ESPECIFICAÇÕES DO CARGO

2.1. A escolaridade mínima exigida para ingresso nos cargos é discriminada no **Anexo IV** deste Edital.

2.2. A comprovação da escolaridade mínima exigida será feita por meio de documentos comprobatórios devidamente registrados e legalmente reconhecidos, expedidos por instituições de ensino credenciadas no CEE ou no MEC, conforme relacionados nas alíneas “s” e “t” do subitem 14.4 deste Edital.

2.3. Caso o candidato ainda não esteja de posse do diploma, esse documento poderá ser substituído provisoriamente por certidão de conclusão de curso acompanhada de histórico escolar, emitida por instituição de ensino credenciada.

2.4. Respeitadas as jornadas especiais e as previstas neste Edital, os servidores públicos da Administração Direta cumprirão jornada de trabalho de 30 (trinta) horas semanais, em turnos contínuos de 6 (seis) horas diárias, que poderão ser flexibilizados.

2.4.1. Para o cargo de Agente de Combate a Endemias, observar-se-á a jornada de 40 (quarenta) horas semanais, em turno de 8 (oito) horas diárias, conforme disposto na Lei Municipal nº 13818, de 11 de agosto de 2022.

2.4.1.1 Para os cargos de Intérprete Educacional e Profissional de Apoio Escolar, observar-se-á a jornada de 25 (vinte e cinco) horas semanais, para os demais cargos de Professor a jornada será de 20 (vinte) horas semanais, conforme disposto na Lei Municipal nº 11.967 de 29 de setembro de 2014.

2.4.1.2 No cumprimento da jornada prevista nos itens 2.4 e 2.4.1, serão observados os critérios de necessidade, conveniência, oportunidade e disponibilidade orçamentária da Administração Pública, respeitando o direito às folgas, os limites constitucionais, a duração máxima de 40 (quarenta) horas semanais e o limite máximo de 8 (oito) horas diárias.

2.4.2. As jornadas de trabalho dos servidores públicos da Administração Direta poderão ser flexibilizadas quanto aos intervalos, aos horários e aos dias da semana, de acordo com as exigências do cargo ou do serviço, a critério da Administração.

2.4.3. Poderão ser criadas jornadas especiais e em regime de escala, de acordo com a exigência do trabalho, em caráter permanente ou temporário.

2.4.4. As horas não cumpridas ou excedentes, em regime de escala, serão complementadas ou compensadas na semana subsequente. As horas não compensadas na semana seguinte deverão compor o banco de horas do servidor conforme regulamento.

2.4.5. A Administração Pública municipal poderá oferecer, atendendo a critérios específicos estabelecidos em regulamento próprio, a jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, respeitando-se, em todo o caso, a proporcionalidade quanto à remuneração dos servidores.

2.5. Para os cargos de Professor de Ensino Religioso, Professor de Libras, Intérprete Educacional, Professor de Ciências da Natureza, Professor de Educação Física, Professor de Geografia, Professor de Educação Infantil e 1º ao 5º ano e Professor de Atendimento Educacional Especializado, o horário de trabalho será de acordo com a necessidade da Prefeitura Municipal de Uberlândia.

2.6. O vencimento inicial dos cargos encontra-se discriminado no **Anexo IV** deste Edital.

2.7. Os candidatos nomeados estarão submetidos às normas, condutas, direitos e deveres estabelecidos na Lei Orgânica do Município de Uberlândia, Lei Complementar Municipal nº 03, de 11 de janeiro de 1991, Lei Complementar Municipal nº 040, de 05 de outubro de 1992, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Uberlândia, e Planos de Carreiras instituídos pelas Leis Municipais nº 11.966 e nº 11.967, ambas de 29 de setembro de 2014, e suas alterações, Lei Municipal nº 13.818, de 11 de agosto de 2022 e as demais legislações municipais vigentes.

2.8. Os candidatos nomeados e empossados estarão subordinados ao Regime Próprio de Previdência Social (Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Uberlândia – IPREMU).

2.9. As atribuições gerais dos cargos constam no **Anexo IV** deste Edital.

### 3. DAS VAGAS

3.1. Este Concurso oferta um total de 653 (seiscentos e cinquenta e três) vagas efetivas mais cadastro de reserva, conforme **Tabela I do item 3.11**, deste Edital.

3.2. O candidato amparado pelo artigo 37, inciso VIII, da Constituição da República Federativa do Brasil, Lei Federal nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, e regulamentada pelo Decreto Federal nº 3298, de 20 de dezembro de 1999, poderá concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência. Do total de vagas para cada cargo na forma da **Tabela I do item 3.11**, e as vagas que vierem a ser providas durante o prazo de validade do Concurso Público, serão 10% (dez por cento) reservadas aos candidatos com deficiência, conforme o disposto no artigo 1º da Lei Municipal nº 5286, de 16 de julho de 1991.

3.3. Ao número de vagas estabelecido na **Tabela I do item 3.11** deste Edital, poderão ser acrescentadas novas vagas autorizadas dentro do prazo de validade do Concurso.

3.3.1. Somente haverá vagas imediatas destinadas a candidatos com deficiência para os cargos com vagas ofertadas em número igual ou superior a 5 (cinco). Ou seja, para cargos com menos de 5 (cinco) vagas ofertadas, o candidato classificado figurará na lista de pessoas com deficiência na situação de cadastro reserva para eventuais vagas que vierem a surgir durante o prazo de validade do Concurso.

3.3.2. As reservas de vagas para pessoas com deficiência serão de acordo com o definido no artigo 2º da Lei Federal nº 13.146, de 06 de julho de 2015, e pelo artigo 4º do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, com as alterações introduzidas pelo Decreto Federal nº 5296, de 02 de dezembro de 2004, e a Lei nº 14.126, de 22 de março de 2021, observada a exigência de compatibilidade entre a deficiência e as atribuições do cargo.

3.4. Somente serão consideradas pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no artigo 4º do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, alterado pelo Decreto Federal nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004, e a Lei nº 14.126, de 22 de março de 2021.

3.4.1 Os candidatos que se declararem pessoas com deficiência deverão se submeter à avaliação promovida por equipe multiprofissional designada pela Prefeitura Municipal de Uberlândia, que verificará sobre a qualificação como pessoa com deficiência ou não, bem como a compatibilidade entre as atribuições do cargo e a deficiência apresentada, nos termos do artigo 5º do Decreto Federal nº 9.508, de 24 de setembro de 2018, e do artigo 4º do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, e alterações.

3.5. Caso a aplicação do percentual resulte em número fracionado, arredondar-se-á a fração igual ou superior a 0,5 (cinco décimos) para o número inteiro subsequente e a fração inferior a 0,5 (cinco décimos) para o número inteiro anterior.

3.6. O candidato inscrito na condição de pessoa com deficiência participará deste Concurso em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere aos testes de aptidão física, às Provas Práticas, ao

conteúdo, ao horário, ao local de aplicação das provas e à nota mínima de aprovação exigida para todos os candidatos.

3.7. O candidato inscrito na condição de pessoa com deficiência, se aprovado e classificado neste Concurso, além de figurar na lista de classificação da ampla concorrência, terá sua classificação em listagem exclusiva dos candidatos nessa condição.

3.8. As vagas reservadas serão providas por candidato com deficiência aprovado, nomeado e submetido à avaliação da equipe multiprofissional e à perícia médica, observada a distribuição de vagas constante da **Tabela I do item 3.11** deste Edital e a ordem de classificação do candidato nessa concorrência.

3.9. A ordem de convocação dos candidatos com deficiência dar-se-á da seguinte forma: a 1ª vaga a ser destinada à pessoa com deficiência será a 5ª vaga, a 2ª vaga será 11ª vaga, a 3ª vaga será 21ª vaga, a 4ª vaga será 31ª vaga, e assim sucessivamente.

3.10. Após a investidura do candidato com deficiência, esta deficiência não poderá ser arguida para justificar a concessão de aposentadoria nem de reabilitação, visto que deve ser compatível com o exercício do cargo, salvo as hipóteses excepcionais de agravamento imprevisível da deficiência, que impossibilitem a permanência do servidor em atividade.

### 3.11. Tabela I – Quadro de vagas, distribuição das vagas e etapas do concurso.

Tabela I – Quadro de vagas efetivas + Cadastro reserva (CR)/distribuição das vagas/tipo de prova						
Cargos de Nível Fundamental						
Código	Cargo	Quantitativo Geral de Vagas	Vagas de Ampla Concorrência	Vagas reservadas a pessoas com deficiência	Vagas reservadas aos Negros	Tipo de prova
200	Agente de Cozinha e Serviços Operacionais	50 + CR	35	5	10	Prova Objetiva Teste Físico
201	Oficial de Manutenção - Pedreiro	2 + CR	2	-	-	Prova Objetiva Prova Prática
202	Almoxarife	2 + CR	2	-	-	Prova Objetiva Teste Físico
203	Agente de Apoio Operacional	5 + CR	3	1	1	Prova Objetiva Teste Físico
Cargos de Nível Médio						
Código	Cargo	Quantitativo Geral de Vagas	Vagas de Ampla Concorrência	Vagas reservadas a pessoas com deficiência	Vagas reservadas aos Negros	Tipo de prova
300	Fiscal de Patrimônio	2 + CR	2	-	-	Prova Objetiva
301	Fiscal de Posturas	5 + CR	3	1	1	Prova Objetiva
302	Músico Instrumentista - Clarinete	1 + CR	1	-	-	Prova Objetiva Prova Prática
303	Músico Instrumentista - Oboé	1 + CR	1	-	-	Prova Objetiva Prova Prática
304	Músico Instrumentista - Fagote	1 + CR	1	-	-	Prova Objetiva Prova Prática
305	Músico Instrumentista - Sax	1 + CR	1	-	-	Prova Objetiva Prova Prática
306	Músico Instrumentista - Trombone	1 + CR	1	-	-	Prova Objetiva Prova Prática
307	Músico Instrumentista - Trompa Bb/F	1 + CR	1	-	-	Prova Objetiva Prova Prática
308	Músico Instrumentista - Trompete	1 + CR	1	-	-	Prova Objetiva Prova Prática

Código	Cargo	Quantitativo Geral de Vagas	Vagas de Ampla Concorrência	Vagas reservadas a pessoas com deficiência	Vagas reservadas aos Negros	Tipo de prova
309	Músico Instrumentista - Tuba Bb/Eb	1 + CR	1	-	-	Prova Objetiva Prova Prática
310	Iluminador	1 + CR	1	-	-	Prova Objetiva Prova Prática
311	Agente de Combate a Endemias	20 + CR	14	2	4	Prova Objetiva Teste Físico
<b>Cargos de Médio Técnico</b>						
Código	Cargo	Quantitativo Geral de Vagas	Vagas de Ampla Concorrência	Vagas reservadas a pessoas com deficiência	Vagas reservadas aos Negros	Tipo de prova
312	Profissional de Apoio Escolar	500 + CR	350	50	100	Prova Objetiva
313	Fiscal de Meio Ambiente	5 + CR	3	1	1	Prova Objetiva
314	Técnico em Segurança do Trabalho	1 + CR	1	-	-	Prova Objetiva
315	Topógrafo	1 + CR	1	-	-	Prova Objetiva
<b>Cargos de Nível Superior</b>						
Código	Cargo	Quantitativo Geral de Vagas	Vagas de Ampla Concorrência	Vagas reservadas a pessoas com deficiência	Vagas reservadas aos Negros	Tipo de prova
400	Intérprete Educacional	12 + CR	9	1	2	Prova objetiva Prova Prática Prova de Títulos
401	Professor de Ensino Religioso	30 + CR	21	3	6	Prova objetiva Prova Redação Prova de Títulos
402	Professor de Libras	4 + CR	3	-	1	Prova objetiva Prova Prática Prova de Títulos
403	Professor de Atendimento Educacional Especializado	4 + CR	3	-	1	Prova objetiva Prova Redação Prova de Títulos
404	Analista Cultural - Música	1 + CR	1	-	-	Prova objetiva Prova Redação Prova de Títulos
405	Professor de Ciências da Natureza	CR*	CR	-	-	Prova objetiva Prova Redação Prova de Títulos
406	Professor de Educação Física	CR*	CR	-	-	Prova objetiva Prova Redação Prova de Títulos
407	Professor de Geografia	CR*	CR	-	-	Prova objetiva Prova Redação Prova de Títulos
408	Professor de Educação Infantil e 1º ao 5º ano	CR*	CR	-	-	Prova objetiva Prova Redação Prova de Títulos

3.11.1 Para os cargos efetivos assinalados (CR\*), justifica-se a adoção do regime de cadastro de reserva, no aproveitamento da realização do presente certame, sem previsão expressa de vaga, em face à existência de situação excepcional, baseada no planejamento administrativo, na demanda e na expectativa de surgimento de novas vagas dentro de seu prazo de validade, considerando a insuficiência de candidatos remanescentes classificados no concurso público Edital nº 01/2019. Desta forma, as nomeações dos candidatos aprovados no cadastro de reserva serão efetivadas após o exaurimento da lista de aprovados no concurso público Edital nº 01/2019.

### **3.12. Das vagas para negro (pretos e pardos)**

3.12.1. Em conformidade ao disposto na Lei Municipal nº 12.300, de 20 de novembro de 2015, e dos termos dispostos neste Edital e em seus anexos, ficam reservadas 20% (vinte por cento) das vagas aos negros, conforme **Tabela I do item 3.11.**

3.12.1.1. Considerando o mencionado no item 3.12.1, não cabe a reserva de vaga efetiva destinada a negros (pretos e pardos) nos cargos que oferecerem um quantitativo inferior a 3 (três) vagas.

3.12.1.2. Se, durante o período de validade deste Concurso, forem liberadas novas vagas, cujo quantitativo atinja 3 (três) ou mais vagas para cada um dos cargos deste Edital, será aplicado o percentual de 20% (vinte por cento) do total das vagas para candidatos negros.

3.12.2. Caso o número de vagas reservadas aos negros (pretos e pardos) resultem em fração, arredondar-se-á para o número inteiro imediatamente superior, em caso de fração igual ou maior a 0,5 (zero vírgula cinco) ou para número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5 (zero vírgula cinco) obedecendo ao disposto no artigo 1º, § 2º, da Lei Municipal nº 12.300, de 20 de novembro de 2015.

3.12.3. Às pessoas que se autodeclararem negros (pretos e pardos), conforme o quesito cor ou raça utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é assegurado o direito de inscrição às vagas reservadas a que se refere o item 3.12.1 deste Edital.

3.12.4. A autodeclaração terá validade somente para viabilizar a participação precária como beneficiário de vagas reservadas, e somente para este Concurso Público, não podendo ser estendida a outros certames.

3.12.5. Presumir-se-ão verdadeiras, até o procedimento de verificação, as informações prestadas pelo candidato no ato da inscrição do certame, sem prejuízo da apuração das responsabilidades administrativa, civil e penal na hipótese de constatação de declaração falsa.

3.12.6. A inscrição para as vagas reservadas a que se refere o item 3.12.1 deste Edital dar-se-á de acordo com o estabelecido no item 5 ou, se for o caso, no item 5.4, ambos deste Edital, devendo o candidato, ainda, ao preencher a “Ficha Eletrônica de Inscrição” ou a “Ficha Eletrônica de Isenção”, proceder da seguinte forma:

- a) declarar que é pessoa negra (preta ou parda);
- b) declarar que se submeterá à avaliação perante a Comissão de Verificação da autodeclaração;
- c) manifestar interesse em concorrer às vagas reservadas às pessoas negras (pretos e pardos);
- d) confirmar os dados informados.

3.12.7. O candidato negro (pretos e pardos) que não preencher, na “Ficha Eletrônica de Inscrição” ou na “Ficha Eletrônica de Isenção”, o campo específico sobre o interesse em concorrer às vagas reservadas às pessoas negras (pretos e pardos) e não cumprir o determinado neste Edital quanto às vagas reservadas terá a sua inscrição processada apenas como candidato de ampla concorrência e não poderá alegar posteriormente a condição de negro para reivindicar a prerrogativa legal.

3.12.8. O não preenchimento do campo específico sobre o interesse em concorrer às vagas reservadas às pessoas negras (pretos e pardos), cujo preenchimento é de responsabilidade pessoal do candidato, será considerado como opção em concorrer às vagas de ampla concorrência.

3.12.9. O não cumprimento do especificado no item 3.12.6 implicará o indeferimento do pedido de inscrição no sistema de reserva de vaga, passando o candidato automaticamente a concorrer às vagas de ampla concorrência, desde que preenchidos os outros requisitos previstos no Edital.

3.12.10. Além das vagas reservadas a negros (pretos e pardos), os candidatos negros poderão optar também por concorrerem às vagas reservadas às pessoas com deficiência, se atenderem a essa condição, de acordo com a sua classificação no concurso.

3.12.11. O candidato negro (pretos e pardos) deficiente, que também desejar concorrer às vagas reservadas para as pessoas com deficiência, deverá, no prazo de inscrição estabelecido no item 5.2.2 deste Edital, atender às exigências do item 6 deste edital.

3.12.12. Os candidatos aprovados e que obtiverem as melhores notas e que tiverem se autodeclarado negros (pretos e pardos) serão convocados para confirmar tal opção, conforme estabelecido no **Anexo III**, mediante a assinatura de declaração nesse sentido, perante a Comissão de Verificação, que avaliará o candidato com base no fenótipo.

3.12.13. A avaliação perante a Comissão de Verificação da autodeclaração ocorrerá a qualquer momento, mediante convocação específica, que será disponibilizada, por *download* do arquivo, nos endereços eletrônicos: [www.uberlandia.mg.gov.br](http://www.uberlandia.mg.gov.br) e [www.gestaodeconcursos.com.br](http://www.gestaodeconcursos.com.br), e seu extrato de aviso de publicação será veiculado no Diário Oficial do Município.

3.12.13.1. A avaliação de verificação da autodeclaração prevista no item 3.12.13 ocorrerá em duas fases; preliminarmente, serão chamados os cargos que contêm somente a etapa de Prova Objetiva, posteriormente serão chamados os demais cargos conforme **Tabela I do item 3.11**; ambas as fases serão realizadas mediante convocação específica.

3.12.14. O candidato não será considerado enquadrado na condição de negro (pretos e pardos) quando:

a) não comparecer à entrevista junto à Comissão de Verificação;

b) não assinar a autodeclaração;

c) por maioria, os integrantes da Comissão de Verificação considerarem que não atendeu à condição de pessoa negros (pretos e pardos);

d) que no ato da inscrição ou isenção não manifestar o interesse em concorrer à reserva de vagas de negros (pretos e pardos).

3.12.15. Para o candidato não enquadrado na condição de negro (pretos e pardos), será disponibilizado individualmente, na área do candidato, por meio de comunicado, a decisão fundamentada da Comissão de Verificação.

3.12.16. As inscrições deferidas dos candidatos que forem considerados enquadrados na condição de negro (pretos e pardos) serão disponibilizadas, por *download* do arquivo, nos endereços eletrônicos: [www.uberlandia.mg.gov.br](http://www.uberlandia.mg.gov.br) e [www.gestaodeconcursos.com.br](http://www.gestaodeconcursos.com.br), e seu extrato de aviso de publicação será veiculado no Diário Oficial do Município.

3.12.16.1. Indeferido o recurso contra a concorrência na reserva de vagas destinada a negros (pretos e pardos), o candidato passará a integrar a lista da ampla concorrência somente se atingir os critérios de aprovação e, quando for o caso, a nota de corte da referida lista; nos casos em que não for alcançada a nota de corte de ampla concorrência, será eliminado do certame.

3.12.17. A fundamentação objetiva da decisão de que trata o subitem 3.12.15, que concluir pelo não enquadramento do candidato na condição de negro (pretos e pardos), estará disponível para consulta no endereço eletrônico [www.gestaodeconcursos.com.br](http://www.gestaodeconcursos.com.br), podendo ser acessado mediante utilização de senha pessoal, a partir da publicação a que se refere o subitem 3.12.16 deste Edital.

3.12.18. O candidato cujo enquadramento na condição de negro (pretos e pardos) for indeferido poderá interpor recurso no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da publicação da lista preliminar de inscrições deferidas, por meio de formulário eletrônico que será disponibilizado no site [www.gestaodeconcursos.com.br](http://www.gestaodeconcursos.com.br).

3.12.19. Após o resultado da fase recursal, será eliminado da concorrência às vagas reservadas para negros (pretos e pardos) o candidato cujo enquadramento na condição for indeferido, continuando na ampla concorrência.

3.12.20. A Organizadora do Concurso (Fundep) designará a Comissão de Verificação da autodeclaração, cujos membros serão distribuídos por gênero e cor e será composta por até cinco integrantes.

3.12.21. Os candidatos negros (pretos e pardos) concorrerão concomitantemente às vagas a eles reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no Concurso.

3.12.22. Os candidatos negros (pretos e pardos) aprovados dentro do número de vagas oferecidas à ampla concorrência, em todas as etapas do Concurso, não serão computados para efeito do preenchimento das vagas reservadas a candidatos negros, mas figurarão na lista dos cotistas, observada a ordem de classificação.

3.12.23. Os candidatos negros aprovados para as vagas a eles destinadas e às reservadas às pessoas com deficiência, convocados concomitantemente para o provimento dos cargos, deverão manifestar opção por uma delas.

3.12.24. Na hipótese de que trata o subitem 3.12.23, caso os candidatos não se manifestem previamente, serão nomeados dentro das vagas destinadas aos negros.

3.12.25. Em caso de desistência de candidato negro (pretos e pardos) aprovado em vaga reservada, a vaga será preenchida pelo candidato negro (pretos e pardos) posteriormente classificado.

3.12.26. Na hipótese de não haver candidatos negros (pretos e pardos) aprovados em número suficiente para que sejam ocupadas as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência e serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados, observada a ordem de classificação no Concurso.

3.12.27. Os candidatos negros (pretos e pardos) participarão do Concurso em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere aos testes de aptidão física, às Provas Práticas, ao conteúdo, ao horário, ao local de aplicação das provas e à nota mínima de aprovação exigida para todos os candidatos.

3.12.28. Os candidatos habilitados na lista de candidatos negros (pretos e pardos) serão convocados para fins de admissão da seguinte forma: a 1ª vaga será a 3ª vaga aberta, a 2ª vaga será a 8ª vaga aberta, a 3ª vaga será a 13ª vaga aberta, e assim sucessivamente a cada intervalo de 5 (cinco) vagas providas.

3.12.29. O procedimento de verificação será filmado para fins de registro de avaliação, e tais filmagens serão de uso exclusivo da Prefeitura Municipal de Uberlândia. Serão eliminados da relação desta reserva de vagas os candidatos que se recusarem a assinar o termo de autorização da filmagem e / ou que se retirarem do procedimento de verificação sem autorização.

#### **4. DOS REQUISITOS PARA A INVESTIDURA NOS CARGOS**

4.1. O candidato aprovado e nomeado neste Concurso será investido no cargo, se comprovar na data da posse:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou cidadão português em condição de igualdade de direitos com os brasileiros; no caso de ser português, comprovar a condição de igualdade e gozo dos direitos políticos na forma do artigo 12, § 1º da Constituição da República.

b) Gozar dos direitos políticos.

c) Estar quite com as obrigações eleitorais.

d) Estar quite com as obrigações do Serviço Militar, quando se tratar de candidato do sexo masculino.

e) Ter 18 (dezoito) anos completos até a data de posse.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, a ser aferida em perícia médica oficial, realizada pelo serviço médico oficial da Prefeitura do Município de Uberlândia, ou, em sua falta, de quem este indicar.

g) Não ter sido demitido a bem do serviço público nos últimos 5 (cinco) anos, nas hipóteses previstas na legislação vigente. Esta situação será considerada nos casos nos quais já se tenha a decisão final de um eventual processo, nos que tiverem em tramitação, o candidato poderá assumir a vaga normalmente.

h) Comprovar os requisitos exigidos para ingresso nos cargos, nos termos do **Anexo IV** deste Edital.

4.2. O candidato que, na data da posse, não reunir os requisitos enumerados no subitem 4.1 deste Edital, ou que por qualquer motivo não puder comprová-los, perderá o direito à posse no cargo para o qual for nomeado.

## 5. DAS INSCRIÇÕES

### 5.1. Disposições gerais

5.1.1. As inscrições serão efetuadas exclusivamente nas formas descritas neste Edital.

5.1.1.1. Em conformidade com a Lei Municipal nº 12.691, de 17 de maio de 2017, fica assegurada a possibilidade de uso do "nome social e codinome" à pessoa que tenha esta identificação informal no âmbito da Administração Pública municipal.

5.1.1.2. Para inclusão do nome social, o candidato deverá informar no requerimento de inscrição ou isenção, no campo destinado à pessoa que tenha esta identificação. Nos casos em que o candidato já tiver cadastro na Fundep, deverá obrigatoriamente atualizar os dados antes de preencher o requerimento de inscrição ou isenção.

5.1.1.3. Após a confirmação da inscrição ou isenção, não será aceita solicitação de inclusão do nome social e codinome.

5.1.2. Antes de efetuar a inscrição e/ou o pagamento do valor de inscrição, o candidato deverá tomar conhecimento do disposto neste Edital e em seus anexos e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos.

5.1.3. A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

5.1.4. Não haverá, sob qualquer pretexto, inscrição provisória, condicional ou extemporânea.

5.1.5. Não será admitida, sob qualquer pretexto, inscrição feita por fax, via postal, correio eletrônico ou outro meio que não os estabelecidos neste Edital.

5.1.6. A Ficha Eletrônica de Isenção, o Requerimento Eletrônico de Inscrição e o valor pago referente à inscrição são pessoais e intransferíveis.

5.1.7. O pagamento do valor de inscrição, por si só, não confere ao candidato o direito de submeter-se às etapas deste Concurso Público.

5.1.8. O candidato poderá se inscrever em até 2 (dois) cargos, desde que seja respeitado o turno de realização da Prova.

- Turno: Matutino (Nível Médio e Médio Técnico).
- Turno: Vespertino (Nível Fundamental e Superior).

5.1.8.1. O candidato somente poderá concorrer a mais de um cargo desde que observada a situação prevista no item 5.1.8, ficando vedada a inscrição para mais de um cargo de um mesmo turno de aplicação.

5.1.9. Depois de confirmados e transmitidos os dados cadastrados pelo candidato na Ficha Eletrônica de Isenção ou no Requerimento Eletrônico de Inscrição, não serão aceitos:

a) Alteração no cargo / área de conhecimento indicado pelo candidato na Ficha Eletrônica de Isenção ou no Requerimento Eletrônico de Inscrição.

b) Transferências de inscrições ou da isenção do valor de inscrição entre pessoas.

c) Transferências de pagamentos de inscrição entre pessoas.

d) Alteração da inscrição / isenção do concorrente na condição de candidato da ampla concorrência para a de condição de pessoa com deficiência ou de reserva para negros (pretos e pardos).

5.1.10. A não comprovação do pagamento do valor de inscrição ou o pagamento efetuado em quantia inferior determinará o cancelamento automático da inscrição.

5.1.11. As informações constantes na Ficha Eletrônica de Isenção ou no Requerimento Eletrônico de Inscrição são de inteira responsabilidade do candidato, eximindo-se a Prefeitura Municipal de Uberlândia e a Fundep de quaisquer atos ou fatos decorrentes de informações incorretas, dados pessoais, endereço inexato ou incompleto ou código incorreto referente ao cargo / área de conhecimento pretendido, fornecidos pelo candidato.

5.1.11.1. Declarações falsas ou inexatas constantes do Formulário Eletrônico de Inscrição determinarão o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos dela decorrentes, em qualquer época, sem prejuízo das sanções penais, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

5.1.12. Não se exigirá do candidato cópia de nenhum documento, no ato do preenchimento do Requerimento Eletrônico de Inscrição ou da Ficha Eletrônica de Isenção, sendo de sua exclusiva responsabilidade a veracidade dos dados informados, salvo no item 5.4.3 e seus subitens.

5.1.13. No ato da inscrição, o candidato deverá indicar, em campo próprio, a opção pelo cargo ao qual concorrerá, podendo se inscrever para mais de um cargo, observando o turno, conforme o previsto no item 9.1.2.1, e a data da realização das provas conforme previsto no item 9.1.2.

5.1.14. O candidato inscrito por terceiros assume total responsabilidade pelas informações prestadas por seu representante, arcando com as consequências de eventuais erros no preenchimento do formulário de inscrição.

## 5.2. Procedimentos para inscrição e formas de pagamento

5.2.1. O valor a ser pago a título de inscrição é o seguinte:

- Cargos de Nível Fundamental: R\$ 60,00 (sessenta reais).
- Cargos de Nível Médio e Médio Técnico: R\$ 70,00 (setenta reais).
- Cargos de Nível Superior: R\$ 100,00 (cem reais).

5.2.2. As inscrições deverão ser efetuadas via internet, das 9 (nove) horas do dia **21 de agosto de 2023** às 17 (dezessete) horas do dia **19 de setembro de 2023**.

5.2.3. Para se inscrever, o candidato deverá acessar o endereço eletrônico [www.gestaodeconcursos.com.br](http://www.gestaodeconcursos.com.br) das 9 (nove) horas do dia **21 de agosto de 2023** às 17 (dezessete) horas do dia **19 de setembro de 2023**, por meio do *link* correspondente às inscrições do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Uberlândia – Edital Nº 01/2023, e efetuar sua inscrição conforme os procedimentos estabelecidos a seguir:

a) ler atentamente o Edital disponível no endereço eletrônico [www.gestaodeconcursos.com.br](http://www.gestaodeconcursos.com.br);

b) preencher o Requerimento Eletrônico de Inscrição, indicando a opção do cargo / área de conhecimento para o qual concorrerá de acordo com a **Tabela I do item 3.11** deste Edital, confirmar os dados cadastrados e transmiti-los pela internet;

c) gerar e imprimir o boleto bancário para pagamento do valor de inscrição correspondente;

d) efetuar o pagamento da importância referente à inscrição expressa no subitem 5.2.1 deste Edital, até às 17 (dezessete) horas do dia **20 de setembro de 2023**, observando o horário de expediente bancário.

5.2.4. O boleto bancário a que se refere o subitem 5.2.3, alínea “c”, será emitido em nome do requerente e deverá ser impresso em impressora a *laser* ou a jato de tinta para possibilitar a correta impressão e leitura dos dados e do código de barras e ser pago até às **17 (dezessete) horas do dia 20 de setembro de 2023**.

5.2.5. O candidato, para efetivar sua inscrição, deverá efetuar o pagamento do valor da inscrição impresso no boleto bancário, nas agências da Caixa Econômica Federal, loterias, salas de autoatendimento e *internet banking*, observados os horários de atendimento e das transações financeiras da instituição bancária, conforme subitem 5.2.3, alínea “d”.

5.2.6. Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias na localidade em que se encontra, o candidato deverá antecipar o pagamento, considerando o 1º dia útil que anteceder o feriado.

5.2.7. A segunda via do boleto bancário somente estará disponível na internet para impressão até às 17 (dezessete) horas do dia de vencimento do boleto determinado na alínea “d” do item 5.2.3 deste Edital, ficando indisponível após às 17 (dezessete) horas do último dia de pagamento.

5.2.8. A impressão do boleto bancário ou da segunda via do mesmo em outro tipo de impressora é de exclusiva responsabilidade do candidato, eximindo-se a Prefeitura Municipal de Uberlândia e a Fundep de eventuais dificuldades na leitura do código de barras e consequente impossibilidade de efetivação da inscrição.

5.2.9. A inscrição somente será processada e validada após a confirmação à Fundep do pagamento do valor de inscrição concernente ao candidato, sendo automaticamente cancelado o Requerimento Eletrônico de Inscrição em que o pagamento não for comprovado ou que for pago a menor.

5.2.10. Serão tornadas sem efeito as solicitações de inscrição cujos pagamentos forem efetuados após a data estabelecida no subitem 5.2.3, alínea “d”, deste Edital.

5.2.11. Não será aceito pagamento do valor de inscrição por depósito em caixa eletrônico, transferência ou depósito em conta corrente, DOC, cheque, cartão de crédito ou ordens de pagamento.

5.2.12. O comprovante provisório de inscrição do candidato será o boleto original, devidamente quitado, sem rasuras, emendas e outros, em que conste a data da efetivação do pagamento feito até o dia 20 de setembro de 2023.

5.2.13. Considera-se efetivada a inscrição do candidato que realizar o pagamento exato do valor de inscrição até a data prevista no subitem 5.2.3, alínea “d”, nos termos do presente Edital, bem como as inscrições deferidas através dos pedidos de isenção do pagamento do valor de inscrição.

5.2.14. Havendo mais de uma inscrição paga ou isenta que estiver em desacordo com o item 5.1.8, independentemente da área de conhecimento escolhida, prevalecerá a inscrição para a qual o candidato comparecer para realizar a Prova. Nas demais isenções ou inscrições realizadas, o candidato será considerado ausente. Não haverá possibilidade de cancelamento das inscrições, e nem responsabilidade da Prefeitura Municipal de Uberlândia ou da Fundep pela devolução de valores referentes às inscrições realizadas, salvos os casos previstos no item 5.3.

5.2.15. O boleto bancário quitado será o comprovante de requerimento de inscrição do candidato neste Concurso Público. O boleto deverá estar autenticado ou acompanhado do respectivo comprovante do pagamento realizado até a data limite do vencimento, não sendo considerado para tal o simples agendamento de pagamento, uma vez que ele pode não ser processado ante a eventual insuficiência de fundos ou outras situações que não permitam o pagamento efetivo do valor da inscrição.

5.2.16. As inscrições deferidas serão disponibilizadas, por *download* do arquivo, nos endereços eletrônicos: [www.uberlandia.mg.gov.br](http://www.uberlandia.mg.gov.br) e [www.gestaodeconcursos.com.br](http://www.gestaodeconcursos.com.br), e seu extrato de aviso de publicação será veiculado no Diário Oficial do Município.

5.2.17. Nos casos em que o candidato tiver sua inscrição indeferida, poderá se manifestar formalmente por meio de recurso administrativo previsto no subitem 11.1, alínea “b”, deste Edital.

### **5.3. Da devolução do valor de inscrição**

5.3.1. O valor de inscrição será devolvido ao candidato em casos de suspensão e cancelamento de cargos ou do Concurso Público, adiamento que acarrete alteração da data da Prova Objetiva, nos casos de duplicidade ou extemporaneidade do pagamento do valor da inscrição ou situações inesperadas que impossibilitem a realização da Prova na data prevista.

5.3.2. A devolução do valor de inscrição prevista no subitem 5.3.1 deverá ser requerida por meio de solicitação disponibilizado via *link* no endereço eletrônico [www.gestaodeconcursos.com.br](http://www.gestaodeconcursos.com.br), em até 5 (cinco) dias úteis após a data de publicação do ato que ensejou o cancelamento, suspensão ou a não realização do certame, por meio de requerimento de restituição do valor da inscrição.

5.3.2.1. A solicitação de devolução do valor de inscrição ficará disponível durante o prazo de 20 (vinte) dias úteis, contados a partir da disponibilização do referido formulário.

5.3.3. Para obter a devolução, o candidato deverá informar nome e número do banco, nome e número da agência com dígito e número da conta-corrente com dígito, bem como o nome completo e o CPF do titular da conta; em nenhuma hipótese, será realizada devolução do valor da inscrição em conta de terceiros.

5.3.4. A devolução do valor de inscrição será processada em até 20 (vinte) dias úteis após findado o prazo previsto no subitem 5.3.2 por meio de depósito bancário na conta bancária indicada na solicitação, nos casos em que todos os dados encaminhados estiverem corretos.

5.3.5. É de inteira responsabilidade do candidato a informação correta e completa de todos os dados requeridos para a eventual devolução do valor de inscrição, não se podendo atribuir à Prefeitura Municipal de Uberlândia e à Fundep a responsabilidade pela impossibilidade de devolução caso os dados sejam insuficientes ou incorretos.

5.3.6. Será devolvido ao candidato o valor de inscrição pago em duplicidade ou fora do prazo ou com valor em desconformidade com o do valor de inscrição, mediante o preenchimento da solicitação de restituição do valor da inscrição e comprovação da extemporaneidade ou da duplicidade do pagamento para o mesmo boleto.

5.3.6.1. Nos casos elencados no subitem 5.3.6, o candidato arcará com os custos bancários do boleto para o processamento da devolução.

5.3.6.2. No caso previsto no subitem 5.3.6 deste Edital, o candidato deverá requerer a restituição do valor de inscrição em até 5 (cinco) dias úteis após a publicação da lista definitiva das inscrições, por meio do *link*, e encaminhar a documentação comprobatória da duplicidade e extemporaneidade do pagamento, via *e-mail* [concursos@fundep.com.br](mailto:concursos@fundep.com.br).

5.3.6.3. Para devolução de valor prevista no subitem 5.3.6 deste Edital, a solicitação e a documentação deverão ser realizadas conforme previsto no item 5.3.8.2, a tempestividade será comprovada eletronicamente considerando a data de solicitação e envio dos documentos.

5.3.6.4. Para devolução de valor prevista no subitem 5.3.6 deste Edital, o candidato também deverá confirmar e/ou informar no *link* de solicitação da restituição os seguintes dados:

- a) Nome completo, número da identidade e número de sua inscrição no Concurso.
- b) Nome e número do banco, nome e número da agência com dígito, número da conta-corrente e CPF do titular da conta.
- c) Número de telefones, com código de área e *e-mail* para eventual contato.

5.3.7. A devolução do valor de inscrição pago em duplicidade ou fora do prazo ou com quantia em desconformidade com o valor de inscrição estará sujeita à análise do requerimento e documentos comprobatórios e consequente aprovação da Fundep.

5.3.8. O candidato que não requerer a restituição do valor de inscrição no prazo e nas formas estabelecidas no subitem 5.3 deste Edital não poderá requerê-la posteriormente.

#### **5.4. Da isenção do pagamento do valor de inscrição**

5.4.1. O candidato que, em razão de limitações de ordem financeira, não puder arcar com o pagamento do valor de inscrição, sob pena de comprometimento do sustento próprio e de sua família, poderá requerer isenção do pagamento do valor de inscrição exclusivamente no período entre **9h do dia 21 de agosto de 2023 e 23h59 do dia 23 de agosto de 2023**.

5.4.2. O requerimento de isenção do pagamento do valor de inscrição estará disponível para preenchimento no endereço eletrônico [www.gestaodeconcursos.com.br](http://www.gestaodeconcursos.com.br) no período constante do item 5.4.1 deste Edital.

5.4.3. Para requerer a isenção do pagamento do valor de inscrição, o candidato deverá comprovar uma destas condições:

5.4.3.1. A condição de desempregado ou de não ter condições de arcar com o pagamento, caracterizadas pelas seguintes situações:

- a) Não possuir vínculo empregatício vigente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS).
- b) Não possuir vínculo estatutário vigente com o poder público nos âmbitos municipal, estadual ou federal.
- c) Não possuir contrato de prestação de serviços vigente com o poder público nos âmbitos municipal, estadual ou federal.
- d) Não exercer atividade legalmente reconhecida como autônoma.
- e) Não ter condições financeiras e arcar com o pagamento.

5.4.3.1.1. Para comprovar a situação prevista na alínea “a” do item 5.4.3.1 deste Edital, o candidato deverá:

- apresentar documento de Cadastro Geral de Empregados e Desempregados emitido pelo Ministério do Trabalho (CAGED); e
- declaração conforme modelo do **Anexo VI**.

5.4.3.1.2. Para comprovar as situações previstas nas alíneas “b”, “c”, “d” e “e” do item 5.4.3.1 deste Edital, o candidato deverá apresentar declaração, datada e assinada, na qual informará que não possui vínculo estatutário com o poder público nos âmbitos municipal, estadual ou federal, quando for o caso; ou informar que não possui contrato de prestação de serviços vigente com o poder público nos âmbitos municipal, estadual, federal ou informar não auferir qualquer tipo de renda proveniente de atividade legalmente reconhecida como autônoma ou informar que, em função da condição financeira, não poderá arcar com o pagamento da taxa de inscrição, sem que comprometa o sustento próprio e da família, conforme modelo do **Anexo VI** deste Edital.

5.4.3.1.3 A condição de membro de família de baixa renda, nos termos da Lei Federal nº 13.656, de 30 de abril de 2018, será caracterizada pela seguinte situação:

5.4.3.1.3.1. Para comprovar a situação prevista no item 5.4.3.1.3 deste Edital, o candidato deverá apresentar declaração legível, datada e assinada, na qual informará ser membro de família de baixa renda, nos termos da Lei Federal nº 13.656, de 30 de abril de 2018, conforme modelo do **Anexo VI** deste Edital.

5.4.3.2. A condição de hipossuficiência econômica financeira, caracterizada pelo registro de inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, de que trata o Decreto Federal nº 11.016, de 29 de março de 2022.

5.4.3.2.1. Para comprovar a situação prevista no item 5.4.3.2 deste Edital, o candidato deverá estar inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico e indicar seu Número de Identificação Social (NIS) **válido**, atribuído pelo CadÚnico, no requerimento de isenção quando de seu preenchimento. Para esta situação, não será necessário submeter documentos para a Fundep, bastando informar na solicitação o Número de Identificação Social (NIS).

5.4.3.2.2. A Fundep consultará o órgão gestor do CadÚnico do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, que fornecerá a situação do Número de Identificação Social (NIS) e caracterizará ou não a isenção do candidato.

5.4.3.3. A condição de doador de medula óssea e doador regular de sangue, conforme previsto na Lei Municipal nº 13.080, de 11 de abril de 2019, caracteriza-se da seguinte forma:

5.4.3.3.1. Doadores de Medula Óssea: encaminhar o comprovante da inscrição e o documento expedido pela entidade coletora, na forma estabelecida no item 5.4.4.1. A isenção só será válida para doadores de medula óssea que estejam cadastrados em entidades reconhecidas pelo Ministério da Saúde, mediante apresentação de documento expedido pelo Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea (RDEOME).

5.4.3.3.2. Doadores de Sangue: encaminhar o comprovante da inscrição e o documento expedido pela entidade coletora, na forma estabelecida no item 5.4.4.1. A isenção só será válida para aqueles que tenham realizado doação pelo menos duas vezes no período de 12 (doze) meses anteriores à data de publicação do Edital 01/2023.

5.4.4. Para requerer a isenção do pagamento do valor de inscrição, o candidato deverá obedecer aos seguintes procedimentos:

a) Preencher a solicitação de isenção através do endereço eletrônico [www.gestaodeconcursos.com.br](http://www.gestaodeconcursos.com.br), indicando uma das condições abaixo.

b) **Em caso de hipossuficiência econômico-financeira**, caracterizada pelo registro de inscrição no CadÚnico, bastará informar o Número de Identificação Social – NIS na solicitação de isenção. Para esta situação, não será necessário submeter documentos para a Fundep, bastará informar no Número de Identificação Social (NIS).

c) **Em caso de desemprego ou comprovação de não ter condições financeiras nem arcar com o pagamento sem comprometer o sustento próprio e da família**, anexar ao comprovante de solicitação de isenção a documentação exigida para comprovação da condição informada, nos termos estabelecidos no item 5.4.3.1 deste Edital e seus subitens, e encaminhar na forma estabelecida no item 5.4.4.1.

d) **Em caso de doadores de medula óssea ou doador regular de sangue**, deverá encaminhar o comprovante da inscrição e o documento expedido pelas entidades coletoras, nos termos estabelecidos no item 5.4.3.3 e seus subitens, na forma estabelecida no item 5.4.4.1.

e) **Em caso de membro de família de baixa renda**, deverá apresentar declaração legível, datada e assinada, na qual informará ser membro de família de baixa renda, nos termos da Lei Federal nº 13.656, de 30 de abril de 2018, na forma estabelecida no item 5.4.4.1.

5.4.4.1. Os documentos previstos no item 5.4.4 e seus subitens deverão ser digitalizados em um único arquivo de extensão PDF e submetido via *upload* na “Área do Candidato”, no *link* específico, observando o tamanho limite de 5 (cinco) *megabytes* e respeitando o prazo previsto.

5.4.4.2. A submissão da documentação via *upload* deverá permitir a perfeita condição para análise, não podendo estar ilegível, dobrado, amassado, incompleto, cortado ou com qualidade que impossibilite a avaliação. Não podendo a Prefeitura Municipal de Uberlândia e a Fundep serem responsabilizadas, sob qualquer alegação por parte do candidato, por eventuais situações que impossibilitem a avaliação dos documentos.

5.4.4.3. Não será aceita apresentação dos documentos que trata o item 5.4.4: via eletrônica em *link* que não seja o específico da solicitação de isenção, postagem nos correios, entrega presencial, *e-mail* ou outro meio que não seja o estabelecido neste Edital.

5.4.5. No requerimento de isenção do pagamento do valor de inscrição, o candidato deverá firmar declaração de que é desempregado, não se encontra em gozo de nenhum benefício previdenciário de prestação continuada, não auferir nenhum tipo de renda – exceto a proveniente de seguro-desemprego, se for o caso – e que sua situação econômico-financeira não lhe permite pagar o referido valor sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família, respondendo civil e criminalmente pelo inteiro teor de sua declaração.

5.4.6. As informações prestadas no requerimento eletrônico de isenção serão de inteira responsabilidade do candidato, que responderá civil e criminalmente pelo teor das afirmativas.

5.4.7. Não será concedida isenção do pagamento do valor de inscrição ao candidato que:

a) Deixar de efetuar o requerimento de isenção pela internet.

b) Omitir informações e / ou torná-las inverídicas.

c) Fraudar e / ou falsificar documento.

d) Pleitear a isenção, sem apresentar os documentos previstos no item 5.4.3 deste Edital e seus subitens.

e) Não informar o Número de Identificação Social (NIS) corretamente ou informá-lo nas situações inválido, excluído, com renda fora do perfil, desatualizado, não cadastrado ou de outra pessoa ou não informá-lo.

f) Não observar prazos para submissão via *upload* dos documentos.

- g) Não apresentar documento expedido pela entidade coletora de sangue comprovando a doação.
- h) Não apresentar documento expedido pela entidade coletora da medula óssea.
- i) Preencher as informações de forma incorretamente.
- j) Ao candidato que preencher o requerimento de inscrição ao invés do requerimento de isenção, conforme determinado no item 5.4.4, alínea “a”, não será concedida a isenção por descumprimento das normas previstas no Edital.
- l) O candidato que emitir o boleto e efetivar o pagamento antes da análise prevista no item 5.4.14.

5.4.8. Cada candidato deverá encaminhar individualmente sua documentação, sendo vedado o envio de documentos de mais de um candidato no mesmo arquivo PDF.

5.4.9. As informações prestadas no requerimento de isenção do pagamento do valor de inscrição e nas declarações firmadas nos itens 5.4.3 e seus subitens deste Edital serão de inteira responsabilidade do candidato.

5.4.10. A declaração falsa de dados para fins de isenção do pagamento do valor de inscrição determinará o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos dela decorrentes, em qualquer época, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis pelo teor das afirmativas, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

5.4.11. Não será aceita solicitação de isenção do pagamento de valor de inscrição via fax, correio eletrônico ou qualquer outra forma que não seja prevista neste Edital.

5.4.12. A comprovação da tempestividade do requerimento de isenção do pagamento do valor de inscrição será feita pelo registro da data de submissão dos documentos no site.

5.4.13. O pedido de isenção do pagamento do valor de inscrição que não atender a quaisquer das exigências determinadas neste Edital será indeferido, assegurado ao candidato o direito de recurso previsto no item 11.1, alínea “a”, deste Edital.

5.4.14. A apuração do resultado da análise do requerimento de isenção do pagamento do valor de inscrição em que constarão a listagem dos candidatos por nome em ordem alfabética, número de inscrição e a informação sobre deferimento ou indeferimento, será disponibilizada, por *download* do arquivo, nos endereços eletrônicos: [www.uberlandia.mg.gov.br](http://www.uberlandia.mg.gov.br) e [www.gestaodeconcursos.com.br](http://www.gestaodeconcursos.com.br), e seu extrato de aviso de publicação será veiculado no Diário Oficial do Município

5.4.15. O candidato que tiver sua solicitação de isenção deferida terá sua inscrição efetivada automaticamente no concurso e deverá consultar e conferir o seu Comprovante Definitivo de Inscrição (CDI), em conformidade com o item 8 e subitens deste Edital.

5.4.16. Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção do pagamento do valor de inscrição indeferidos e que mantiverem interesse em participar do certame deverão efetuar sua inscrição acessando o *link* de impressão da 2ª (segunda) via do boleto bancário, imprimindo-a e efetuando o pagamento do valor de inscrição, conforme disposto no item 5.2.3 e subitens.

5.4.17. Caberá recurso contra o indeferimento do pedido de isenção do pagamento do valor de inscrição, conforme o item 11.1, alínea “a”, deste Edital.

5.4.18. Constatada a irregularidade da inscrição, a inclusão do candidato como isento será automaticamente cancelada, considerados nulos todos os atos dela decorrentes, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

## **6. DA INSCRIÇÃO DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

6.1. O candidato que estiver amparado pelo artigo 37, inciso VIII, da Constituição Federal, pela Lei Federal nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, e regulamentada pelo Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e suas alterações, Lei Municipal nº 5.286, de 16 de julho de 1991, poderá concorrer às vagas reservadas na condição de pessoa com deficiência.

6.1.1. Para fins de reserva de vagas conforme previsto, serão consideradas pessoas com deficiência para fins de inscrição no presente Concurso Público aquelas que se enquadrarem nas categorias definidas no Decreto Federal nº 3.298/1999, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 5.296/2004, e as abrangidas pelas Leis Federais nº 12.764/2012, nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e nº 14.126/2021 (visão monocular), assim definidas:

a) **Deficiência física:** alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho das funções.

b) **Deficiência auditiva:** perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibel (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500 Hz, 1.000 Hz, 2.000 Hz e 3.000 Hz.

c) **Deficiência visual:** cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,5 no melhor olho, com a melhor correção óptica; casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°, ou ocorrência simultânea de quaisquer condições anteriores. Visão monocular.

d) **Deficiência mental:** funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos 18 (dezoito) anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação, cuidado pessoal, habilidades sociais; utilização dos recursos da comunidade; saúde e segurança; habilidades acadêmicas; lazer e trabalho.

e) **Deficiência múltipla:** associação de duas ou mais deficiências.

6.2. Às pessoas com deficiência, que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela legislação, é assegurado o direito de inscrição para a reserva de vagas em Concurso Público, nos termos do subitem 3.2 deste Edital, devendo ser observada a compatibilidade das atribuições do cargo com a deficiência apresentada.

6.2.1. Considerando o mencionado no item 3.2, não cabe a reserva de vaga efetiva destinada a pessoa com deficiência, nos cargos que oferecerem um quantitativo inferior a 5 (cinco) vagas.

6.2.2. Se, durante o período de validade deste Concurso, forem liberadas novas vagas, cujo quantitativo atinja 5 (cinco) ou mais vagas para cada um dos cargos deste Edital, será aplicado o percentual de 10% (dez por cento) do total das vagas para candidatos com deficiência, artigo 37, inciso VIII, da Constituição da República Federal do Brasil, Lei Federal nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, e regulamentada pelo Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, poderá concorrer às vagas reservadas as pessoas com deficiência.

6.3. As deficiências dos candidatos, admitida a correção por equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais, devem permitir o desempenho adequado das atribuições especificadas para o cargo.

6.3.1. Os candidatos inscritos na condição de pessoa com deficiência para os cargos que possuem Prova Prática ou Teste de Aptidão Física, deverão observar, no regulamento das respectivas provas, a compatibilidade da deficiência com a atividade avaliativa.

6.4. No ato da inscrição, o candidato com deficiência deverá declarar que está ciente das atribuições do cargo para o qual pretende se inscrever e que, no caso de vir a exercê-lo, estará sujeito à avaliação pelo desempenho dessas atribuições.

6.5. O candidato com deficiência, se aprovado e classificado neste Concurso Público, além de figurar na lista de classificação da ampla concorrência, terá seu nome constante da lista específica de pessoas com deficiência.

6.6. Na falta de candidatos aprovados no concurso, após divulgação do resultado final, para as vagas reservadas às pessoas com deficiência, estas serão preenchidas pelos demais concursados da ampla concorrência, observada a ordem de classificação.

6.7. O candidato com deficiência, durante o preenchimento do Formulário Eletrônico de Inscrição ou Isenção, além de observar os procedimentos descritos no item 5 deste Edital, deverá:

- a) informar ser pessoa com deficiência;
- b) selecionar o tipo de deficiência;
- c) especificar a deficiência;
- d) informar se necessita de condições especiais para realização das provas e indicá-las, nos termos do § 1º do artigo 40 do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, e suas alterações;
- e) manifestar interesse em concorrer às vagas destinadas às pessoas com deficiência.

6.8. O candidato com deficiência que não preencher os campos específicos do Formulário Eletrônico de Inscrição ou Isenção e não cumprir o determinado neste Edital terá a sua inscrição processada como candidato de ampla concorrência e não poderá alegar posteriormente essa condição para reivindicar a prerrogativa legal.

6.9. Para solicitar inscrição na reserva de vagas, o candidato com deficiência deverá encaminhar, durante o período de inscrição, o Laudo Médico original expedido no prazo máximo de até 12 (doze) meses da data do término das inscrições, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência.

6.10. O Laudo Médico deverá conter todas as informações necessárias que permitam caracterizar a deficiência nas categorias discriminadas no artigo 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999 e na Lei nº 14.126, de 22 de março de 2021.

6.11. O Laudo Médico deverá ser digitalizado em um único arquivo de extensão PDF e submetido via *upload* na “Área do Candidato” no *link* específico, observando o tamanho limite de 5 (cinco) *megabytes* e respeitando o prazo previsto no item 6.9.

6.12. A Prefeitura Municipal de Uberlândia e a Fundep não se responsabilizam sob qualquer alegação por parte do candidato, por eventuais situações que impossibilitem a submissão do Laudo Médico.

6.13. O candidato com deficiência, além do envio do Laudo Médico indicado no subitem 6.9 deste Edital, deverá assinalar, no Formulário Eletrônico de Inscrição ou no Requerimento de Isenção de Pagamento do Valor de Inscrição, nos respectivos prazos, a condição especial de que necessitar para a realização da Prova, quando houver.

6.14. Os documentos indicados no subitem 6.9 deste Edital terão validade somente para este Concurso Público e não serão devolvidos.

6.15. O Laudo Médico será considerado para análise do enquadramento previsto no artigo 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999 e na Lei nº 14.126, de 22 de março de 2021.

6.16. A análise dos Laudos Médicos realizada pela Fundep é somente documental, ou seja, constitui em examinar se o documento apresentado está em conformidade com os critérios estabelecidos no item 6.9 deste Edital.

6.16.1. A avaliação do candidato com deficiência será realizada conforme item 13.2 e seus subitens.

6.17. Perderá o direito de concorrer às vagas destinadas neste Edital aos candidatos com deficiência, mesmo que declarada tal condição na Ficha Eletrônica de Isenção ou no Requerimento Eletrônico de Inscrição, o candidato que:

- a) Não apresentar o Laudo Médico original ou cópia autenticada.
- b) Submeter o Laudo Médico fora do prazo estabelecido no subitem 6.9.
- c) Submeter o Laudo Médico sem data de expedição ou com data de expedição superior ao prazo máximo de 12 (doze) meses da data do término das inscrições.
- d) Submeter o Laudo Médico que não contenha a expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID.
- e) Entregar Laudo Médico que não contenha a expressa referência do médico, sua especialidade e assinatura contendo o número de registro profissional.

f) Submeter Laudo Médico que não contenha informações suficientes que permitam caracterizar a deficiência nas categorias discriminadas no artigo 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999 e na Lei nº 14.126, de 22 de março de 2021.

g) Submeter exames médicos ao invés do laudo previsto no item 6.10.

h) Submeter o laudo em arquivo que não esteja em perfeitas condições para análise, não podendo estar ilegível, dobrado, amassado, incompleto, cortado ou com qualidade que impossibilite a avaliação. Não podendo a Prefeitura Municipal de Uberlândia e a Fundep serem responsabilizadas, sob qualquer alegação por parte do candidato, por eventuais situações que impossibilitem a avaliação dos documentos ou não observância no item 6.11.

6.18. Os candidatos que, dentro do período das inscrições, não atenderem aos dispositivos mencionados no item 6 e subitens deste Edital não concorrerão às vagas reservadas para pessoas com deficiência, sendo assegurado ao candidato o direito de recurso previsto no subitem 11.1, alínea “c”, deste Edital.

6.19. A realização de provas nas condições especiais solicitadas pelo candidato com deficiência será condicionada à legislação específica e à possibilidade técnica examinada pela Fundep.

6.20. A lista dos candidatos que tiverem os pedidos de condições diferenciadas e / ou tempo adicional deferidos será disponibilizada, por *download* do arquivo, nos endereços eletrônicos: [www.uberlandia.mg.gov.br](http://www.uberlandia.mg.gov.br) e [www.gestaodeconcursos.com.br](http://www.gestaodeconcursos.com.br), e seu extrato de aviso de publicação será veiculado no Diário Oficial do Município.

6.21. Será indeferido qualquer recurso em favor de candidato com deficiência que não seguir as instruções constantes deste Edital para inscrição nesta condição.

6.22. Após a posse do candidato, a deficiência não poderá ser arguida para justificar a concessão de aposentadoria.

## **7. PROCEDIMENTOS PARA SOLICITAÇÃO DE CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA REALIZAÇÃO DE PROVAS**

7.1. Condições especiais de realização das provas poderão ser requeridas tanto para pessoas com deficiência quanto para pessoas que, em razão de alguma limitação temporária, tenham necessidades especiais.

7.2. O candidato poderá requerer, no ato da inscrição ou no momento do pedido de isenção do valor de inscrição, atendimento especial para o dia de realização das provas, indicando as condições de que necessita para sua realização.

7.2.1. A realização de provas nas condições especiais solicitadas pelo candidato, assim consideradas aquelas que possibilitam a prestação do exame respectivo, será condicionada à solicitação do candidato e à legislação específica, devendo ser observada a possibilidade técnica examinada pela Fundep.

7.2.2. A Fundep assegurará aos candidatos com deficiência locais de fácil acesso, sem barreiras arquitetônicas e, quando for o caso, pessoas, equipamentos e instrumentos para auxílio durante a realização das provas.

7.2.3. O candidato com deficiência deverá requerer condições especiais (ledor, intérprete de LIBRAS, Prova ampliada, auxílio para transcrição ou sala de mais fácil acesso). Caso não o faça, sejam quais forem os motivos alegados, fica sob sua exclusiva responsabilidade a opção de realizar ou não a Prova sem as condições especiais não solicitadas.

7.2.4. O candidato que necessitar de condições especiais para escrever deverá indicar sua condição, informando, na solicitação, que necessita de auxílio para transcrição das respostas. Neste caso, o candidato terá o auxílio de um fiscal, não podendo a Prefeitura Municipal de Uberlândia e a Fundep serem responsabilizados, sob qualquer alegação por parte do candidato, por eventuais erros de transcrição cometidos pelo fiscal.

7.3. O candidato que solicitar condições especiais para realização de prova deverá assinalar, na Ficha Eletrônica de Isenção ou no Requerimento Eletrônico de Inscrição, nos respectivos prazos, a condição especial de que necessitar para a realização da Prova, quando houver.

7.4. O candidato que eventualmente não proceder conforme disposto no subitem 7.3 deste Edital, não indicando nos formulários a condição especial de que necessita, não terá a condição atendida.

7.5. O candidato que necessitar de tempo adicional para a realização das provas deverá encaminhar requerimento por escrito, datado e assinado, acompanhado de parecer emitido por especialista da área de sua deficiência, que justificará a necessidade do tempo adicional solicitado pelo candidato, nos termos do § 2º do artigo 40 do Decreto Federal nº 3.298/1999, até o término do período das inscrições.

7.6. Às pessoas com deficiência visual que solicitarem auxílio leitor, serviço especializado de leitura da Prova para pessoas com deficiências, será oferecido leitura em voz alta de toda a Prova, sem realizar nenhum tipo de interpretação ou explicação sobre os conteúdos.

7.7. Às pessoas com deficiência visual que solicitarem Prova especial ampliada serão oferecidas provas com tamanho de letra correspondente a corpo 18 em A3. O participante com baixa visão que, além de Prova ampliada, tiver solicitado auxílio de leitor ou transcritor será atendido em sala individual. Se necessária uma Prova ampliada em papel especial ou fonte superior a corpo 18, o candidato deve enviar Laudo Médico especificando a necessidade de forma justificada. O número de candidatos com Prova ampliada que não tiverem solicitado auxílio de leitor ou transcritor será de, no máximo, 15 (quinze) por sala.

7.8. Às pessoas com deficiência auditiva que solicitarem condições especiais serão oferecidos intérpretes de LIBRAS **somente** para tradução das informações e / ou orientações para realização da Prova.

7.9. A critério médico devidamente comprovado, o candidato que não estiver concorrendo às vagas reservadas a pessoas com deficiência, e que por alguma razão necessitar de atendimento especial de qualquer natureza para a realização das provas, deverá enviar à Fundep, durante o período de inscrição, o Laudo Médico, indicando as condições de que necessita para a realização das provas e as razões de sua solicitação. A concessão do atendimento especial fica condicionada à possibilidade técnica examinada pela Fundep.

7.10. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova poderá fazê-lo, desde que assim o requeira durante o período de inscrição.

7.11. O candidato que necessitar de sala de fácil acesso deverá requerer durante o período de inscrição.

7.12. As solicitações de condições especiais deverão ser realizadas durante o período de inscrição, por meio de requerimento de inscrição ou isenção e encaminhar o Laudo Médico para a Fundep conforme o seguinte:

a) O Laudo Médico deverá ser digitalizado em um único arquivo de extensão PDF e submetido via *upload* na “Área do Candidato”, no *link* específico, observando o tamanho limite de 5 (cinco) *megabytes* e respeitando o prazo previsto no item 7.12.

b) A Prefeitura Municipal de Uberlândia e a Fundep não se responsabilizam por eventuais prejuízos ao candidato decorrentes de não observância da alínea “a” do item 7.12.

c) Para as condições previstas nos itens 7.10 e 7.11, não será necessária apresentação de Laudo Médico, basta requerer no prazo de inscrição.

7.13. O candidato que não realizar a solicitação ou não apresentar a documentação no prazo estabelecido no subitem 7.12 deste Edital ou apresentar documentos que não permitam a perfeita avaliação, seja qual for o motivo alegado, poderá não ter a solicitação atendida por questões de não adequação das instalações físicas do local de realização das provas; tal avaliação será realizada pela Coordenação local do Concurso no dia da aplicação das provas.

7.14. Na hipótese de não cumprimento do prazo estipulado no subitem 7.12 deste Edital, o atendimento às condições solicitadas ficará sujeito à análise de viabilidade e razoabilidade do pedido pela Fundep.

7.15. Haverá compensação do tempo de amamentação de até 30 (trinta) minutos em favor da candidata.

7.16. Para a amamentação, a criança deverá permanecer no ambiente a ser determinado pela Coordenação local deste Concurso Público.

7.17. A criança deverá estar acompanhada somente de um adulto responsável por sua guarda (familiar ou terceiro indicado pela candidata), e a permanência temporária desse adulto, em local apropriado, será autorizada pela Coordenação deste Concurso.

7.18. A candidata, durante o período de amamentação, será acompanhada de uma fiscal, do sexo feminino, da Fundep, que garantirá que sua conduta esteja de acordo com os termos e condições deste Edital.

7.19. Nos momentos necessários à amamentação, a candidata lactante poderá ausentar-se temporariamente da sala de prova, acompanhada de uma fiscal.

7.20. A amamentação dar-se-á nos momentos em que se fizerem necessários e na sala reservada para amamentação ficarão somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada a permanência de babás ou quaisquer outras pessoas que tenham grau de parentesco ou de amizade com a candidata.

7.21. A Fundep não disponibilizará acompanhante para guarda de criança, devendo a candidata lactante levar acompanhante para tanto, sob pena de não poder realizar as provas.

## **7.22. Do tratamento pelo nome social / retificação**

7.22.1. A Fundep, nos termos da legislação vigente, assegurará ao candidato o tratamento pelo nome social.

7.22.2. O candidato que desejar tratamento pelo nome social ou tiver realizado retificação de registro nos documentos oficiais, deverá cadastrar os dados pessoais ou alterar o cadastro já existente antes de realizar a inscrição.

7.22.3. Para ser identificado pelo nome social, o candidato deverá, obrigatoriamente, proceder conforme item 7.22.2, e no dia da Prova apresentar ao fiscal de sala o documento de identificação oficial com foto contendo o nome social com o qual se inscreveu.

7.22.4. A não apresentação do documento de identificação oficial com foto contendo o nome social com o qual se inscreveu não impedirá o candidato de realizar a Prova, desde que seja apresentado um dos documentos previstos no item 9.4.14.

7.22.5. Para fins de identificação do candidato, caso o documento apresentado não esteja de acordo com o previsto no item 7.22.3, o candidato deverá apor sua assinatura na lista de presença e nas folhas de respostas, conforme assinatura do documento de identificação oficial apresentado.

7.22.6. A Fundep, com base na Resolução nº 12, de 16 de janeiro de 2015, poderá solicitar o documento de registro civil para ser adotado conjuntamente com o nome social.

## **8. DA COMPROVAÇÃO DE INSCRIÇÃO**

8.1. A Fundep divulgará, no endereço eletrônico [www.gestaodeconcursos.com.br](http://www.gestaodeconcursos.com.br), para consulta e impressão pelo próprio candidato, até 5 (cinco) dias úteis antes da data de realização das provas, o Comprovante Definitivo de Inscrição (CDI), que conterá a data, o horário e local de realização das provas.

8.2. É de inteira responsabilidade do candidato consultar no endereço eletrônico [www.gestaodeconcursos.com.br](http://www.gestaodeconcursos.com.br) as informações relativas ao horário e local da Prova.

8.3. No CDI estarão expressos nome completo do candidato, nº de inscrição, nome e código do cargo / área de conhecimento para o qual concorre, número do documento de identidade, data de nascimento, a data, o horário e o local de realização das provas (escola / prédio / sala), e outras orientações úteis ao candidato.

8.4. É obrigação do candidato conferir no CDI seu nome, o número do documento utilizado na inscrição, a sigla do órgão expedidor, bem como a data de nascimento.

8.5. Eventuais erros de digitação ocorridos durante o preenchimento do formulário de inscrição ou isenção, tais como: nome do candidato, nome social e codinome, número do documento de identidade utilizado na inscrição, sigla do órgão expedidor ou na data de nascimento, deverão ser corrigidos pelo próprio candidato diretamente no sistema disponível no site [www.gestaodeconcursos.com.br](http://www.gestaodeconcursos.com.br), em “minhas inscrições”, clicar na inscrição e realizar a correção dos dados pessoais até o **dia 15 de outubro de 2023**.

8.5.1. **Após o dia 15 de outubro de 2023**, as informações prestadas serão definitivas para este Concurso Público e não poderão ser alteradas ou retificadas.

8.5.1.1. A Prefeitura Municipal de Uberlândia e a Fundep não se responsabilizam por eventuais prejuízos ao candidato decorrentes de não observância no item 8.5.

8.5.1.2. O candidato não poderá alegar desconhecimento acerca da correção de dados prevista no item 8.5.

8.6. O candidato que não realizar a correção dos dados pessoais até a data prevista no item 8.5 não poderá alegar posteriormente essa condição para reivindicar a prerrogativa legal.

8.7. Em nenhuma hipótese, serão efetuadas alterações e / ou retificações, relativos ao cargo / área de conhecimento, bem como à condição em que concorre (vagas de ampla concorrência ou reservadas a pessoas com deficiência ou negros e pardos) confirmados e transmitidos pelo candidato no Requerimento de Isenção ou no Formulário Eletrônico de Inscrição.

## **9. DAS PROVAS**

### **9.1. Da data e do local de realização das Provas Objetivas e Provas de Redações:**

9.1.1. O Concurso Público de que trata este Edital será composto das etapas previstas no item 1.3 e seus subitens.

9.1.2. A aplicação da Prova Objetiva ocorrerá no **dia 8 de outubro de 2023** e será realizada no Município de Uberlândia, sendo 4 (quatro) horas de provas para os cargos de Nível Superior e Fundamental e 3 (três) horas de provas para os cargos de Nível Médio e Médio Técnico.

9.1.2.1. As provas dos cargos de Nível Fundamental e Nível Superior serão realizadas no turno Vespertino, e as provas do Nível Médio e Médio Técnico serão realizadas no turno Matutino. Os candidatos que tiverem interesse em concorrer a mais de um cargo deverão observar o estabelecido no item 5.1.8.

9.1.3. A confirmação da data de realização da Prova será divulgada e disponibilizada nos endereços eletrônicos [www.uberlandia.mg.gov.br](http://www.uberlandia.mg.gov.br) e [www.gestaodeconcursos.com.br](http://www.gestaodeconcursos.com.br).

9.1.4. Havendo alteração da data prevista, as provas poderão ocorrer em sábados, domingos ou feriados.

9.1.5. O candidato somente poderá realizar as provas em data, local e horários definidos no Comprovante Definitivo de Inscrição (CDI), de que trata o subitem 8.1 deste Edital.

9.1.6. O candidato não poderá alegar desconhecimento acerca da data, horário e local de realização da Prova, para fins de justificativa de sua ausência.

9.1.7. Caso o número de candidatos inscritos exceda a oferta de locais adequados, a Fundep reserva-se o direito de alocá-los em cidades próximas às determinadas para aplicação das provas, não assumindo, entretanto, qualquer responsabilidade quanto ao transporte e alojamento desses candidatos.

## 9.2. Da Prova Objetiva:

9.2.1. A Prova Objetiva deste Concurso será de caráter eliminatório e classificatório, e será aplicada a todos os cargos no **dia 8 de outubro de 2023**.

9.2.2. A Prova Objetiva será composta da seguinte forma:

- a) **Nível Fundamental:** 30 (trinta) questões de múltipla escolha;
- b) **Nível Médio e Médio Técnico:** 35 (trinta e cinco) questões de múltipla escolha;
- c) **Nível Superior:** 40 (quarenta) questões de múltipla escolha.

9.2.3. Cada questão da Prova Objetiva terá 4 (quatro) alternativas de resposta, devendo ser marcada como resposta apenas 1 (uma) alternativa por questão.

9.2.4. As áreas de conhecimento e o número de questões da Prova Objetiva estão definidos nos **Anexo I** deste Edital.

9.2.5. As questões da Prova Objetiva versarão sobre as Referências de Estudo contidas no **Anexo V** deste Edital.

9.2.6. A Prova Objetiva será avaliada na escala de 0 (zero) a 60 (sessenta) pontos para os cargos de Nível Fundamental, de 0 (zero) a 70 (setenta) pontos para os cargos de Nível Médio e Médio Técnico e de 0 (zero) a 80 (oitenta) pontos para os cargos de Nível Superior, por processo eletrônico, sendo atribuídos os pontos para cada resposta correta, conforme **Anexo II**.

9.2.7. Será considerado aprovado na Prova Objetiva o candidato que atingir no mínimo 60% (sessenta por cento) da prova e não zerar nenhum dos conteúdos da Prova, conforme a pontuação prevista no **Anexo II**.

9.2.8. Será excluído deste Concurso o candidato que não obtiver a pontuação mínima exigida para aprovação nos termos do **Anexo II** e do item 9.2.7 deste Edital.

## 9.3. Da Prova de Redação:

9.3.1. As provas serão aplicadas na mesma data e horário de realização da Prova Objetiva para os candidatos dos cargos:

- a) Nível Superior: Analista Cultural - Música, Professor de Ensino Religioso, Professor de Ciências da Natureza, Professor de Educação Física, Professor de Geografia, Professor de Educação Infantil e 1º ao 5º ano, e Professor de Atendimento Educacional Especializado.
- b) A Prova de Redação terá caráter eliminatório e classificatório.

9.3.2. A Prova de Redação será composta de uma redação, que deverá ser elaborada com no mínimo 15 (quinze) linhas para que seja corrigida. Se o candidato não atingir esse número de linhas, a ele será atribuída nota 0 (zero) na Redação.

9.3.3. A Prova de Redação deverá ser elaborada com no mínimo 15 (quinze) e no máximo 30 (trinta) linhas.

9.3.4. O que for escrito além do espaço destinado ao candidato não será considerado, sendo o candidato penalizado pelos problemas de compreensão de sua resposta (PO, M, SV, CC e CP).

9.3.5. Serão corrigidas as redações dos candidatos aprovados e que obtiverem as melhores notas na Prova Objetiva de Múltipla Escolha, considerando o quantitativo previsto no **Anexo III**.

9.3.6. Ao total do número de redações a corrigir, conforme estabelecido no **Anexo III** deste Edital, serão acrescentadas aquelas correspondentes aos candidatos cujas notas empatarem com o último classificado na listagem geral.

9.3.7. A Redação deverá evidenciar o domínio da linguagem, o aprofundamento do pensamento e a capacidade de argumentação do candidato:

CRITÉRIOS DE CORREÇÃO		
ASPECTOS AVALIADOS DE ACORDO COM A NORMA-PADRÃO	TOTAL DE PONTOS	PONTOS DESCONTADOS POR ERRO
Pontuação, ortografia e apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) – (PO)	4,0 pontos	0,25 ponto
Morfossintaxe (morfologia e sintaxe) – (M)	4,0 pontos	0,25 ponto
Seleção vocabular (adequação vocabular e adequação à situação linguística e ausência de marca da oralidade) – (SV)	2,0 pontos	0,50 ponto
Coesão e coerência (conexão e relação lógica entre as ideias, assim como sua distribuição entre as partes do texto) – (CC)	5,0 pontos	1,0 ponto
Compreensão e conhecimento do conteúdo proposto (relevância e propriedade de resposta à temática e ao tipo de gênero textual solicitado) – (CP)	5,0 pontos	1,0 ponto
<b>TOTAL</b>	<b>20 pontos</b>	<b>–</b>

9.3.8. A Prova de Redação terá o valor de 20 (vinte) pontos.

9.3.9. Será eliminado do Concurso o candidato que não obtiver o mínimo de 10 (dez) pontos do total dos pontos da Prova de Redação.

9.3.10. A redação receberá nota 0 (zero) se apresentar uma das características a seguir:

- a) Versar sobre tema diverso do estabelecido.
- b) For considerada ilegível ou for desenvolvida em forma de desenhos, números, versos, com espaçamento excessivo entre letras, palavras e parágrafos, bem como em códigos alheios à norma-padrão da Língua Portuguesa ou em idioma diverso.
- c) Apresentar qualquer tipo de identificação do candidato.
- d) Não atingir o número mínimo de 15 (quinze) linhas estabelecido.
- e) For redigida fora do espaço definido.
- f) Não for escrita com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
- g) Apresentar uso de corretivos.
- h) Não apresentar assinatura ou preenchimento correto dos dados pessoais do caderno definitivo da Prova de Redação.

9.3.11. Será adotado processo que impeça a identificação do candidato por parte da banca examinadora, garantindo-se o sigilo do julgamento.

9.3.12. Na Prova de Redação, o candidato somente poderá registrar seu nome, número de inscrição ou assinatura em lugar / campo especificamente indicado, sob pena de anulação da sua Prova e consequente eliminação.

9.3.13. Serão corrigidas as provas dos candidatos inscritos na reserva de vaga na condição de pessoa com deficiência que forem aprovados e que obtiverem as melhores notas na Prova Objetiva, considerando o quantitativo previsto no **Anexo III**.

9.3.14. Serão corrigidas as provas dos candidatos inscritos na reserva de vaga na condição de negros (pretos e pardos) que forem aprovados e que obtiverem as melhores notas na Prova Objetiva, considerando o quantitativo previsto no **Anexo III**.

9.3.15. Indeferido o recurso contra a concorrência na reserva de vagas destinada a negros (pretos e pardos), o candidato passará a integrar a lista da ampla concorrência somente se atingir a nota de corte da referida lista; caso não tenha alcançado a nota de corte de ampla concorrência, será eliminado do certame.

#### **9.4. Das condições de realização das provas:**

9.4.1. As provas serão aplicadas em Uberlândia-MG, no **dia 08 de outubro de 2023**, ficando esta data subordinada à disponibilidade de locais adequados à realização das provas.

9.4.2. Não haverá segunda chamada para as provas, devendo ser eliminado deste Concurso Público o candidato ausente por qualquer motivo.

9.4.3. A duração de realização das provas será de 3 (três) horas ou 4 (quatro) horas, de acordo com o previsto no item 9.1.2.

9.4.4. Não haverá prorrogação do tempo de duração das provas, salvo nas hipóteses previstas nos itens 7.5 e 7.15.

9.4.5. Período de Sigilo – Não será permitido ao candidato se ausentar em definitivo da sala de provas antes de decorridas 2 (duas) horas do início das provas.

9.4.6. Ao terminar a Prova Objetiva de Múltipla Escolha e a Prova de Redação, quando for o caso, o candidato entregará ao fiscal o Caderno de Provas, o Cartão de Respostas e o caderno de Prova de Redação devidamente assinados nos locais apropriados.

9.4.7. O candidato não poderá fazer anotação de questões ou informações relativas às suas respostas no Comprovante Definitivo de Inscrição (CDI) ou em quaisquer outros meios que não os permitidos neste Edital e especificados na capa da Prova.

9.4.8. O tempo de duração das provas abrange, assinatura da Folha de Respostas e a transcrição das respostas do Caderno de Questões da Prova Objetiva (Folha de Respostas e rascunho) e do rascunho da Prova de Redação para o Caderno Definitivo.

9.4.8.1. O sinal sonoro para início das provas será emitido até 20 (vinte) minutos após o fechamento do portão. Este tempo será destinado para recepção e identificação do candidato que tenha entrado no prédio no horário limítrofe, abertura do pacote de provas nas salas e sua distribuição, com o verso do Caderno de Provas sobre a mesa.

9.4.8.2. Será eliminado deste Concurso Público o candidato que se apresentar após o fechamento dos portões.

9.4.9. Não será permitido ao candidato prestar provas fora da data, do horário estabelecido ou do espaço físico determinado pela Fundep.

9.4.10. O ingresso do candidato na sala para a realização das provas somente será permitido dentro do horário estabelecido pela Fundep, informado no CDI e divulgado na forma prevista no Edital.

9.4.11. Os candidatos deverão comparecer aos locais de prova 60 (sessenta) minutos antes do horário previsto para o início da realização das provas, munidos do original de documento de identidade oficial com foto, caneta esferográfica azul ou preta, fabricada em material transparente e preferencialmente do Comprovante Definitivo de Inscrição (CDI) ou do boleto original quitado com comprovante de pagamento.

9.4.12. Os candidatos não poderão utilizar-se, em hipótese alguma, de lapiseira, corretivos ou lápis-borracha ou outro material distinto do constante no subitem 9.4.11.

9.4.13. No caso de perda, roubo ou na falta do documento de identificação com o qual se inscreveu neste Concurso Público, o candidato poderá apresentar outro documento de identificação equivalente, conforme disposto no subitem 9.4.14 deste Edital.

9.4.14. Serão considerados documentos de identidade oficial: Cédula Oficial de Identidade (RG), Carteira expedida por Órgão ou Conselho de Classe (OAB, CRP etc.), Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), Certificado de Reservista com foto, Carteira de Motorista com foto e Passaporte válidos, documentos digitais com foto (e-Título, CNH digital e RG digital) apresentados nos respectivos aplicativos oficiais.

9.4.14.1. Não serão aceitas cópias, ainda que autenticadas, cópias *on-line*, foto do documento impresso ou *on-line*, ou até mesmo PDF que o aplicativo possa vir a gerar.

9.4.14.2. Nos casos em que for apresentado documento digital para fins de identificação, a Prefeitura Municipal de Uberlândia e a Fundep não se responsabilizam por eventuais falhas e / ou inoperância dos aplicativos oficiais, ausência de sinal de internet ou qualquer situação que impossibilite a apresentação do documento em formato digital.

9.4.15. O documento de identificação deverá estar em perfeita condição a fim de permitir, com clareza, a identificação do candidato e deverá conter, obrigatoriamente, filiação, fotografia, data de nascimento e assinatura.

9.4.16. Não será realizada a identificação de impressões digitais do candidato que não estiver portando documentos de identificação conforme previsto no item 9.4.14 ou documento com prazo de validade vencido, ilegíveis, não identificáveis e / ou danificados.

9.4.17. O candidato que não apresentar documento de identificação oficial conforme descrito no subitem 9.4.14 deste Edital não poderá fazer a Prova.

9.4.18. O candidato deverá apor sua assinatura na lista de presença de acordo com aquela constante no seu documento de identidade apresentado.

9.4.19. Depois de identificado e instalado, o candidato somente poderá deixar a sala mediante consentimento prévio, acompanhado de um fiscal ou sob a fiscalização da equipe de aplicação de provas.

9.4.20. Não será permitida, nos locais de realização das provas, a entrada e / ou permanência de pessoas não autorizadas pela Fundep, salvo o previsto no subitem 7.17 deste Edital.

9.4.21. A inviolabilidade dos malotes das provas será comprovada no momento do rompimento de seus lacres, mediante termo formal, na presença de, no mínimo, 2 (dois) candidatos convidados aleatoriamente nos locais de realização das provas.

9.4.22. Será proibido, durante a realização das provas, fazer uso ou portar, mesmo que desligados, telefone celular, relógios, *paggers*, *beep*, agenda eletrônica, lápis, borracha, corretivo, calculadora, *walkman*, *notebook*, *palmtop*, gravador, transmissor / receptor de mensagens de qualquer tipo ou qualquer outro equipamento eletrônico, podendo a organização deste Concurso Público vetar o ingresso do candidato com outros aparelhos além dos anteriormente citados.

9.4.23. O candidato deverá levar somente os objetos citados nos itens 9.4.11 e 9.4.14 deste Edital. Caso assim não proceda, os pertences pessoais serão deixados em local indicado pelos aplicadores durante todo o período de permanência dos candidatos no local da Prova, não se responsabilizando a Prefeitura Municipal de Uberlândia e a Fundep por perdas, extravios, furto, roubo ou danos que eventualmente ocorrerem.

9.4.24. Os objetos ou documentos perdidos durante a realização das provas, que porventura venham a ser entregues à Fundep, serão guardados pelo prazo de 90 (noventa) dias e encaminhados posteriormente à:

a) Seção de achados e perdidos dos Correios, se tratando de documentos.

b) Instituições assistencialistas, se tratando de objetos.

9.4.25. Durante o período de realização das provas, não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos ou entre estes e pessoas estranhas, oralmente ou por escrito, assim como não será permitido o uso de livros, códigos, manuais, impressos, anotações ou quaisquer outros meios.

9.4.25.1. Durante o período de realização das provas, não será permitido o uso de óculos escuros, boné, chapéu, gorro, lenço ou similares.

9.4.26. As provas serão distribuídas aos candidatos após a autorização da Coordenação do Prédio.

9.4.27. Será vedado ao candidato o porte de arma(s) no local de realização das provas, ainda que de posse de documento oficial de licença para o respectivo porte.

9.4.28. As instruções constantes no Caderno de Questões e na Folha de Resposta das Provas Objetivas e da Prova de Redação, bem como as orientações e instruções expedidas pela Fundep durante a realização das provas (Prova Prática e Teste de Aptidão Física), complementam este Edital e deverão ser rigorosamente observadas e seguidas pelo candidato.

9.4.29. O candidato não poderá levar o caderno de questões das Provas Objetivas e Redação.

9.4.30. Findo o horário limite para a realização da Prova, o candidato deverá entregar a Folha de Respostas da Prova Objetiva e da Prova de Redação, devidamente preenchida e assinada ao Aplicador de Sala.

9.4.31. O candidato será submetido a detector de metais durante a realização das provas na entrada e saída dos banheiros ou quando houver indício de fraude.

9.4.32. Será eliminado deste Concurso Público o candidato que se apresentar após o fechamento dos portões.

9.4.33. Poderá, ainda, ser eliminado o candidato que:

a) Tratar com falta de urbanidade os examinadores, auxiliares, aplicadores ou autoridades presentes.

b) Estabelecer comunicação com outros candidatos ou com pessoas estranhas a este Concurso Público, por qualquer meio.

c) Usar de meios ilícitos para obter vantagem para si ou para outros.

d) Portar arma(s) no local de realização das provas, ainda que de posse de documento oficial de licença para o respectivo porte.

e) Portar, mesmo que desligados, ou fizer uso, durante o período de realização das provas, quaisquer equipamentos eletrônicos, como relógios, calculadora, *walkman*, *notebook*, *palm-top*, agenda eletrônica, gravador ou outros similares, ou instrumentos de comunicação interna ou externa, tais como telefone celular, *beep*, *pager*, entre outros.

f) Fizer uso de livros, códigos, manuais, impressos e anotações.

g) Deixar de atender às normas contidas no Caderno de Questões e na Folha de Respostas da Prova Objetiva e da Prova de Redação e demais orientações e instruções expedidas pela Fundep, durante a realização das provas.

h) Se recusar a submeter-se a detector de metais e não apresentar documento de identificação conforme especificado no subitem 9.4.14 e, ainda, se estes estiverem com prazos de validade vencidos, ilegíveis, não identificáveis e / ou danificados.

i) Deixar de entregar os cadernos das Provas Objetivas, Redação, a Folha de Respostas da Prova Objetiva, o Caderno Definitivo da Prova de Redação, findo o prazo limite para realização da Prova.

j) Entregar a Folha de Respostas da Prova Objetiva e o Caderno Definitivo da Prova de Redação, sem estar devidamente preenchido e assinado no local indicado.

9.4.34. Caso ocorra alguma situação prevista no subitem 9.4.33 deste Edital, a Fundep lavrará ocorrência e, em seguida, encaminhará o referido documento à Comissão de Acompanhamento da Prefeitura Municipal de Uberlândia, a fim de que sejam tomadas as providências cabíveis, ouvida a Fundep no que lhe couber.

9.4.35. Somente serão permitidos assinalamentos na Folha de Respostas feitos com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, vedada qualquer colaboração ou participação de terceiros, respeitadas as condições solicitadas e concedidas às pessoas com deficiência.

9.4.36. O candidato não poderá amassar, molhar, dobrar, rasgar ou, de qualquer modo, danificar sua Folha de Respostas da Prova Objetiva, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de sua correção.

9.4.37. Não haverá substituição da Folha de Respostas da Prova Objetiva e do Caderno Oficial da Prova de Redação por erro do candidato.

9.4.38. Ao término do prazo estabelecido para a Prova, os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato termine sua Prova, devendo todos assinar a Ata de Sala, atestando a idoneidade da fiscalização das provas, retirando-se da sala de prova de uma só vez. Nas salas que por atendimento a condição especial para realização das provas tiver apenas um candidato, ao término da Prova a Ata de Sala será assinada pelo candidato, pelo aplicador e por um fiscal para atestar a idoneidade da fiscalização.

9.4.39. Na correção da Folha de Respostas, serão computadas como erros as questões não assinaladas, as que contiverem mais de uma resposta e as rasuradas.

9.4.40. Será considerada nula a Folha de Respostas da Prova Objetiva ou da Prova de Redação que estiver marcada ou escrita, respectivamente, a lápis, bem como contendo qualquer forma de identificação ou sinal distintivo (nome, pseudônimo, símbolo, data, local, desenhos ou formas) produzido pelo candidato fora do lugar especificamente indicado para tal finalidade.

9.4.41. O Caderno de Questões e os gabaritos das Provas Objetivas serão divulgados no endereço eletrônico [www.gestaodeconcursos.com.br](http://www.gestaodeconcursos.com.br), no primeiro dia útil subsequente à data de realização da Prova.

9.4.42. Quando, após as provas, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual ou grafológico ou por investigação policial, ter o candidato utilizado meios ilícitos, sua Prova será anulada e ele será automaticamente eliminado deste Concurso.

## 9.5 Da Prova Prática:

9.5.1. A Prova Prática será destinada aos candidatos que se inscreverem para os cargos de Nível Fundamental, Médio e Superior nas seguintes funções:

- Nível Fundamental: Oficial de Manutenção (Pedreiro).
- Nível Médio: Músico Instrumentista (Fagote, Clarinete, Oboé, Sax, Trombone, Trompa Bb/F, Trompete, Tuba Bb/Eb) e Iluminador.
- Nível Superior: Intérprete Educacional e Professor de Libras.

9.5.2. A Prova Prática será de caráter eliminatório, o candidato será considerado apto ou inapto.

9.5.2.1. Será considerado “Apto” o candidato que realizar todos os exercícios e atender aos critérios estabelecidos no regulamento.

9.5.2.2. Será considerado inapto e, conseqüentemente, eliminado do Concurso Público não tendo classificação alguma no certame o candidato que:

- a) Não comparecer para a realização da Prova.
- b) Comparecer em horário diferente do previsto na convocação.
- c) Não realizar qualquer um dos procedimentos previstos para realização da Prova.
- d) Não atingir o desempenho mínimo previsto no regulamento.
- e) Infringir qualquer proibição prevista no Edital, independentemente do resultado alcançado na Prova.
- f) Não apresentar documento oficial com foto.
- g) Se recusar a realizar a Prova Prática nos parâmetros estabelecidos no regulamento.

9.5.3. Serão convocados para a Prova Prática os candidatos aprovados e que obtiverem as melhores notas na Prova Objetiva, considerando o quantitativo especificado no **Anexo III**.

9.5.4. Serão convocados para Prova Prática os inscritos na condição de pessoa com deficiência que forem aprovados na Prova Objetiva e Prova de Redação, quando for o caso, considerando o quantitativo especificado no **Anexo III**.

9.5.5. Serão convocados para Prova Prática os inscritos na reserva de vaga na condição de negro (pretos e pardos) que forem aprovados e que obtiverem as melhores notas na Prova Objetiva e Prova de Redação, quando for o caso, considerando o quantitativo previsto no item **Anexo III**.

9.5.5.1. A convocação será realizada por tipo de prova, gênero e ordem alfabética, podendo ser alterada em função de necessidade técnica e / ou operacional de execução das provas.

9.5.6. A aplicação da Prova Prática ocorrerá em Uberlândia-MG, em data, horário e local a serem definidos em Ato de Convocação.

9.5.6.1. Será sumariamente eliminado do Concurso Público o candidato que se utilizar de meios ilícitos para a execução dos testes; perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido ou descortês para com qualquer dos examinadores, seus auxiliares ou autoridades; afastar-se do local da Prova sem o acompanhamento do fiscal, antes de tê-los concluído; for surpreendido, durante as provas, em qualquer tipo de comunicação ou após os testes, for constatado, por meio de perícia, ter se utilizado de processos ilícitos na realização dos mesmos.

9.5.6.2. Não será permitido, em hipótese nenhuma, durante a realização das provas, o uso de quaisquer meios eletrônicos, inclusive aparelhos celulares, que deverão permanecer desligados durante todo o período de realização das provas.

9.5.6.3. Não será permitida, em hipótese alguma, no local das provas, durante a realização das mesmas, a permanência de pessoas acompanhantes de candidatos, salvo os casos previstos no item 7.10.

9.5.6.4. Não haverá segunda chamada para a Prova Prática e nem realização da mesma fora da data, horário e local estabelecidos para cada candidato.

9.5.6.5. Não será permitido, em hipótese alguma, a permanência no local da Prova após sua conclusão.

9.5.7. O Ato de Convocação para a Prova Prática será disponibilizado, por *download* do arquivo, nos endereços eletrônicos [www.uberlandia.mg.gov.br](http://www.uberlandia.mg.gov.br) e [www.gestaodeconcursos.com.br](http://www.gestaodeconcursos.com.br), e seu extrato de aviso de publicação será veiculado no Diário Oficial do Município, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data de sua realização.

9.5.8. O candidato não poderá alegar desconhecimento acerca da data, horário e local de realização da Prova, para fins de justificativa de sua ausência.

9.5.9. O candidato que não comparecer na data, horário previsto na convocação e local de realização da Prova Prática estará automaticamente eliminado do Concurso Público. Não será permitida em hipótese alguma a realização do Teste em horário diferente ao que foi estabelecido no ato de convocação.

9.5.10. Recomenda-se ao candidato a comparecer ao local da Prova Prática 30 (trinta) minutos antes do horário previsto para o início de sua realização.

9.5.11. A Prova Prática irá avaliar o conhecimento e a habilidade dos candidatos em casos concretos, com critérios de avaliação definidos de acordo com a natureza dos cargos e das áreas de conhecimento.

9.5.12. O tempo de duração e os critérios de avaliação da Prova Prática serão indicados em Regulamento Específico e será disponibilizado, por *download* do arquivo, nos endereços eletrônicos [www.uberlandia.mg.gov.br](http://www.uberlandia.mg.gov.br) e [www.gestaodeconcursos.com.br](http://www.gestaodeconcursos.com.br), e seu extrato de aviso de publicação será veiculado no Diário Oficial do Município, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data de início das inscrições.

9.5.13. A Prova Prática será avaliada pela aptidão, atendendo a 100% dos critérios estabelecidos no regulamento de que trata o subitem 9.5.12 deste Edital.

9.5.14. Demais informações a respeito da Prova Prática constarão no regulamento a ser divulgado oportunamente.

## 9.6. Do Teste de Aptidão Física:

9.6.1. O Teste de Aptidão Física será destinado aos candidatos que se inscreverem para os cargos de Nível Fundamental e Médio, nas seguintes funções:

- Nível Fundamental: Agente de Cozinha e Serviços Operacionais, Almojarife e Agente de Apoio Operacional.
- Nível Médio: Agente de Combate a Endemias.

9.6.2. O candidato será considerado apto ou inapto no Teste de Aptidão Física.

9.6.3. Será considerado “Apto” o candidato que realizar todos os exercícios e atender aos critérios estabelecidos no regulamento.

9.6.4. O Teste de Aptidão Física será de caráter eliminatório, visa a avaliar a capacidade do candidato para desempenhar as atividades inerentes aos cargos citados no item 9.6.1 e consistirá de Teste de Aptidão Física, sendo de realização obrigatória.

9.6.4.1. Serão convocados para o Teste de Aptidão Física os candidatos aprovados e que obtiverem as melhores notas na Prova Objetiva, considerando o quantitativo especificado no **Anexo III**.

9.6.4.2. Serão convocados para o Teste de Aptidão Física os inscritos na condição de pessoa com deficiência que forem aprovados na Prova Objetiva, considerando o quantitativo especificado no **Anexo III**.

9.6.4.3. Serão convocados para o Teste de Aptidão Física os inscritos na reserva de vaga na condição de negro (pretos e pardos) que forem aprovados e que obtiverem as melhores notas na Prova Objetiva, considerando o quantitativo previsto no item **Anexo III**.

9.6.4.4. A convocação será realizada por tipo de prova, gênero e ordem alfabética, podendo ser alterada em função de necessidade técnica e / ou operacional de execução das provas.

9.6.5. Será considerado inapto e, conseqüentemente, eliminado do Concurso Público não tendo classificação alguma no certame o candidato que:

- a) Não comparecer para a realização do Teste.
- b) Comparecer em horário diferente do previsto na convocação.
- c) Não realizar qualquer um dos procedimentos previstos para realização do Teste.
- d) Não atingir o desempenho mínimo previsto no regulamento.
- e) Infringir qualquer proibição prevista no Edital, independentemente do resultado alcançado no Teste Físico.
- f) Comparecer sem o documento de identificação ou sem Laudo Médico.
- g) Se recusar a realizar o Teste de Aptidão Física nos parâmetros estabelecidos no regulamento.

9.6.6. O candidato deverá comparecer em data, local e horário a serem oportunamente divulgados no Ato de Convocação, com roupa apropriada para prática de atividade física, munido de atestado médico original ou cópia autenticada em cartório.

9.6.6.1. O Laudo Médico deverá ser apresentado no ato do Teste, em original ou cópia autenticada em cartório, datado, no máximo, de 90 (noventa) dias da data de realização do Teste de Aptidão Física, e conter a data de emissão, assinatura, carimbo com o nome do médico e número de inscrição no CRM ou RMS, de forma legível.

9.6.6.2. O Laudo Médico emitido pelo profissional da área de saúde deverá atestar que o candidato está apto à prática de atividades físicas as quais será submetido conforme consta em Edital.

9.6.6.3. O candidato que não apresentar Laudo Médico, nos termos deste Edital, será eliminado do Concurso.

9.6.6.4. O candidato que não apresentar documento de identidade para realização do Teste de Avaliação Física não poderá realizar as provas, sendo automaticamente eliminado do Concurso.

9.6.6.5. Será sumariamente eliminado do Concurso Público o candidato que se utilizar de meios ilícitos para a execução dos testes; perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido ou descortês para com qualquer dos examinadores, seus auxiliares ou autoridades; afastar-se do local de testes sem o acompanhamento do fiscal, antes de tê-los concluído; for surpreendido, durante os testes, em qualquer tipo de comunicação ou após os testes, for constatado, por meio de perícia, ter-se utilizado de processos ilícitos na realização dos mesmos.

9.6.6.6. Não será permitido, em hipótese nenhuma, durante a realização dos testes, o uso de quaisquer meios eletrônicos, inclusive aparelhos celulares, que deverão permanecer desligados durante todo o período de realização dos testes.

9.6.6.7. Não será permitida, em hipótese alguma, no local de testes, durante a realização dos mesmos, a permanência de pessoas acompanhantes de candidatos, salvo os casos do item 7.10.

9.6.6.8. Não haverá segunda chamada para o Teste de Avaliação Física e nem realização do mesmo fora da data, horário e local estabelecidos para cada candidato.

9.6.6.9. Não será permitida, em hipótese alguma, a permanência no local de prova após sua conclusão.

9.6.7. Demais informações a respeito do Teste de Aptidão Física constarão no regulamento a ser divulgado oportunamente.

9.6.8. O candidato não poderá alegar desconhecimento acerca da data, horário e local de realização da Prova, para fins de justificativa de sua ausência.

9.6.9. Não será permitida, em hipótese alguma, a realização do Teste em horário diferente ao que foi estabelecido no ato de convocação.

9.6.10. Recomenda-se ao candidato comparecer ao local do Teste Aptidão Física com 30 (trinta) minutos antes do horário previsto para o início de sua realização.

9.6.11. O tempo de duração e os critérios de avaliação do Teste de Aptidão Física serão indicados em Regulamento Específico, que será disponibilizado, por *download* do arquivo, nos endereços eletrônicos [www.uberlandia.mg.gov.br](http://www.uberlandia.mg.gov.br) e [www.gestaodeconcursos.com.br](http://www.gestaodeconcursos.com.br), e seu extrato de aviso de publicação será veiculado no Diário Oficial do Município, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data de início das inscrições.

9.6.12. Será eliminado do Concurso Público o candidato que não atingir o desempenho mínimo previsto no regulamento do Teste de Aptidão Física.

9.6.13. A aplicação do Teste de Aptidão Física ocorrerá em Uberlândia-MG.

9.6.14. O Ato de Convocação para o Teste Físico será disponibilizado, por *download* do arquivo, nos endereços eletrônicos [www.uberlandia.mg.gov.br](http://www.uberlandia.mg.gov.br) e [www.gestaodeconcursos.com.br](http://www.gestaodeconcursos.com.br), e seu extrato de aviso de publicação será veiculado no Diário Oficial do Município, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data de sua realização.

9.6.15 A candidata que, no dia da realização do Teste de Aptidão Física, manifestar inaptidão para realização de atividade física em decorrência do estado de gravidez ou estado puerperal, deverá, obrigatoriamente, comparecer presencialmente ou por representante, no local e horário previsto na convocação, apresentar o atestado médico que comprove a situação gestacional. Exclusivamente, para esta condição será facultada nova data para realização do referido Teste de acordo com a conveniência da administração, sem prejuízo da participação nas demais fases do Concurso.

## **9.7. Prova de Títulos:**

9.7.1. A etapa da Prova de Títulos será somente para os cargos listados abaixo, serão avaliados os títulos dos candidatos aprovados na etapa anterior e valerá 5 (cinco) pontos.

- Nível Superior: Analista Cultural - Música, Intérprete Educacional, Professor de Ensino Religioso, Professor de Libras, Professor de Ciências da Natureza, Professor de Educação Física, Professor de Geografia, Professor de Educação Infantil e 1º ao 5º ano e Professor de Atendimento Educacional Especializado.

9.7.2. A Prova de Títulos terá caráter classificatório.

9.7.2.1. Serão avaliados os títulos de todos os candidatos aprovados nas etapas anteriores.

9.7.3. Os candidatos aprovados terão 5 (cinco) dias corridos, a partir do dia seguinte da convocação, para submissão dos títulos na área do candidato. Acerca dos títulos:

a) deverão ser entregues via *upload*, na “Área do Candidato”, no site [www.gestaodeconcursos.com.br](http://www.gestaodeconcursos.com.br), em *link* específico no período previsto no item 9.7.3 deste Edital;

b) todas as atividades inseridas pelo candidato deverão ser comprovadas por documentação especificada. Os documentos deverão estar digitalizados em **um único arquivo extensão PDF**, observando o tamanho limite de 5 (cinco) *megabytes*;

c) o arquivo digitalizado deverá permitir a perfeita condição para análise, não podendo estar ilegível, rasurado, dobrado, amassado, incompleto ou cortado;

d) todos os documentos que não preencherem os requisitos descritos e especificados no Edital, **não serão considerados válidos** para pontuação.

e) Depois de concluir o período de submissão dos documentos comprobatórios para análise dos títulos, **não será permitida qualquer alteração**. Não será permitido envio de novos documentos e serão considerados inválidos na análise documentos entregues pessoalmente, enviados por *e-mail*, via correios ou diverso da forma prevista em Edital.

9.7.4. O candidato que não tiver títulos válidos ou deixar de entregá-los não será eliminado do Concurso, porém deixará de computar a pontuação relativa a esta etapa.

9.7.5. A documentação deverá ser entregue individualmente, não podendo, no arquivo digitalizado, conter títulos de mais de um candidato.

9.7.5.1. Não será permitida submissão de títulos para terceiros, bem como interposição de recurso para e contra título de outro candidato.

9.7.5.2. Será de inteira responsabilidade do candidato o envio e conferência dos arquivos submetidos via *upload* da documentação referente a títulos.

9.7.6. O(s) título(s) referente(s) a cada critério avaliativo deverá(ão) ser submetido(s) **uma única vez**, não se admitindo complementação, suplementação, inclusão e / ou substituição de documentos durante ou após os períodos estabelecidos neste Edital.

9.7.6.1. Quando da submissão de cada um dos títulos referentes aos respectivos critérios de avaliação, cabe ao candidato o correto preenchimento das informações sistemicamente solicitadas em consonância com o documento postado.

9.7.7. Não serão aceitos títulos entregues fora do prazo, por fax, via correios ou por qualquer outra forma não prevista neste Edital.

9.7.8. Toda a documentação deverá ser submetida conforme item 9.7.3 deste Edital e estar devidamente autenticada em serviço notarial e de registros (Cartório de Notas). Nos documentos que constarem o verso em branco, deverá ser batido um carimbo com a expressão “Em branco”.

9.7.9. Os documentos originais que forem digitalizados e que não contiverem os mecanismos de validação da autenticidade deverão ser autenticados em serviço notarial e de registros (Cartório de Notas).

9.7.10. Os documentos digitais e com assinatura eletrônica não precisam ser autenticados em serviço notarial e registros (Cartório de Notas), desde que estejam acompanhados dos mecanismos de validação da autenticidade.

9.7.10.1. Documentos digitais com assinatura eletrônica que não permitirem a perfeita condição de acesso dos mecanismos de validação ou qualquer situação que impeça a confirmação não serão considerados na análise e acarretará o indeferimento do documento.

9.7.10.2. A veracidade das informações prestadas no envio da imagem dos títulos será de inteira responsabilidade do candidato; a Banca Examinadora analisará apenas a documentação apresentada e não realizará diligências, no caso de serem prestadas informações inverídicas, a qualquer momento, por se tratar de crime contra a fé pública, e acarretará a eliminação do Concurso Público.

9.7.11. Serão recusados, liminarmente, os títulos que não atenderem às exigências deste Edital.

9.7.12. Em caso de alteração do nome civil do candidato, seja por retificação seja por complementação, por motivo de casamento ou outro estado civil, o candidato deverá submeter via *upload*, junto com os títulos do respectivo critério avaliado, cópia autenticada do documento oficial que comprove a alteração. Nos documentos que constarem o verso em branco, deverá ser batido um carimbo com a expressão “Em branco”.

9.7.13. Os títulos serão considerados somente quando diretamente relacionados ao cargo a que o candidato estiver concorrendo. Em caso da entrega de mais de um título de formação, será atribuída somente a pontuação máxima prevista em cada item de avaliação.

9.7.14. Os títulos e os comprovantes deverão ser expedidos até a data prevista no Ato Convocatório para entregas de títulos desse certame.

#### 9.7.15. Quadro de pontuação da Prova de Títulos:

Formação Acadêmica (Somente para cargos de Nível Superior)		
PÓS-GRADUAÇÃO ( <i>lato sensu</i> )	MESTRADO	DOUTORADO
Certificado de conclusão de curso de pós-graduação <i>lato sensu</i> , com carga horária mínima de 360 horas – Especialização, de acordo com a legislação em vigor, fornecido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação na área de seleção específica a que concorre e com conteúdos ministrados / histórico.	Diploma de conclusão de curso de pós-graduação <i>stricto sensu</i> – Mestrado, fornecido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação na área específica a que concorre.	Diploma de conclusão de curso de pós-graduação <i>stricto sensu</i> – Doutorado, fornecido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação, na área específica a que concorre.
<b>1,00</b>	<b>2,00</b>	<b>3,00</b>
* Será pontuado apenas 1 (um) título por formação acadêmica.		

#### 9.7.16. Prova de Títulos de formação acadêmica:

9.7.16.1. Serão aceitos como documentos os títulos que forem representados por Diplomas e Certificados definitivos de conclusão de curso expedidos por instituição reconhecida, em papel timbrado, e deverão conter carimbo e identificação da instituição e do responsável pela expedição do documento.

9.7.16.2. Será pontuado apenas 1 (um) título por formação acadêmica, sendo: 1 (um) título de especialização *lato sensu*, 1 (um) de *stricto sensu* mestrado, 1 (um) de *stricto sensu* doutorado, conforme pontuação do quadro do item 9.7.15.

9.7.16.3. A comprovação de títulos referentes à pós-graduação, para a qual não se aceitarão declarações e documentos em língua estrangeira, observará os seguintes critérios:

9.7.16.3.1. Nível *lato sensu*, mediante a apresentação de fotocópia do certificado de conclusão, expedido por instituição superior reconhecida pelo MEC ou pelo CEE, com indicação da carga horária e dos conteúdos ministrados / histórico, autenticado conforme item 9.7.8.

9.7.16.3.2. Nível *stricto sensu* (mestrado e doutorado), mediante a apresentação de fotocópias dos respectivos diplomas, expedidos por instituição superior reconhecida pelo MEC ou de fotocópias autenticadas em cartório das Atas das Bancas Examinadoras, devidamente assinadas, comprovando a aprovação das dissertações ou teses autenticadas conforme item 9.7.8.

9.7.16.4. Os candidatos detentores de certificados de especialização ou diplomas de mestrado ou doutorado realizados em universidades estrangeiras só terão seus cursos considerados para os fins deste Edital se seus diplomas tiverem sido revalidados conforme as regras estabelecidas pelo MEC.

9.7.16.4.1. Os candidatos detentores de certificados de especialização ou diplomas de mestrado ou doutorado realizados em universidades estrangeiras deverão apresentar juntamente a estes títulos documento comprobatório emitido por instituição reconhecida pelo MEC.

9.7.16.5. Em nenhuma hipótese serão devolvidas ou disponibilizadas cópias, aos candidatos, dos documentos entregues referentes aos títulos.

9.7.16.6. Documentos emitidos pela internet somente serão aceitos com autenticação digital para verificação da validade da assinatura do documento. Documentos com *QRcode* da assinatura digital que não contiverem mecanismos de validação *on-line* não serão considerados.

9.7.17. A Prefeitura Municipal de Uberlândia e a Fundep não se responsabilizam, quando os motivos de ordem técnica não lhe forem imputáveis, por recursos não recebidos por falhas de comunicação; congestionamento das linhas de comunicação; problemas de ordem técnica nos computadores utilizados pelos candidatos, falha na submissão do arquivo, bem como por outros fatores alheios que impossibilitem a transferência dos dados.

## **10. DO PROCESSO DE CLASSIFICAÇÃO E DESEMPATE DOS CANDIDATOS**

10.1. Será considerado aprovado neste Concurso o candidato que obtiver a pontuação mínima exigida para aprovação na Prova Objetiva, nos termos do subitem 9.2.7 deste Edital.

10.2. A nota final dos candidatos aprovados neste Concurso Público será igual ao total de pontos obtidos na Prova Objetiva, acrescido dos pontos obtidos na Prova de Redação e Prova de Títulos, quando for o caso.

10.3. O total de pontos obtido na Prova Objetiva será igual à soma dos pontos obtidos em todos os conteúdos.

10.4. Na hipótese de igualdade de nota final entre candidatos, serão aplicados critérios de desempate para todos os cargos, tendo preferência, sucessivamente, o candidato que tiver:

a) Idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, conforme estabelece o parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), sendo considerada, para esse fim, a data de realização das Provas Objetivas.

b) Maior número de pontos na Prova de Redação, quando for o caso.

c) Maior número de acertos na Prova Objetiva, nas questões de Conhecimentos Específicos, quando for o caso.

d) Maior número de acertos na Prova Objetiva, nas questões de Língua Portuguesa.

e) Maior número de acertos na Prova Objetiva, nas questões de Legislação, quando for o caso.

f) Maior número de acertos na Prova Objetiva, nas questões de Conhecimentos Gerais, quando for o caso.

g) Idade maior.

h) Ainda assim permanecendo o empate, sorteio.

10.5. Os candidatos aprovados neste Concurso serão classificados em ordem decrescente de nota final, observada a área de conhecimento para as quais concorreram.

10.6. A classificação dos candidatos aprovados será feita em três listas, a saber:

a) A primeira lista conterá a classificação de todos os candidatos, ampla concorrência, aqueles inscritos na condição de pessoas com deficiência e os inscritos na reserva de vagas destinadas a negros (pretos e pardos), respeitada a área de conhecimento para a qual se inscreveram.

b) A segunda lista conterá especificamente a classificação dos candidatos inscritos na condição de pessoa com deficiência, respeitada a área de conhecimento para a qual se inscreveram.

c) A terceira lista conterá especificamente a classificação dos candidatos inscritos na reserva de vagas destinadas a negros (pretos e pardos), respeitada a área de conhecimento para a qual se inscreveram.

10.7. O resultado final deste Concurso será disponibilizado, por *download* do arquivo, nos endereços eletrônicos [www.uberlandia.mg.gov.br](http://www.uberlandia.mg.gov.br) e [www.gestaodeconcursos.com.br](http://www.gestaodeconcursos.com.br), e seu extrato de aviso de publicação será veiculado no Diário Oficial do Município, onde constarão as notas finais dos candidatos aprovados, assim como a classificação por eles obtida.

10.8. O candidato não aprovado será excluído do Concurso e não constará da lista de classificação.

10.9. Não haverá divulgação da relação de candidatos reprovados.

10.9.1. O candidato reprovado poderá obter a informação sobre a sua situação neste Concurso Público através de Consulta Individual no endereço eletrônico [www.gestaodeconcursos.com.br](http://www.gestaodeconcursos.com.br) após a publicação dos resultados.

## 11. DOS RECURSOS

11.1. Caberá interposição de recurso fundamentado à Fundep, no prazo de 3 (três) dias úteis, no horário das 9h do primeiro dia às 23h59 do último dia, ininterruptamente, contados do primeiro dia subsequente à data de publicação do objeto do recurso, em todas as decisões proferidas e que tenham repercussão na esfera de direitos dos candidatos, tais como nas seguintes situações:

a) Contra indeferimento do Pedido de Isenção do valor de Inscrição.

b) Contra indeferimento da inscrição.

c) Contra indeferimento da inscrição como pessoa com deficiência, reserva de vagas na condição de negros (pretos e pardos) e do pedido de condição especial para realização das provas.

d) Contra o gabarito preliminar e o conteúdo das questões da Prova Objetiva.

e) Contra a nota (totalização de pontos) na Prova Objetiva.

f) Contra a nota da Prova de Redação.

g) Contra as convocações para: Prova de Títulos, Prova Prática, TAF e verificação da auto declaração.

h) Contra o resultado da Prova Prática.

i) Contra o resultado do Teste de Aptidão Física (TAF).

j) Contra o resultado da Prova de Títulos.

k) Contra o resultado da verificação da autodeclaração.

l) Contra a classificação preliminar no Concurso.

11.1.1. No caso de indeferimento da inscrição, subitem 11.1, alínea “b”, além de proceder conforme disposto no subitem 11.2, o candidato deverá, obrigatoriamente, enviar para o *e-mail* [concursos@fundep.ufmg.br](mailto:concursos@fundep.ufmg.br) ou pessoalmente na Fundep, no endereço citado no subitem 15.6.1, alínea “a”, cópia legível do comprovante de pagamento do valor da inscrição, com autenticação bancária, bem como de toda a documentação e das informações que o candidato julgar necessárias à comprovação da regularidade de sua inscrição.

11.1.2. Para interposição de recurso mencionado nas alíneas “e”, “f”, “h”, “i” e “j” do subitem 11.1 deste Edital, o candidato terá vista ao julgamento de sua Prova e vista de seus formulários de avaliação, através de arquivo digitalizado, no período recursal, disponibilizado exclusivamente para essa finalidade no endereço eletrônico [www.gestaodeconcursos.com.br](http://www.gestaodeconcursos.com.br). O candidato, para ter acesso, deverá entrar na “Área do Candidato”, no item

“Minhas Inscrições”, e clicar no *link* referente ao Concurso Público da Prefeitura Municipal de Uberlândia Edital Nº 01/2023.

11.2. Os recursos mencionados no subitem 11.1 deste Edital deverão ser encaminhados exclusivamente via internet pelo endereço eletrônico [www.gestaodeconcursos.com.br](http://www.gestaodeconcursos.com.br), por meio do *link* correspondente a cada fase recursal, conforme discriminado no subitem 11.1, que estará disponível das 9h do primeiro dia recursal às 23h59 do terceiro dia recursal.

11.3. Os recursos devem seguir as determinações constantes no site Gestão de Concursos e:

a) não conter qualquer identificação do candidato no corpo do recurso a que se referem as alíneas “d” e “f” do subitem 11.1;

b) ser elaborados com argumentação lógica, consistente e acrescidos de indicação da bibliografia pesquisada pelo candidato para fundamentar seus questionamentos;

c) apresentar a fundamentação referente apenas à questão previamente selecionada para recurso;

d) indicar corretamente o número da questão e as alternativas a que se refere o recurso;

e) após a submissão do recurso, não será permitido editá-lo ou excluí-lo.

11.4. Para situação mencionada no item 11.1, será admitido recurso para cada candidato, devidamente fundamentado, conforme previsto no item 11.2.

11.5. Não serão aceitos recursos coletivos.

11.6. Serão indeferidos os recursos que:

a) não estiverem devidamente fundamentados;

b) não apresentarem argumentações lógicas e consistentes;

c) forem encaminhados via fax, telegrama, ou via internet fora do endereço eletrônico / *link* definido no item 11.2, com exceção da situação prevista no item 11.1.1;

d) forem interpostos em desacordo com o prazo conforme estabelecido no item 11.1;

e) apresentarem no corpo da fundamentação outras questões que não a selecionada para recurso;

f) forem apresentados contra a nota e / ou documentos de outros candidatos.

11.7. Não serão deferidos os recursos a que se refere o item 11.1 que não atenderem às formas e aos prazos determinados neste Edital.

11.8. Não serão considerados requerimentos, reclamações, notificações extrajudiciais ou quaisquer outros instrumentos similares cujo teor seja objeto de recurso apontado no subitem 11.1 deste Edital.

11.9. A decisão relativa ao deferimento ou indeferimento dos recursos será divulgada no endereço eletrônico [www.gestaodeconcursos.com.br](http://www.gestaodeconcursos.com.br) e [www.uberlandia.mg.gov.br](http://www.uberlandia.mg.gov.br).

11.10. Após a divulgação oficial de que trata o subitem 11.9 deste Edital, a fundamentação objetiva da decisão da banca examinadora sobre o recurso ficará disponível para consulta individualizada do candidato no endereço eletrônico [www.gestaodeconcursos.com.br](http://www.gestaodeconcursos.com.br), na “Área do Candidato”, no item “Meus Recursos”, até o encerramento deste Concurso Público.

11.11. A decisão de que trata o subitem 11.9 deste Edital terá caráter terminativo e não será objeto de reexame.

11.12. Os pontos relativos a questões eventualmente anuladas serão atribuídos a todos os candidatos que fizeram a Prova e não obtiveram pontuação nas referidas questões conforme o primeiro gabarito oficial, independentemente de interposição de recursos. Os candidatos que houverem recebido pontos nas questões anuladas, após os recursos, terão esses pontos mantidos sem receber pontuação a mais.

11.13. Alterado o gabarito oficial, de ofício ou por força de provimento de recurso, as provas serão corrigidas de acordo com o novo gabarito.

11.14. Na ocorrência do disposto nos itens 11.12 e 11.13 deste Edital, poderá haver alteração da classificação inicial obtida para uma classificação superior ou inferior, ou, ainda, poderá ocorrer a desclassificação do candidato que não obtiver a nota mínima exigida.

11.15. Não haverá reapreciação de recursos.

11.16. Não serão permitidas ao candidato a inclusão, a complementação, a suplementação e / ou a substituição de documentos durante ou após os períodos recursais previstos neste Edital.

11.17. A banca examinadora constitui última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.

11.18. Após análise dos recursos, será disponibilizado a decisão, por *download* do arquivo, nos endereços eletrônicos [www.uberlandia.mg.gov.br](http://www.uberlandia.mg.gov.br) e [www.gestaodeconcursos.com.br](http://www.gestaodeconcursos.com.br), e seu extrato de aviso de publicação será veiculado no Diário Oficial do Município

11.18.1. Em caso de alteração do resultado, será publicada a reclassificação dos candidatos e a divulgação da nova lista de aprovados.

11.19. A Prefeitura Municipal de Uberlândia e a Fundep não se responsabilizam, quando os motivos de ordem técnica não lhe forem imputáveis, por recursos não recebidos por falhas de comunicação; congestionamento das linhas de comunicação; problemas de ordem técnica nos computadores utilizados pelos candidatos, bem como por outros fatores alheios que impossibilitem a transferência dos dados.

## **12. DA HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO**

12.1. O resultado final do Concurso Público poderá ser homologado parcialmente considerando o término das etapas contidas em cada cargo, por meio de Ato do Prefeito do Município de Uberlândia.

12.2. O ato de homologação do resultado final do Concurso Público será por *download* do arquivo, nos endereços eletrônicos [www.uberlandia.mg.gov.br](http://www.uberlandia.mg.gov.br) e [www.gestaodeconcursos.com.br](http://www.gestaodeconcursos.com.br), e seu extrato de aviso de publicação será veiculado no Diário Oficial do Município.

## **13. DOS EXAMES MÉDICOS PRÉ-ADMISSIONAIS**

### **13.1. Das Disposições Gerais:**

13.1.1. Todos os candidatos nomeados em decorrência de aprovação neste Concurso Público deverão se submeter a Exame Médico Pré-Admissional, sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Uberlândia, que concluirá quanto à sua aptidão física e / ou mental para o exercício do cargo.

13.1.2. O candidato que for considerado inapto no Exame Médico Pré-Admissional poderá recorrer da decisão junto à Prefeitura Municipal de Uberlândia-MG, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados da data em que se der a ciência do resultado da inaptidão ao candidato.

13.1.3. Decorrido o prazo para interposição do recurso de que trata o subitem 13.1.2 deste Edital, o candidato considerado inapto no Exame Médico Pré-Admissional estará impedido de tomar posse e terá seu ato de nomeação tornado sem efeito.

13.1.4. O recurso referido no subitem 13.1.2 deste Edital suspende o prazo legal para a posse do candidato.

### **13.2. Dos exames aplicáveis aos candidatos na condição de pessoa com deficiência:**

13.2.1. Os candidatos com deficiência inscritos para as vagas reservadas, aprovados neste Concurso Público, além de se submeterem a perícia médica especificada no item 13, serão convocados para se submeter à equipe

multiprofissional para caracterização da deficiência, e para avaliação de compatibilidade entre a deficiência do candidato e as atividades inerentes à função para a qual concorre.

13.2.1.1. A caracterização de deficiência será realizada por Equipe Multiprofissional indicada e sob responsabilidade da Prefeitura Municipal de Uberlândia.

13.2.2. Os candidatos a que se refere o subitem 13.2.1 deste Edital, deverão comparecer à avaliação multiprofissional munidos de laudos médicos originais nos termos da convocação a ser publicada no Diário Oficial do Município e disponibilizada no endereço eletrônico [www.uberlandia.mg.gov.br](http://www.uberlandia.mg.gov.br).

13.2.3. A critério da avaliação multiprofissional, poderão ser solicitados exames complementares para a constatação da deficiência, da aptidão ou da compatibilidade com a função para a qual concorre.

13.2.4. A avaliação multiprofissional será realizada para verificar:

a) Se a deficiência se enquadra na Lei nº 14.126, de 22 de março de 2021, no artigo 4º do Decreto Federal nº 3.298, de 1999, que regulamentou a Lei Federal nº 7.853, de 1989, com as alterações advindas do Decreto Federal nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004.

b) Se há compatibilidade entre a deficiência do candidato e as atividades inerentes à função para a qual concorre.

13.2.5. Nos termos do artigo 16, inciso VII, § 2º do Decreto Federal nº 3.298/1999, a verificação disposta nas alíneas “a” e “b” do subitem 13.2.4 deste Edital será feita por Equipe Multiprofissional, composta por profissionais indicados pela Prefeitura Municipal de Uberlândia.

13.2.6. Serão habilitados a ingressar nas vagas reservadas a pessoas com deficiência os candidatos que se enquadrarem no disposto nas alíneas “a” e “b” do subitem 13.2.4 deste Edital.

13.2.7. Concluindo a avaliação multiprofissional pela inexistência da deficiência ou por ser ela insuficiente para habilitar o candidato a ingressar nas vagas reservadas, o candidato será excluído da relação de candidatos com deficiência inscritos para as vagas reservadas no subitem 3.2 deste Edital, mantendo a sua classificação na lista de candidatos de ampla concorrência.

13.2.7.1. O candidato será eliminado do certame na hipótese de não ter sido classificado conforme estabelecido neste Edital.

13.2.8. Os procedimentos de perícia médica dos candidatos nomeados obedecerão à legislação municipal aplicável ao tema.

#### **14. DO PROVIMENTO DO CARGO – NOMEAÇÃO, POSSE E EXERCÍCIO**

14.1. Concluído o Concurso Público e homologado o resultado final, a nomeação dos candidatos aprovados dentro do número de vagas ofertadas neste Edital obedecerá à estrita ordem de classificação, ao prazo de validade do concurso e ao cumprimento das disposições legais pertinentes.

14.2. A nomeação será direito subjetivo do candidato aprovado dentro do número de vagas ofertadas neste Edital, no prazo de validade do Concurso.

14.3. O candidato nomeado deverá se apresentar para posse, às suas expensas, quando convocado para nomeação, sob pena de ter seu ato de nomeação tornado sem efeito.

14.3.1. A Prefeitura Municipal de Uberlândia publicará o ato de nomeação dos candidatos no Diário Oficial do Município divulgado no endereço eletrônico [www.uberlandia.mg.gov.br](http://www.uberlandia.mg.gov.br).

14.4. O candidato nomeado deverá apresentar obrigatoriamente os originais e cópias simples dos documentos discriminados a seguir, no ato da posse:

a) 1 (uma) foto 3x4 (recentes e coloridas);

- b) documento de identidade (RG);
- c) título de eleitor, e comprovante de quitação com a Justiça Eleitoral (certidão de quitação eleitoral – emitida pelo Cartório Eleitoral ou pelo site [www.tse.jus.br](http://www.tse.jus.br));
- d) Cadastro Nacional de Pessoa Física (CPF);
- e) Cadastro Nacional de Pessoa Física (CPF) do(a) cônjuge ou companheiro(a);
- f) comprovante do estado civil – Certidão de Nascimento ou Certidão de Casamento ou Certidão de Casamento com averbação (divórcio / separação / óbito). Quando for o caso de companheiro(a), acrescentar Certidão de União Estável, se possuir;
- g) Carteira Nacional de Habilitação (CNH);
- h) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, para candidatos do sexo masculino;
- i) comprovante de residência com CEP;
- j) Certidão de Nascimento ou documento de identidade e CPF dos filhos e / ou dependentes menores de 21 (vinte e um) anos de idade, solteiros;
- k) declaração de que exerce outro cargo, emprego ou função pública nos âmbitos federal, estadual e / ou municipal, bem como declaração de compatibilidade de horário;
- l) declaração de bens e valores firmada por ele próprio ou declaração atualizada de bens e valores do Imposto de Renda;
- m) CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social / frente (foto) e verso (dados pessoais);
- n) qualificação cadastral retirada no [link http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages/index.xhtml](http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages/index.xhtml);
- o) dados de conta bancária com a Caixa na modalidade 3700 (conta salário) indicando o CNPJ informado pela prefeitura;
- p) certidão judicial criminal negativa retirada no site <http://www.tjmg.jus.br>;
- q) cartão de cadastramento no PIS/PASEP, frente e verso ou extrato do PIS com data de vinculação, retirado na Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil;
- r) comprovante de escolaridade mínima exigida para o cargo, nas condições especificadas no **Anexo IV** deste Edital;
- s) comprovação de conclusão de curso de formação específica, quando for o caso;
- t) Histórico Escolar, Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso (com data de colação de grau quando for o caso), acompanhado do histórico escolar (quando for o caso);
- u) comprovante do registro e de regularidade junto ao órgão de fiscalização profissional, se exigido para o cargo;
- v) no caso de aprovado na lista para negros (pretos e pardos), o candidato a nomeação deverá apresentar, quando da convocação, documento oficial (certidão de nascimento própria ou dos pais) e / ou declaração registrada em cartório atestando quanto à cor negra ou parda.

14.5. O candidato nomeado será responsabilizado administrativamente por quaisquer informações inverídicas que vier a prestar, sendo assegurado o contraditório e a ampla defesa.

14.6. Estará impedido de tomar posse o candidato que deixar de comprovar qualquer um dos requisitos especificados no subitem 14.4 deste Edital.

14.7. Poderão ser exigidos pela Prefeitura Municipal de Uberlândia, no ato da posse, outros documentos além dos acima relacionados, quando a exigência for justificada.

14.8. O candidato que for nomeado na condição de pessoa com deficiência não poderá arguir ou utilizar essa condição para pleitear lotação, alteração de carga horária, alteração de jornada de trabalho e limitação de atribuições para o desempenho da função.

## 15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. A Prefeitura Municipal de Uberlândia e a Fundep eximem-se das despesas com viagens e estadia dos candidatos para prestar as provas deste Concurso Público.

15.2. Todas as publicações oficiais referentes ao Concurso Público de que trata este Edital serão feitas no Diário Oficial do Município e no endereço eletrônico [www.uberlandia.mg.gov.br](http://www.uberlandia.mg.gov.br).

15.3. O acompanhamento das publicações, atos complementares, avisos, comunicados e convocações referentes ao Concurso Público é de responsabilidade exclusiva do candidato.

15.4. O candidato deverá consultar os endereços eletrônicos da Prefeitura Municipal de Uberlândia [www.uberlandia.mg.gov.br](http://www.uberlandia.mg.gov.br) e da Fundep [www.gestaodeconcursos.com.br](http://www.gestaodeconcursos.com.br) frequentemente para verificar as informações que lhe são pertinentes referentes à execução do Concurso Público, até a data de homologação.

15.5. Após a data de homologação do Concurso, os candidatos deverão consultar informações e avisos sobre nomeações, perícia médica, posse e exercício no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Uberlândia [www.uberlandia.mg.gov.br](http://www.uberlandia.mg.gov.br).

15.6. Não serão prestadas por telefone informações relativas ao resultado ou qualquer outro gênero de informação deste Concurso Público.

15.6.1. Será disponibilizado às pessoas que não tiverem acesso à internet um computador para que possam realizar inscrições, requerimentos, submissão de documentos, solicitações e / ou recursos para qualquer etapa deste Concurso, **sendo de exclusiva responsabilidade do candidato realizar o respectivo procedimento nos termos deste Edital**, nos seguintes locais:

a) **Gerência de Concursos da Fundep**, situada à Av. Presidente Antônio Carlos, 6.627, Unidade Administrativa II, 3º andar, Campus Pampulha da UFMG em Belo Horizonte-MG (acesso pela Av. Antônio Abrahão Caram, Portão 2), no horário das 9h às 11h30 e das 13h30 às 16h30 (exceto sábados, domingos, feriados e ponto facultativo).

b) **Prefeitura Municipal de Uberlândia-MG**, situada na Av. Anselmo Alves dos Santos, 600 – Santa Mônica – Uberlândia-MG, no horário de 14h às 16h (exceto sábados, domingos, feriados e ponto facultativo).

15.7. A eventual disponibilização de atos nos endereços eletrônicos da Prefeitura Municipal de Uberlândia e da Fundep não isenta o candidato da obrigação de acompanhar as publicações oficiais sobre este Concurso Público.

15.8. Incorporar-se-ão a este Edital, para todos os efeitos, quaisquer atos complementares, avisos, comunicados e convocações, relativos a este Concurso Público que vierem a ser publicados no Diário Oficial do Município, no endereço eletrônico [www.uberlandia.mg.gov.br](http://www.uberlandia.mg.gov.br) e divulgados nos endereços eletrônicos da Prefeitura Municipal de Uberlândia [www.uberlandia.mg.gov.br](http://www.uberlandia.mg.gov.br) e Fundep [www.gestaodeconcursos.com.br](http://www.gestaodeconcursos.com.br).

15.8.1. Incorporar-se-ão a este Edital, para todos os efeitos, as orientações contidas nos cadernos de prova, as instruções contidas nos locais de prova, bem como as orientações e avisos realizados pela Comissão de Prova.

15.9. Para fins de comprovação de aprovação ou classificação do candidato no Concurso, será válida a publicação no Diário Oficial do Município, no endereço eletrônico [www.uberlandia.mg.gov.br](http://www.uberlandia.mg.gov.br).

15.10. Os prazos estabelecidos neste Edital são preclusivos, contínuos e comuns a todos os candidatos, não havendo justificativa para o não cumprimento e para a apresentação de documentos após as datas estabelecidas.

15.11. A Prefeitura Municipal de Uberlândia e a Fundep não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes às matérias deste Concurso Público que não sejam oficialmente divulgadas ou por quaisquer informações que estejam em desacordo com o disposto neste Edital.

15.12. Não serão fornecidas provas relativas a concursos anteriores.

15.13. Legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste Edital, bem como as alterações em dispositivos de lei e atos normativos a ela posteriores, não serão objeto de avaliação nas provas do Concurso.

15.14. Para contagem dos prazos de interposição de recursos, deverá ser observado o disposto no subitem 11.1 deste Edital.

15.15. Não serão considerados requerimentos, reclamações, notificações extrajudiciais ou quaisquer outros instrumentos similares, cujo teor seja objeto de recurso apontado neste Edital.

15.16. A qualquer tempo poder-se-á anular a inscrição, Prova e / ou tornar sem efeito a nomeação do candidato, em todos os atos relacionados a este Concurso Público, quando constatada a omissão ou declaração falsa de dados ou condições, irregularidade de documentos, ou, ainda, irregularidade na realização das provas, com finalidade de prejudicar direito ou criar obrigação, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

15.16.1. Comprovada a inexistência ou irregularidades descritas no subitem 16.16 deste Edital, o candidato estará sujeito a responder por falsidade ideológica de acordo com o artigo 299 do Código Penal.

15.17. Em caso de verificação de incorreção nos dados pessoais (nome, endereço e telefone para contato, data de nascimento) constantes do Formulário Eletrônico de Inscrição, o candidato deverá atualizar suas informações nas seguintes condições:

a) **Até a data de 15 de outubro de 2023**, o candidato deverá manter seu endereço, telefones de contato ou correio eletrônico atualizados na Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa – Fundep, no endereço eletrônico: ([www.gestaodeconcursos.com.br](http://www.gestaodeconcursos.com.br)), link Meu Cadastro.

b) O candidato deverá obrigatoriamente realizar a atualização dos dados pessoais (nome, identidade, órgão expedidor, data da expedição e data de nascimento), até o prazo previsto no item 8.5.

c) Após o dia 15 de outubro de 2023 e a homologação do Concurso e durante o prazo de validade deste Concurso Público, o candidato deverá efetuar a atualização de seus dados cadastrais junto à Diretoria Administrativa de Pessoal da Prefeitura Municipal de Uberlândia.

15.18. A atualização de dados pessoais junto à Prefeitura Municipal de Uberlândia e à Fundep não desobriga o candidato de acompanhar as publicações oficiais do Concurso, não cabendo a este alegar perda de prazo por ausência de recebimento de correspondência.

15.19. A Prefeitura Municipal de Uberlândia e Fundep não se responsabilizam por eventuais prejuízos ao candidato decorrentes de:

a) endereço eletrônico incorreto e / ou desatualizado;

b) endereço residencial desatualizado;

c) endereço residencial de difícil acesso;

d) correspondência devolvida pela empresa de Correios por razões diversas;

e) correspondência recebida por terceiros.

15.20. As ocorrências não previstas neste Edital, os casos omissos e os casos duvidosos serão resolvidos pela Comissão de Concurso da Prefeitura Municipal de Uberlândia e pela Fundep, no que a cada um couber.

15.21. Será admitido pedido de impugnação do Edital, devidamente fundamentado e com a identificação do impugnante, desde que interposto, sob pena de preclusão, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de publicação do Edital. O pedido deverá ser encaminhado ao endereço de *e-mail* [concurso@fundep.com.br](mailto:concurso@fundep.com.br).

15.22. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será comunicada em ato complementar ao Edital, e seu extrato de aviso de publicação será veiculado no Diário Oficial do Município e a integra por meio de *download* do arquivo, no endereço eletrônico [www.uberlandia.mg.gov.br](http://www.uberlandia.mg.gov.br).

15.23. Em atendimento à política de arquivos, a Prefeitura Municipal de Uberlândia procederá à guarda de documentos relativos ao Concurso, observada a legislação específica pelo prazo de 5 (cinco) anos.

15.24. Informações sobre os procedimentos ou termos do edital e seus anexos, poderão ser encaminhadas para os canais de atendimento: (e-mail: [concurso@fundep.com.br](mailto:concurso@fundep.com.br) ou atendimento virtual disponível no site [www.gestaodeconcursos.com.br](http://www.gestaodeconcursos.com.br)) e serão respondidas, no prazo máximo de até 3 (três) dias úteis, respeitando o horário de atendimento previsto no item 15.6.1 alínea “a”.

## **16. DA PROTEÇÃO DE DADOS**

16.1. O candidato, desde logo, manifesta pela livre, informada e inequívoca concordância com o tratamento de seus dados pessoais para finalidade específica, em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

16.2. O candidato consente e concorda que Prefeitura Municipal de Uberlândia e a Fundep tomem decisões referentes ao tratamento de seus dados pessoais, bem como realizem o tratamento de seus dados pessoais, envolvendo operações como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

16.3. Além disso, a Prefeitura Municipal de Uberlândia e a Fundep ficam autorizadas a tomar decisões referentes ao tratamento e a realizar o tratamento dos dados inseridos pelo candidato, com a intenção de obter a prestação dos serviços ofertados por este, como: divulgação de material pela Fundep por meio de *e-mail* e redes sociais, fotografias expostas em redes sociais públicas a fim de interação entre o candidato, a Fundep e a PMU.

16.4. A Prefeitura Municipal de Uberlândia e a Fundep ficam autorizadas a compartilhar os dados pessoais do candidato com outros agentes de tratamento de dados, caso seja necessário para as finalidades listadas neste termo, observados os princípios e as garantias estabelecidas pela Lei nº 13.709/2018.

**Uberlândia, 20 de junho de 2023.**

---

**ODELMO LEÃO**

**PREFEITO**

---

**MARLY VIEIRA DA SILVA MELAZO**

**SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

## ANEXO I - QUADRO DE PROVAS

CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL					
Código	Cargo	Língua Portuguesa	Matemática	Conhecimentos Gerais	Total de questões
200	Agente de Cozinha e Serviços Operacionais	10	10	10	30
201	Oficial de Manutenção - Pedreiro				
202	Almoxarife				
203	Agente de Apoio Operacional				

CARGOS DE NÍVEL MÉDIO							
Código	Cargo	Conhecimentos Gerais				Conhec. Específicos	Total de questões
		Língua Portuguesa	Matemática	Conhecimentos Gerais	Legislação		
300	Fiscal de Patrimônio	10	5	5	5	10	35
301	Fiscal de Posturas					10	35
302	Músico Instrumentista - Clarinete					10	35
303	Músico Instrumentista - Oboé					10	35
304	Músico Instrumentista - Fagote					10	35
305	Músico Instrumentista - Sax					10	35
306	Músico Instrumentista - Trombone					10	35
307	Músico Instrumentista - Trompa Bb/F					10	35
308	Músico Instrumentista - Trompete					10	35
309	Músico Instrumentista - Tuba Bb/Eb					10	35
310	Iluminador					10	35
311	Agente de Combate às Endemias					10	35

CARGOS DE NÍVEL MÉDIO TÉCNICO							
Código	Cargo	Conhecimentos Gerais				Conhec. Específicos	Total de questões
		Língua Portuguesa	Matemática	Conhecimentos Gerais	Legislação		
312	Profissional de Apoio Escolar	10	5	5	5	10	35
313	Fiscal de Meio Ambiente					10	35
314	Técnico em Segurança do Trabalho					10	35
315	Topógrafo					10	35

## ANEXO I - QUADRO DE PROVAS

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR						
Código	Cargo	Conhecimentos Gerais			Conhec. Específicos	Total de questões
		Língua Portuguesa	Legislação	Conhecimentos Gerais		
400	Intérprete Educacional	15	10	5	10	40
401	Professor de Ensino Religioso				10	40
402	Professor de Libras				10	40
403	Professor de Atendimento Educacional Especializado				10	40
404	Analista Cultural - Música				10	40
405	Professor de Ciências da Natureza				10	40
406	Professor de Educação Física				10	40
407	Professor de Geografia				10	40
408	Professor de Educação Infantil e 1º ao 5º Ano				10	40

## ANEXO II - Critério de aprovação e valorização das questões da prova objetiva

CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL						
Conteúdo	Nº de questões	Peso de cada questão	Total de pontos por disciplina	Total de questões	Valor total da prova	Critério de aprovação item 9.2.7
Língua Portuguesa	10	2,00	20	30	60 pontos	Não zerar nenhum dos conteúdos da prova objetiva e obter no mínimo 36 pontos
Matemática	10	2,00	20			
Conhecimentos Gerais	10	2,00	20			

CARGOS DE NÍVEL MÉDIO E MÉDIO TÉCNICO						
Conteúdo	Nº de questões	Peso de cada questão	Total de pontos por disciplina	Total de questões	Valor total da prova	Critério de aprovação item 9.2.7
Língua Portuguesa	10	2,00	20	35	70 pontos	Não zerar nenhum dos conteúdos da prova objetiva e obter no mínimo 42 pontos
Matemática	5	2,00	10			
Conhecimentos Gerais	5	2,00	10			
Legislação	5	2,00	10			
Conhecimentos Específicos	10	2,00	20			

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR						
Conteúdo	Nº de questões	Peso de cada questão	Total de pontos por disciplina	Total de questões	Valor total da prova	Critério de aprovação item 9.2.7
Língua Portuguesa	15	2,00	30	40	80 pontos	Não zerar nenhum dos conteúdos da prova objetiva e obter no mínimo 48 pontos
Legislação	10	2,00	20			
Conhecimentos Gerais	5	2,00	10			
Conhecimentos Específicos	10	2,00	20			

**ANEXO III - QUANTITATIVOS PREVISTOS PARA TESTES FÍSICOS/PROVA PRÁTICA/REDAÇÃO E HETEROIDENTIFICAÇÃO A SEREM REALIZADOS POR CARGOS**

TIPO DE PROVAS NÍVEL FUNDAMENTAL										
Cód.	CARGOS	VAGAS	Nº total previsto para: Prática T. Físico	Quantitativo previsto para avaliação de Negros (Pretos e Pardos)	PROVA PRÁTICA			TESTE FÍSICO		
					Ampla Concorrência	PCD	Reserva de Negro/pardo	Ampla Concorrência	PCD	Reserva de Negro/pardo
200	Agente de Cozinha e Serviços Operacionais	50	1000	200	-	-	-	700	100	200
201	Oficial de Manutenção - Pedreiro	2	40	8	28	4	8	-	-	-
202	Almoxarife	2	100	20	-	-	-	70	10	20
203	Agente de Apoio Operacional	5	300	60	-	-	-	210	30	60

TIPO DE PROVA NÍVEL MÉDIO										
Cód.	CARGOS	VAGAS	Nº total previsto para: Prática T. Físico	Quantitativo previsto para avaliação de Negros (Pretos e Pardos)	PROVA PRÁTICA			TESTE FÍSICO		
					Ampla Concorrência	PCD	Reserva de Negro/pardo	Ampla Concorrência	PCD	Reserva de Negro/pardo
300	Fiscal de Patrimônio	2	-	30	-	-	-	-	-	-
301	Fiscal de Posturas	5	-	30	-	-	-	-	-	-
302	Músico Instrumentista - Clarinete	1	10	2	7	1	2	-	-	-
303	Músico Instrumentista - Oboé	1	10	2	7	1	2	-	-	-
304	Músico Instrumentista - Fagote	1	10	2	7	1	2	-	-	-
305	Músico Instrumentista - Sax	1	10	2	7	1	2	-	-	-
306	Músico Instrumentista - Trombone	1	10	2	7	1	2	-	-	-
307	Músico Instrumentista - Trompa Bb/F	1	10	2	7	1	2	-	-	-
308	Músico Instrumentista - Trompete	1	10	2	7	1	2	-	-	-
309	Músico Instrumentista - Tuba Bb/Eb	1	10	2	7	1	2	-	-	-
310	Iluminador	1	20	4	14	2	4	-	-	-
311	Agente de Combate às Endemias	20	1000	200	-	-	1000	700	100	200
312	Profissional de Apoio Escolar	500	-	100	-	-	-	-	-	-
313	Fiscal de Meio Ambiente	5	-	4	-	-	-	-	-	-
314	Técnico em Segurança do Trabalho	1	-	2	-	-	-	-	-	-
315	Topógrafo	1	-	2	-	-	-	-	-	-

**ANEXO III - QUANTITATIVOS PREVISTOS PARA TESTES FÍSICOS/PROVA PRÁTICA/REDAÇÃO E HETEROIDENTIFICAÇÃO A SEREM REALIZADOS POR CARGOS**

TIPO DE PROVA NÍVEL SUPERIOR										
ITEM	CARGOS	VAGAS	Nº total previsto para: Redação Prática	Quantitativo previsto para avaliação de Negros (Pretos e Pardos)	REDAÇÃO			PROVA PRÁTICA		
					Ampla Concorrência	PCD	Reserva de Negro/pardo	Ampla Concorrência	PCD	Reserva de Negro/pardo
400	Intérprete Educacional	12	120	24	84	12	24	84	12	24
401	Professor de Ensino Religioso	30	500	100	350	50	100	-	-	-
402	Professor de Libras	4	100	20	70	10	20	-	-	-
403	Professor de Atendimento Educacional Especializado	4	200	40	140	20	40	-	-	-
404	Analista Cultural - Música	1	-	10	-	-	-	-	-	-
405	Professor de Ciências da Natureza	CR	120	24	84	12	24	-	-	-
406	Professor de Educação Física	CR	200	40	140	20	40	-	-	-
407	Professor de Geografia	CR	200	40	140	20	40	-	-	-
408	Professor de Educação Infantil e 1º ao 5º Ano	CR	1000	200	700	100	200	-	-	-

Aos totais previstos nos quadros serão acrescidos os candidatos cujas notas empatarem na última nota de corte para as respectivas listas.

ANEXO IV – QUADRO COM INFORMAÇÕES SOBRE OS CARGOS

Obs. As informações deverão ser observadas nas legislações: LEI Nº 11966, DE 29 DE SETEMBRO DE 2014 E ALTERAÇÕES. LEI Nº 11967, DE 29 DE SETEMBRO DE 2014 E ALTERAÇÕES. LEI Nº 13818, DE 11 DE AGOSTO DE 2022 E ALTERAÇÕES. Disponíveis na página da Prefeitura de Uberlândia <a href="http://www.uberlandia.mg.gov.br">www.uberlandia.mg.gov.br</a> , links "Legislação", "Legislação Consolidada - Leis Municipais":					
QUADRO DE CARGOS – FUNDAMENTAL COMPLETO					
Código	Cargo	ATRIBUIÇÃO SUMÁRIA	HABILITAÇÃO E REQUISITOS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VENCIMENTO + ADICIONAL DE ATIVIDADE (R\$)
200	Agente de Cozinha e Serviços Operacionais	Manter o estoque regulador de alimentos dentro das normas do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE; Manter devidamente organizado o estoque de gêneros alimentícios, recebendo-os e armazenando-os de acordo com as normas e instruções estabelecidas para garantir sua conservação e melhor aproveitamento; Controlar a data de validade dos alimentos, conferir o estado de conservação e sua disponibilidade em estoque conforme normas da vigilância sanitária; Proceder à higienização correta e acondicionamento dos itens da merenda escolar, conforme orientações do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE; Preparar e servir as refeições destinadas ao aluno, de acordo com receita e cardápio determinado pelo nutricionista; Preparar lanches, mamadeiras e outras refeições, segundo orientação superior, para atender aos programas alimentares desenvolvidos pela Secretaria de Educação; Preparar e servir café e chá, segundo orientação; Manter limpos e higienizados os itens da cozinha e os utensílios utilizados, tais como: armários, pratos, talheres, vasilhas, copos, cafeteiras, coadores, panelas, fogões, etc; Verificar diariamente, a existência de material de limpeza e outros itens relacionados com seu trabalho, comunicando imediatamente ao superior hierárquico a necessidade de reposição; Recolher o lixo da unidade, acondicionando detritos e depositando-os de acordo com as determinações definidas; Conferir toda entrega, de acordo com a guia de remessa e pesar quando necessário; Quando necessário, comunicar a chefia imediata sobre reposições ou consertos dos utensílios ou equipamentos da cantina; Abrir e fechar portões Lavar e passar roupas Monitorar a utilização de banheiros, recreios, e entrada e a saída dos estudantes e demais pessoas no ambiente escolar, comunicando ao superior hierárquico qualquer irregularidade Proceder desligamentos de pontos de iluminação, aparelhos elétricos e outros Executar outras atividades de mesma natureza ou nível de complexidade associadas ao seu cargo ou ambiente organizacional. Requisitos para provimento do cargo: Ensino Fundamental Completo e Curso de Manipulação de Alimentos, com carga horária mínima de 20 horas (validade de 02 anos a partir da conclusão).	Requisitos para provimento do cargo: Ensino Fundamental Completo e Curso de Manipulação de Alimentos, com carga horária mínima de 20 horas (validade de 02 anos a partir da conclusão).	30h	1.470,32
201	Oficial de Manutenção - Pedreiro	Interpretar desenhos, fazendo o levantamento do material a ser utilizado na execução da obra; Executar serviços de construção, manutenção e demolição de obras de alvenaria; Preparar argamassa e concreto; Construir alicerces, empregando pedras ou cimento, areia, brita e ferro para fornecer a base de paredes, muros e construções similares; Assentar com argamassa, tijolos, ladrilhos, azulejos, pedras e outros materiais em fileiras horizontais, devidamente alinhados e apurados para levantar paredes, degraus, muros, pilares e outras partes da construção; Rebocar as estruturas e alvenarias construídas empregando argamassa, cal, cimento e areia e verificando seu prumo e nível para torná-las prontas para o recebimento de outro revestimento; Revestir pisos, paredes e tetos, aplicando camadas de cimento ou assentando ladrilhos, azulejos e similares, de acordo com instruções recebidas; Aplicar camadas de gesso sobre as partes interiores e tetos de edificações; Realizar trabalhos de manutenção corretiva em prédios, calçadas e estruturas semelhantes, reparando paredes e pisos para reconstruir bases danificadas; Executar concretagens em estruturas e assentar esquadrias de ferro, madeira e alumínio; Construir caixas d'água, caixas coletoras de água e esgoto, bem como caixas de concreto para colocação de bocas de lobo; Construir pré-moldados acionando o mecanismo de máquinas próprias; Executar trabalhos de reforma e manutenção de prédios; Montar tubulações para instalações elétricas; Orientar a execução da mistura de areia, cal, sabão, cimento e água, para obter a argamassa a ser empregada no assentamento de tijolos, pedras e outros materiais. Orientar e treinar os servidores que auxiliam na execução das atividades do cargo; Zelar pela manutenção, limpeza e conservação do seu local de trabalho, bem como pela guarda e controle de todo o material, aparelhos e equipamentos sob sua responsabilidade; Requisitar o material necessário à execução dos trabalhos; Interpretar croquis e/ou plantas, observando as especificações predeterminadas; Trabalhar seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e preservação ambiental; Auxiliar na entrega, transporte, carga, descarga e armazenagem de materiais e equipamentos diversos; Informar ao responsável imediato falhas/irregularidades que prejudiquem a realização satisfatória da tarefa; Auxiliar, eventualmente, na execução de outras atividades dentro de sua área de atuação, sob supervisão; Executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associadas ao seu cargo ou ambiente organizacional.	Ensino Fundamental Completo e conhecimento prático para o exercício das atividades específicas da área.	30h	1.697,72
202	Almoxarife	Recepcionar os materiais entregues pelos fornecedores, conferindo as notas fiscais com os pedidos, verificando quantidades, qualidade e especificações; Organizar a estocagem dos materiais, de forma a preservar a sua integridade física e condições de uso, de acordo com as características de cada material, bem como para facilitar a sua localização e manuseio; Atender as requisições de mercadorias, fazendo as anotações nos controles de estoque; Separar materiais solicitados pelas áreas, conforme a requisição e prioridades previamente estabelecidas, separando os pedidos por centro de custos e maior volume e ordenando-os pela data de aprovação e pelo número da requisição, encaminhando a documentação para os procedimentos necessários; Alterar requisições para acerto de localizações com erro de inventário e ou alteração de quantidade para adequação a caixa; Montar a requisição, colocando-a em local visível junto aos produtos montados para conferência; Conferir os pedidos montados, dando baixa no estoque dos produtos de cada requisição e encaminhando o pedido ao transporte para roteirização; Entregar os produtos solicitados, previamente roteirizados, otimizando a entrega, monitorando e controlando a quilometragem dos veículos; Realizar procedimentos de devolução de produtos consultando o Quadro Técnico e os responsáveis pela Diretoria de Armazenagem e Distribuição, seguindo normas específicas de devolução contidas no manual; Fazer o inventário geral periódico, para comparação dos estoques físicos com os registros e controles; Receber mercadorias, descarregando os caminhões e conferindo as notas fiscais com os produtos entregues; Manter a área de trabalho limpa, para atender aos padrões de higiene; Observar as normas e os regulamentos de seu local de trabalho, a fim de assegurar o perfeito funcionamento; Participar das atividades administrativas, de controle e de apoio referentes à sua área de atuação; Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com unidades da Administração Direta e outros órgãos e entidades públicas e particulares, realizando estudos, emitindo pareceres ou fazendo exposições sobre situações e/ou problemas identificados, opinando, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município; Executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associadas ao seu cargo ou ambiente organizacional.	Ensino Fundamental Completo e formação em informática básica	30h	1.470,32
203	Agente de Apoio Operacional	Atuar nas diversas áreas operacionais do município, manutenção, reparos, montagem, desmontagem, apreensão de animais, cuidar de animais conforme orientações técnicas, Jardinagem, serviços auxiliares de topografia, pintura, etc; Preparar argamassa, concreto e executar outras tarefas auxiliares de obras; Executar, sob a supervisão, tarefas auxiliares de manutenção e reparos diversos em fundações, muros, valetas, portas, janelas, esquadrias, mata-burros, etc; Substituir lâmpadas e fusíveis, consertar tomadas e executar outras tarefas simples em equipamentos; Fazer a limpeza de estábulos, pocilgas e instalações semelhantes, removendo excrementos e detritos, lavando e desinfetando pisos, paredes, comedouros, bebedouros, utilizando os materiais de limpeza adequados; Proceder a higienização de basas, canis e gatis, utilizando procedimentos específicos para proteção e recuperação de animais; Preparar alimentos para os animais conforme orientação recebida; Executar, sob supervisão, atividades de montagem, desmontagem e reparo de cenário, bem como auxiliar na infraestrutura de eventos; Providenciar a carga e descarga de equipamentos ou materiais previamente organizados para os atendimentos; Capinar e roçar terrenos, bem como quebrar pedras e pavimentos; Executar drenagem e limpeza de obra desobstruindo pontos críticos de acúmulo de água para evitar a erosão do solo e destruição de estradas; Auxiliar na construção de palanques, andaimés, redes de esgoto pluvial e cloacal, caixas de redes de inspeção, bocas-de-lobo e outras obras; Auxiliar no plantio, adubagem e poda de árvores, flores e grama para conservação e ornamentação de praças, parques e jardins; Executar trabalhos de jardinagem e horticultura e mantê-los livres de ervas daninhas, pragas e moléstias; Podar, sob supervisão, árvores e arbustos; Auxiliar na abertura de covas para sepultamento e na colocação da urna mortuária dentro da cova; Limpar, lubrificar e guardar ferramentas, equipamentos e materiais de trabalho; Auxiliar nos trabalhos de nivelamento com instrumentos de topografia; Abrir picadas, utilizando ferramentas manuais, conforme orientação recebida; Receber e entregar materiais, documentos e correspondências; Zelar pela segurança individual e coletiva, utilizando equipamentos próprios quando da execução dos serviços; Zelar pela guarda, conservação, manutenção e limpeza dos equipamentos, instrumentos e materiais utilizados, bem como o local de trabalho; Observar as normas e os regulamentos de seu trabalho, a fim de assegurar o perfeito funcionamento; Executar outras tarefas associadas ao seu cargo ou ambiente organizacional.	Ensino Fundamental Completo	30h	1.470,32

ANEXO IV – QUADRO COM INFORMAÇÕES SOBRE OS CARGOS

QUADRO DE CARGOS – MÉDIO E MÉDIO TÉCNICO					
Código	Cargo	ATRIBUIÇÃO SUMÁRIA	HABILITAÇÃO E REQUISITOS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VENCIMENTO + ADICIONAL DE ATIVIDADE (R\$)
300	Fiscal de Patrimônio	<p>Exercer a fiscalização em áreas públicas objeto de doação, concessão, permissão ou autorização de uso, reversão de bens doados ao Patrimônio Público Municipal, reintegração ou reivindicação de posse, onde tenham sido implantados equipamento comunitário e atividades de grupos de trabalho de campo, para controlar seu uso; Vistoriar periodicamente os bens que constituem o patrimônio público, verificando possíveis irregularidades, identificando os responsáveis, notificando-os, eventualmente acionando a Procuradoria Geral do Município e atuando em conjunto com esta, para garantir a adoção dos procedimentos jurídicos necessários à manutenção da integridade do Patrimônio Público; Fiscalizar a classificação, o registro, o cadastro e o tombamento de bens patrimoniais; Proceder à elaboração e à expedição de relatórios sobre atividades de entidades assistenciais, para cujo uso foi cedido próprio municipal; Atender ao público que solicita informações sobre assuntos concernentes à sua área de atuação; Elaborar e expedir, após a conclusão de cada diligência, laudo de vistoria descrevendo o que foi constatado, bem como indicar os responsáveis, se houver; Elaborar relatório sobre possibilidade de uso de bens patrimoniais do município, descrevendo seu estado e situação; Elaborar relatório sobre ocupação de áreas liberadas para implantação de equipamentos comunitários para avaliar o cumprimento de suas finalidades; Identificar ocupantes de áreas objeto de doação, permissão, concessão ou autorização de uso, para controlar invasores de áreas públicas; Autuar ocupantes e invasores, dando-lhes ciência da infração cometida e encaminhando o referido auto à Procuradoria Geral do Município para as providências jurídicas cabíveis; Acompanhar os processos de ocupação ou desocupação de áreas públicas até o julgamento final, para prestar informações ou esclarecimentos à Procuradoria Geral do Município; Analisar a legislação pertinente à sua área de atuação, garantindo-lhe a aplicação e o cumprimento; Propor ao superior imediato a expedição de normas referentes ao patrimônio; Propor ao superior imediato a alienação de material e equipamentos em desuso ou inservíveis; Realizar plantões fiscais e emitir relatórios sobre os resultados das fiscalizações efetuadas; Efetuar plantões noturnos, quando necessário; Conduzir veículo oficial para fiscalizar, inspecionar, diligenciar e executar atividades afins às do cargo; Participar, quando designado, como gestor ou fiscal de contratos, na sua área de atuação; Atuar como preposto, quando designado; Participar das atividades administrativas, de controle e de apoio referentes à sua área de atuação; Elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação; Participar das atividades de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal técnico e auxiliar, realizando-as em serviço ou ministrando palestras, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação; Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com unidades da Administração Direta e outros órgãos e entidades públicas e particulares, realizando estudos, emitindo pareceres ou fazendo exposições sobre situações e/ou problemas identificados, opinando, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município; Executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associadas ao seu cargo ou ambiente organizacional.</p>	Ensino Médio Completo e CNH categoria "A" e "B"	30h	2.261,95
301	Fiscal de Posturas	<p>Executar vistorias em estabelecimentos comerciais e industriais para liberação do alvará de funcionamento expedido pela Prefeitura; Verificar a regularidade do licenciamento de atividades comerciais, industriais e de prestação de serviços, em face dos artigos que expõem, vendem ou manipulam e dos serviços que prestam; Verificar as licenças de ambulantes e impedir o exercício desse tipo de comércio por pessoas que não possuem a documentação exigida; Verificar as condições das calçadas e passeios, observando a existência de obstáculos, tais como painéis publicitários, exposições de mercadorias, mesas de bar, tomando as devidas providências para sua desobstrução; Verificar a instalação de bancas e barracas em logradouros públicos quanto à permissão para cada tipo de comércio, bem como quanto à observância de aspectos estéticos; Acompanhar a instalação de painéis de propaganda confrontando a quantidade, locais de instalação e nome das empresas responsáveis com os dados contidos no alvará fornecido pela Prefeitura; Verificar a regularidade da exibição e utilização de anúncios, alto-falantes e outros meios de publicidade em via pública, bem como a propaganda comercial afixada em muros, tapumes e vitrines; Verificar in loco os pedidos enviados pelo setor de ISS do Município, solicitando o cancelamento de taxas cobradas indevidamente; Verificar o horário de fechamento e abertura do comércio em geral e de outros estabelecimentos, bem como a observância das escalas de plantão das farmácias; Verificar, além das indicações de segurança, o cumprimento de posturas relativas a fabricação, manipulação, depósito, embarque, desembarque, transporte, comércio e uso de inflamáveis, explosivos e corrosivos; Aprender, por infração, veículos, mercadorias, animais e objetos expostos, negociados ou abandonados em ruas e logradouros públicos; Receber as mercadorias apreendidas e guardá-las em depósitos públicos, devolvendo-as mediante o cumprimento das formalidades legais, inclusive o pagamento de multas; Verificar o licenciamento de placas comerciais nas fachadas dos estabelecimentos respectivos ou em outros locais; Verificar o licenciamento para realização de festas populares em vias e logradouros públicos; Verificar o licenciamento para instalação de circos e outros tipos de espetáculos públicos promovidos por particulares, inclusive exigindo a apresentação de documento de responsabilidade de engenheiro devidamente habilitado; Verificar as violações às normas sobre poluição sonora, como uso de buzinas, casas de disco, clubes, boates, discotecas, alto-falantes, bandas de música, entre outras; Intimar, autuar, estabelecer prazos e tomar outras providências relativas ao descumprimento das posturas municipais e da legislação urbanística; Lacrar estabelecimentos irregulares, atendendo a decreto municipal; Fiscalizar ou acompanhar o processo de eliminação dos focos de lixo; Fiscalizar os métodos de disposição do lixo em todos os estabelecimentos que produzem resíduos sólidos, tais como indústrias, hospitais, laboratórios, restaurantes, entre outros; Efetuar levantamento e cadastramento de focos de lixo e entulhos por bairros, para subsidiar a elaboração do cronograma de coleta de lixo; Efetuar em cada residência localizada nas proximidades do foco de lixo, trabalho de orientação junto à população, quanto aos dias e horários de coleta, bem como quanto aos riscos de contaminação e proliferação de insetos e roedores; Emitir parecer fiscal sobre o resultado da apuração qualitativa e quantitativa do resíduo sólido produzido, para determinar a adoção de coleta especial e forma de acondicionamento e exposição do lixo; Vistoriar, em construções, os dispositivos relativos aos compartimentos de acondicionamento e exposição do lixo para coleta; Fiscalizar os locais de despejo irregular de entulho orientando a população sobre os locais permitidos; Verificar o pagamento das taxas públicas referentes ao recolhimento do lixo; Acompanhar a coleta de lixo efetuada pela Prefeitura ou concessionária, verificando o cumprimento do cronograma divulgado junto à população; Efetuar levantamento em campo de áreas críticas como terrenos baldios com mato, entulho e lixo, para instruir o cadastramento de lotes vagos; Efetuar levantamento das áreas que necessitam de aterro e desaterro, encaminhando os seus croquis ao setor competente, para as devidas providências; Emitir relatórios periódicos sobre suas atividades e manter o superior imediato permanentemente informado a respeito das irregularidades encontradas; Anotar as reclamações da população no que se refere às posturas municipais; Realizar sindicâncias especiais para instrução de processos ou apuração de denúncias e reclamações; Realizar plantões fiscais e emitir relatórios sobre os resultados das fiscalizações efetuadas; Efetuar plantões noturnos, quando necessário; Conduzir veículo oficial para fiscalizar, inspecionar, diligenciar e executar atividades afins às do cargo; Participar, quando designado, como gestor ou fiscal de contratos, na sua área de atuação; Atuar como preposto, quando designado; Participar das atividades administrativas, de controle e de apoio referentes à sua área de atuação; Elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação; Participar das atividades de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal técnico e auxiliar, realizando-as em serviço ou ministrando palestras, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação; Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com unidades da Administração Direta e outros órgãos e entidades públicas e particulares, realizando estudos, emitindo pareceres ou fazendo exposições sobre situações e/ou problemas identificados, opinando, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município; Executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associadas ao seu cargo ou ambiente organizacional.</p>	Ensino Médio Completo e CNH categoria "A" e "B"	30h	2.261,95
302	Músico Instrumentista - Clarinete			15h	2.261,95
303	Músico Instrumentista - Oboé	Operar e interpretar os instrumentos na banda de música, executando o naipe ao qual é habilitado: Bateria, Bombardino, Clarinete, Flauta Transversal, Oboé, Percussão, Sax, Sax alto, Sax Tenor, Trombone, Trompa F, Trompete, Tuba Bb ou Tuba Eb;		15h	2.261,95
304	Músico Instrumentista - Fagote	Apresentar domínio do instrumento que executa, operando-o de acordo com a música em pauta, sob orientação do regente; Receber e selar pelo instrumento musical e uniforme, mantendo-os em perfeitas condições de uso/aplicação; Ler e interpretar musicalmente partituras, arranjos e composições; Dominar e pesquisar técnicas de execução buscando o aprimoramento da interpretação; Pesquisar estilos musicais, técnicas de execução, repertórios musicais, linguagens musicais, culturas musicais e tecnologias aplicadas à música; Apurar percepção musical, através de ensaios individuais e coletivos; Estudar música e o repertório, ensaiando-o de acordo com as exigências do naipe e da equipe musical; Ministar oficinas de cunho didático-musical para a comunidade e de aperfeiçoamento técnico instrumental, para atender às necessidades dos integrantes da Banda Municipal; Fazer apresentações individuais e coletivas; Comparecer aos ensaios e apresentações da banda de acordo com as programações; Executar músicas e composições de acordo com a programação estabelecida; Ministar aulas de música; Observar e atender as normas regulamentares internas da Banda Municipal; Representar social e funcionalmente a banda; Atender integralmente ao que for solicitado pelos regentes e Administrador da Banda Municipal de Uberlândia; Participar, quando designado, como gestor ou fiscal de contratos, na sua área de atuação; Atuar como preposto, quando designado; Participar das atividades administrativas, de controle e de apoio referentes à sua área de atuação; Elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação; Participar das atividades de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal técnico e auxiliar, realizando-as em serviço ou ministrando palestras, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação; Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com unidades da Administração Direta e outros órgãos e entidades públicas e particulares, realizando estudos, emitindo pareceres ou fazendo exposições sobre situações e/ou problemas identificados, opinando, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município; Executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associadas ao seu cargo ou ambiente organizacional.	Ensino Médio Completo e formação musical correspondente ao naipe	15h	2.261,95
305	Músico Instrumentista - Sax			15h	2.261,95
306	Músico Instrumentista - Trombone			15h	2.261,95
307	Músico Instrumentista - Trompa Bb/F			15h	2.261,95
308	Músico Instrumentista - Trompete			15h	2.261,95
309	Músico Instrumentista - Tuba Bb/Eb			15h	2.261,95
310	Iluminador	<p>Instalar os focos de luz, projetores e aparelhos elétricos, fixando seus componentes, para iluminar cenário e palco; Colocar diafragma de cores nos projetores para obter os efeitos de iluminação desejados; Preparar o mapa de iluminação, indicando o acionamento dos comandos elétricos para obter os efeitos cênicos de iluminação; Acompanhar ensaios criando iluminação adequada a cada espetáculo para obter os efeitos necessários; Reparar e manter as instalações de iluminação do cenário, palco ou ambiente externo, trocando posições de equipamentos e instalações elétricas, para adaptá-las às diferentes exigências do espetáculo ou evento; Informar ao superior imediato sobre a necessidade de reparo em qualquer equipamento no local em que trabalha; Solicitar, previamente, o material necessário ao bom andamento do seu trabalho; Desmontar a aparelhagem de iluminação, organizando-a corretamente a fim de prepará-la para outras apresentações; Observar as normas e os regulamentos do seu local de trabalho, a fim de assegurar o perfeito funcionamento do local e o bom atendimento ao público; Participar, quando designado, como gestor ou fiscal de contratos; Atuar como preposto, quando designado; Participar das atividades administrativas, de controle e de apoio referentes à sua área de atuação; Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com unidades da Administração Direta e outros órgãos e entidades públicas e particulares, realizando estudos, emitindo pareceres ou fazendo exposições sobre situações e/ou problemas identificados, opinando, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município; Executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associadas ao seu cargo ou ambiente organizacional.</p>	Ensino Médio Completo e formação específica na área	30h	1.867,50

ANEXO IV – QUADRO COM INFORMAÇÕES SOBRE OS CARGOS

311	Agente de Combate às Zoonoses	<p>No exercício de atividades de vigilância, prevenção e controle de doenças e promoção da saúde, em especial, de combate e prevenção de endemias, zoonoses, detecção e eliminação de focos endêmicos e sua notificação, em conformidade com as diretrizes do Sistema Único de Saúde e sob a supervisão do gestor municipal de saúde; Desenvolvimento de ações educativas e de mobilização da comunidade relativas à prevenção e ao controle de doenças e agravos à saúde; Realização de ações de prevenção e controle de doenças e agravos à saúde, em interação com o Agente Comunitário de Saúde e a equipe de atenção básica; Identificação de casos suspeitos de doenças e agravos à saúde e encaminhamento, quando indicado, para a unidade de saúde de referência, assim como comunicação do fato à autoridade sanitária responsável; Divulgação de informações para a comunidade sobre sinais, sintomas, riscos e agentes transmissores de doenças e sobre medidas de prevenção individuais e coletivas; Realização de ações de campo para pesquisa entomológica, malacológica e coleta de reservatórios de doenças; Cadastro e atualização da base de imóveis para planejamento e definição de estratégias de prevenção e controle de doenças; Execução de ações de prevenção e controle de doenças, com a utilização de medidas de controle químico e biológico, manejo ambiental e outras ações de manejo integrado de vetores; Execução de ações de campo em projetos que visem a avaliar novas metodologias de intervenção para prevenção e controle de doenças; Registro das informações referentes às atividades executadas, de acordo com as normas do SUS; Identificação e cadastramento de situações que interfiram no curso das doenças ou que tenham importância epidemiológica relacionada principalmente aos fatores ambientais; Mobilização da comunidade para desenvolver medidas simples de manejo ambiental e outras formas de intervenção no ambiente para o controle de vetores; e outras atribuições correlatas afins. Na atividade assistida por profissional de nível superior e condicionada à estrutura de vigilância epidemiológica e ambiental e de atenção básica a participação: Planejamento, execução e avaliação das ações de vacinação animal contra zoonoses de relevância para a saúde pública normatizadas pelo Ministério da Saúde, bem como na notificação e na investigação de eventos adversos temporariamente associados a essas vacinações; Coleta de animais e no recebimento, no acondicionamento, na conservação e no transporte de espécimes ou amostras biológicas de animais, para seu encaminhamento aos laboratórios responsáveis pela identificação ou diagnóstico de zoonoses de relevância para a saúde pública no Município; Necropsia de animais com diagnóstico suspeito de zoonoses de relevância para a saúde pública, auxiliando na coleta e no encaminhamento de amostras laboratoriais, ou por meio de outros procedimentos pertinentes; Investigação diagnóstica laboratorial de zoonoses de relevância para a saúde pública; Realização do planejamento, desenvolvimento e execução de ações de controle da população de animais, com vistas ao combate à propagação de zoonoses de relevância para a saúde pública, em caráter excepcional, e sob supervisão da coordenação da área de vigilância em saúde; e outras atribuições correlatas afins. Poderá participar, mediante treinamento adequado, da execução, da coordenação ou da supervisão das ações de vigilância epidemiológica e ambiental.</p>	Ensono Médico Completo	40h	2.640,00
312	Profissional de Apoio Escolar	<p>Desenvolver e executar atividades lúdico-educativas, desde a Educação Infantil ao 9º Ano do Ensino Fundamental, no ensino regular e na modalidade de educação especial, pautando-se no respeito à dignidade, aos direitos, às especificidades e diferenças sociais, econômicas, culturais, étnicas e religiosas; Confeccionar recursos materiais, utilizados nas atividades lúdico-educativas; Oferecer aos alunos materiais que incentivem a criatividade, a habilidade, entre outros, para possibilitar o desenvolvimento intelectual, psicomotor e social; Acompanhar, orientar, estimular e executar a higiene pessoal dos alunos, observando as alterações em termos de saúde e nutrição; Ensinar aos alunos hábitos de limpeza, higiene, disciplina e tolerância, entre outros atributos morais e sociais; Auxiliar na solução de problemas individuais dos alunos, encaminhando ao especialista os casos em que seja necessária assistência especial; Organizar, conservar e cuidar da higienização do material lúdico-pedagógico, equipamentos e quaisquer outros materiais utilizados pelos alunos; Preencher o formulário de frequência dos alunos; Estimular, preparar e acompanhar o repouso dos alunos; Auxiliar nas atividades de promoção da integração escola-família-comunidade, por meio de reuniões com pais, professores e demais profissionais de ensino. Socorrer o aluno em casos de pequenos acidentes e de emergência, tomando as providências necessárias, segundo orientação recebida do profissional da área, levando-o ou encaminhando-o ao posto de saúde ou médico mais próximo, informando os pais ou responsáveis; Organizar todo material referente às atividades com o aluno, assim como roupas, toalhas, produtos de higiene pessoal e cálculos de uso das crianças; Executar atividades de higienização dos alunos, como banho, troca de fraldas, escovagem de dentes, limpeza das mãos, desambulção, entre outras que se fizerem necessárias; Auxiliar na organização e promoção de trabalhos complementares de caráter cívico, cultural, vocacional ou recreativo, incentivando o espírito de liderança, a socialização e a formação integral dos alunos; Acompanhar, orientar, estimular e executar atividades relativas a alimentação, higiene, locomoção, saúde, segurança e bem estar junto o aluno com deficiência e/ou Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD), sempre que validada a necessidade pela Equipe de Atendimento Educacional Especializado em consonância com a Assessoria Pedagógica; Desenvolver atividades com recursos imagéticos, materiais concretos, revistas, jornais, letras móveis, recortes de livros didáticos, e outros, de modo a tornar acessíveis os conteúdos curriculares oferecidos pelo Professor, respeitando as especificidades apresentadas pelo aluno relacionadas à sua condição de funcionalidade; Atuar de forma articulada com os professores da sala comum, da sala de recursos multifuncionais, bem como com os outros profissionais do contexto escolar; Organizar tempos e espaços que privilegiem o brincar como forma de expressão, pensamento e interação; Auxiliar o aluno na organização do material, manuseio e registro do conteúdo no caderno; Auxiliar o professor e a equipe pedagógica da escola no desenvolvimento das atividades com os alunos e turmas, propiciando a acessibilidade do aluno aos conteúdos ministrados em classe comum; Auxiliar o aluno na condução ou locomoção em horário de entrada, saída ou em quaisquer outras necessidades fora da sala; Realizar a mediação do desenvolvimento e aprendizagem do aluno que necessite de auxílio especial para que este tenha acesso aos conhecimentos e conteúdo dentro da sala de aula; Colaborar com o trabalho em grupo na sala de aula, integrando o aluno nas tarefas e auxiliando o professor para atendê-lo em sua diferença; Auxiliar o aluno na realização das avaliações ocorridas na sala de aula, realizando estratégias desenvolvidas pelos professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE); Fazer interlocução/interação com os profissionais da instituição escolar na qual esteja atuando, para reflexão, avaliação e aperfeiçoamento da sua prática profissional, bem como para elaboração do projeto político pedagógico; Participar de eventos e cursos formação continuada; Participar das atividades administrativas, de controle e de apoio referentes à sua área de atuação; Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com unidades da Prefeitura e outras entidades públicas e particulares, realizando estudos, emitindo pareceres ou fazendo exposições sobre situações e/ou problemas identificados, opinando, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município; Executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associadas ao seu cargo ou ambiente organizacional.</p>	Curso Técnico de Nível Médio na modalidade Normal ou Magistério ou Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior. Acrescido de Curso de Cuidador para apoio ao aluno com deficiência nas escolas, com carga horária mínima de 80 (oitenta) horas.	25h	2.105,64
313	Fiscal de Meio Ambiente	<p>Exercer ação fiscalizadora externa, observando as normas de proteção ambiental contidas em leis ou em regulamentos específicos; Promover o desenvolvimento das ações de controle, fiscalização e monitoramento das unidades de conservação e sua zona de amortecimento, de modo a prevenir e minimizar impactos ambientais; Fiscalizar as atividades, sistemas e processos produtivos, acompanhando e monitorando as atividades efetivas ou potencialmente poluidoras, causadoras de degradação ou promotoras de distúrbios, além das que utilizam bens naturais dentro das unidades de conservação; Assegurar a integridade das unidades de conservação e seus recursos naturais, bem como de suas zonas de amortecimento; Proteger e zelar pela infraestrutura das unidades de conservação; Corrigir, examinar, selecionar e preparar elementos necessários à execução da fiscalização externa. Verificar as violações às normas sobre poluição sonora, como uso de buzinas, casa de disco, clubes, boates, discotecas, alto-falantes, bandas de música, entre outras; Inspeccionar guias de trânsito para transporte de madeira, cablo, lenha, carvão, areia e qualquer outro produto extrativo, examinando-as nos termos das leis e regulamentos que defendam o patrimônio ambiental, para verificar a origem dos mesmos e apreendê-los, quando encontrados em situação irregular; Emitir pareceres em processos de concessão de licenças para localização e funcionamento de atividades reais ou potencialmente poluidoras ou de exploração de recursos ambientais; Acompanhar a conservação dos rios, flora e fauna de parques e reservas florestais do Município, controlando as ações desenvolvidas e/ou verificando o andamento de práticas, para comprovar o cumprimento das instruções técnicas e de proteção ambiental; Organizar coletâneas de pareceres, decisões e documentos concernentes à interpretação da legislação com relação ao meio ambiente; Instaurar processos por infração verificada pessoalmente; Participar de sindicâncias especiais para instauração de processos ou apuração de denúncias e reclamações; Contatar, quando necessário, outros órgãos públicos, comunicando a emergência e solicitando socorro; Articular-se com fiscais de outras áreas, bem como com as forças de policiamento, sempre que necessário; Redigir memorandos, ofícios, relatórios e demais documentos relativos aos serviços de fiscalização executados; Formular críticas e propor sugestões que visem aprimorar e agilizar os trabalhos de fiscalização, tornando-os mais eficazes; Realizar plantões fiscais e emitir relatórios sobre os resultados das fiscalizações efetuadas;</p>	Curso Técnico de nível médio em Meio Ambiente, Registro profissional ativo e CNH categoria "A" e "B"	30h	2.488,16
314	Técnico em Segurança do Trabalho	<p>Efetuar plantões noturnos, quando necessário; Conduzir veículo oficial para fiscalizar, inspecionar, diligenciar e executar atividades afins às do cargo; Participar, quando designado, como gestor ou fiscal de contratos, na sua área de atuação; Atuar como preposto, quando designado; Participar das atividades administrativas, de controle e de apoio referentes à sua área de atuação; Elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação; Participar das atividades de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal técnico e auxiliar, realizando-as em serviço ou ministrando palestras, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação; Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com unidades da Administração Direta e outros órgãos e entidades públicas e particulares, realizando estudos, emitindo pareceres ou fazendo exposições sobre situações e/ou problemas identificados, opinando, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município; Executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associadas ao seu cargo ou ambiente organizacional.</p>	Curso Técnico de nível médio em Segurança do Trabalho e Registro profissional ativo	30h	2.488,16
315	Topógrafo	<p>Realizar levantamentos topográficos, altimétricos e planimétricos, posicionando e manejando teodolitos, níveis, trenas, bússolas, telêmetros e outros aparelhos de medição, para determinar altitudes, distâncias, ângulos, coordenadas de nível e outras características da superfície terrestre; Efetuar o reconhecimento básico da área programada, analisando as características do terreno; Executar os trabalhos topográficos relativos a balizamento, colocação de estacas, pontos de georeferenciamento, referência de nível e outros; Elaborar cálculos topográficos, plantas, desenhos, esboços, relatórios técnicos, cartas topográficas, aerofotogrametria e georeferenciamento, indicando e anotando pontos e convenções para o desenvolvimento de plantas e projetos; Registrar os dados obtidos em formulários específicos, anotando os valores lidos e cálculos numéricos efetuados, para posterior análise; Emitir certidões de localização e confrontações de imóveis, conferindo as medidas no local e consultando o cadastro da Prefeitura; Analisar as diferenças entre pontos, altitudes e distâncias, aplicando fórmulas, consultando tabelas e efetuando cálculos baseados nos elementos colhidos, para complementar as informações registradas; Analisar mapas, plantas, títulos de propriedade, registros e especificações, estudando-os e calculando as medições a serem efetuadas, para preparar esquemas de levantamento da área em questão; Fornecer dados topográficos quanto ao alinhamento e nivelamento de ruas para os contribuintes, a fim de orientar a construção de casas, estabelecimentos comerciais, entre outros; Providenciar o aferimento dos instrumentos utilizados; Orientar e acompanhar seus auxiliares, determinando o balizamento, a colocação de estacas, indicando as referências de nível, marcos de locação e demais elementos para a correta execução dos trabalhos; Participar de programa de treinamento, quando convocado; Executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se de equipamentos e programas de informática; Manter os equipamentos e a unidade de trabalho organizada, zelando pela sua conservação e comunicando ao superior imediato eventuais problemas; Participar, quando designado, como gestor ou fiscal de contratos, na sua área de atuação; Atuar como preposto, quando designado; Participar das atividades administrativas, de controle e de apoio referentes à sua área de atuação; Elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação; Participar das atividades de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal técnico e auxiliar, realizando-as em serviço ou ministrando palestras, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação; Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com unidades da Administração Direta e outros órgãos e entidades públicas e particulares, realizando estudos, emitindo pareceres ou fazendo exposições sobre situações e/ou problemas identificados, opinando, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município; Executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associadas ao seu cargo ou ambiente organizacional.</p>	Curso Técnico de nível médio em Topografia e Registro profissional ativo	30h	2.488,16

ANEXO IV – QUADRO COM INFORMAÇÕES SOBRE OS CARGOS

QUADRO DE CARGOS – SUPERIOR					
Código	Cargo	ATRIBUIÇÃO SUMÁRIA	HABILITAÇÃO E REQUISITOS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VENCIMENTO + ADICIONAL DE ATIVIDADE (RS)
400	Intérprete Educacional	Traduzir e interpretar a Língua Portuguesa para a Língua Brasileira de Sinais ou a Língua Brasileira de Sinais para a Língua Portuguesa nos diversos contextos da escola, de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos com surdez; Atuar como intérprete do aluno com surdez frente às situações de comunicação em sala de aula e outras ações no contexto escolar que demandem a interlocução entre ouvintes e pessoas com surdez; Estabelecer a intermediação comunicativa entre os usuários de Língua Brasileira de Sinais e os de Língua Oral/Língua Portuguesa no contexto escolar, traduzindo/interpretando as atividades escolares, com o objetivo de assegurar o acesso aos alunos com surdez à educação; Interpretar com fidelidade, não omitindo nenhuma fala da comunicação estabelecida entre o ouvinte e o aluno com surdez; Redirecionar ao professor regente os questionamentos, dúvidas, sugestões e observações dos alunos; Estimular sem parcialidade a relação direta entre alunos com surdez e professor regente, ou entre alunos com surdez e outros participantes da comunidade escolar; Esclarecer e apoiar o professor regente no que diz respeito à escrita dos alunos com surdez, acompanhando-o, caso necessário e, mediante solicitação, na correção das avaliações e na leitura dos textos dos alunos; Buscar, quando necessário, o auxílio do professor regente, antes, durante e após as aulas, com o objetivo de garantir a qualidade de sua atuação, bem como a qualidade do acesso dos alunos com surdez à educação; Traduzir e interpretar nos diferentes setores da Prefeitura Municipal de Uberlândia, ou em outros espaços e eventos em que houver necessidade, a critério da Secretaria Municipal de Educação; Participar de eventos e cursos formação continuada; Participar das atividades administrativas, de controle e de apoio referentes à sua área de atuação; Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com unidades da Prefeitura e outras entidades públicas e particulares, realizando estudos, emitindo pareceres ou fazendo exposições sobre situações e/ou problemas identificados, opinando, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município; Executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associadas ao seu cargo ou ambiente organizacional	Profissional ouvinte com curso de bacharelado em Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras/Língua Portuguesa (nos termos do Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005); ou curso de licenciatura em Letras com habilitação em Libras ou Letras/Libras; ou curso de graduação em qualquer área com certificação de proficiência na tradução e interpretação de Libras-Língua Portuguesa e Língua Portuguesa-Libras (Prolibras), comprovada por certificado obtido por meio de exame promovido pelo MEC ou expedido por instituição de ensino superior credenciada pelo MEC ou CEE, ou por Associações de Pessoas com Surdez ou Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos - FENEIS ou por instituições credenciadas por Secretarias Estaduais de Educação com Centros de Atendimento às Pessoas com Surdez (CAS).	25h	2.606,47
401	Professor de Ensino Religioso	Ministrar aulas, atividades pedagógicas planejadas, propiciando aprendizagens significativas para os educandos, desde o 1º ao 9º Ano do Ensino Fundamental, observando as especificidades e exigências do cargo; Elaborar plano de aula, programas e planos de trabalho, de acordo com a proposta pedagógica da escola e do regimento escolar; Seguir as diretrizes político-pedagógicas da Rede Pública Municipal de Ensino, respeitadas as peculiaridades da unidade educativa, integrando-se à ação pedagógica, como copartícipe na elaboração e execução da mesma; Acompanhar e avaliar o desenvolvimento do processo pedagógico dos educandos, atribuindo-lhes notas ou conceitos, registrando frequência e avaliações nos prazos fixados, bem como relatórios de aproveitamento, de acordo com o regimento escolar; Promover aulas e trabalhos de recuperação paralela com os alunos que apresentem necessidade de atenção específica; Participar das reuniões de pais, reuniões pedagógicas, encontros de formação, seminários e outros da mesma natureza, promovidos pelo Município; Realizar os planejamentos, registros e relatórios necessários ao processo pedagógico; Participar ativamente do processo de integração da escola-família-comunidade; Observar e registrar o processo de desenvolvimento dos alunos, tanto individualmente como em grupo com o objetivo de acompanhar o processo de ensino-aprendizagem; Elaborar e organizar atividades com desenhos, pintura, de conversação ou canto, entre outras, a fim de auxiliar no desenvolvimento físico, mental e social dos alunos; Organizar solenidades comemorativas de fatos marcantes, promovendo concursos, debates, dramatizações ou jogos para ativar o interesse dos alunos pelos acontecimentos histórico-sociais da pátria; Participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico da sua unidade escolar; Participar de eventos e cursos formação continuada; Participar das atividades administrativas, de controle e de apoio referentes à sua área de atuação; Participar das atividades de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal técnico e auxiliar, realizando-as em serviço ou ministrando aulas e palestras, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação; Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com unidades da Prefeitura e outras entidades públicas e particulares, realizando estudos, emitindo pareceres ou fazendo exposições sobre situações e/ou problemas identificados, opinando, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município; Executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associadas ao seu cargo ou ambiente organizacional.	Licenciatura Plena em Ciências da Natureza ou Licenciatura Plena em Biologia com habilitação em Ciências da Natureza	20h	2.606,47
402	Professor de Libras	Ensinar a Língua Brasileira de Sinais no Atendimento Educacional Especializado - AEE e no ensino regular, utilizando metodologia de ensino bilíngue; Organizar e administrar as turmas de AEE, durante sua atuação, segundo padrões determinados pela instituição; Elaborar e executar planejamento de AEE em parceria com os demais professores do AEE, definindo o número de atendimentos e os materiais que deverão ser produzidos; Planejar previamente as aulas, buscando sempre os melhores recursos e estratégias para o ensino da LIBRAS; Identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias, considerando as necessidades específicas dos alunos, elaborando plano de atuação; Reconhecer as habilidades e necessidades dos alunos de forma a promover o desenvolvimento, fluência e aperfeiçoamento de todos os alunos no uso da LIBRAS; Estabelecer a articulação com os professores das salas de aula e com os demais profissionais da escola, visando a disponibilização dos serviços e recursos e o desenvolvimento de atividades para a participação e aprendizagem dos alunos nas atividades escolares, bem como parcerias com áreas intersetoriais; Orientar os demais professores e as famílias sobre recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelos alunos de forma a ampliar suas habilidades, promovendo sua autonomia e participação; Promover o ensino de LIBRAS para a comunidade escolar, profissionais e pais, bem como para os demais alunos da escola em sala de aula para que a interlocução aconteça.	Licenciatura Plena em Libras ou em Letras (Libras/Língua Portuguesa como segunda língua); ou Licenciatura em qualquer área com Pós-Graduação lato sensu em LIBRAS, ou em Educação Especial, ou em Atendimento Educacional Especializado, com carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas. Ambos acrescidos de certificação de proficiência em Libras (Prolibras), comprovada por certificado obtido por meio de exame promovido pelo MEC ou expedido por instituição de ensino superior credenciada pelo MEC ou CEE, ou por Associações de Pessoas com Surdez ou Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos - FENEIS ou por instituições credenciadas por Secretarias Estaduais de Educação com Centros de Atendimento às Pessoas com Surdez (CAS).	20h	2.606,47
403	Professor de Atendimento Educacional Especializado	Atuar com os alunos público da Educação Especial em todas as atividades escolares nas quais se fizerem necessárias; Identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial; Elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade; Organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais; Acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola; Orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno; Ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação; Estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares.	Licenciatura Plena em Geografia	20h	2.606,47
405	Professor de Ciências da Natureza	Ministrar aulas, atividades pedagógicas planejadas, propiciando aprendizagens significativas para os educandos, desde o 6º ao 9º Ano do Ensino Fundamental, observando as especificidades e exigências do cargo; Elaborar plano de aula, programas e planos de trabalho, de acordo com a proposta pedagógica da escola e do regimento escolar; Seguir as diretrizes político-pedagógicas da Rede Pública Municipal de Ensino, respeitadas as peculiaridades da unidade educativa, integrando-se à ação pedagógica, como copartícipe na elaboração e execução da mesma; Acompanhar e avaliar o desenvolvimento do processo pedagógico dos educandos, atribuindo-lhes notas ou conceitos, registrando frequência e avaliações nos prazos fixados, bem como relatórios de aproveitamento, de acordo com o regimento escolar; Promover aulas e trabalhos de recuperação paralela com os alunos que apresentem necessidade de atenção específica; Participar das reuniões de pais, reuniões pedagógicas, encontros de formação, seminários e outros da mesma natureza, promovidos pelo Município; Realizar os planejamentos, registros e relatórios necessários ao processo pedagógico; Participar ativamente do processo de integração da escola-família-comunidade; Observar e registrar o processo de desenvolvimento dos alunos, tanto individualmente como em grupo com o objetivo de acompanhar o processo de ensino-aprendizagem; Elaborar e organizar atividades com desenhos, pintura, de conversação ou canto, entre outras, a fim de auxiliar no desenvolvimento físico, mental e social dos alunos; Organizar solenidades comemorativas de fatos marcantes, promovendo concursos, debates, dramatizações ou jogos para ativar o interesse dos alunos pelos acontecimentos histórico-sociais da pátria; Participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico da sua unidade escolar; Participar de eventos e cursos formação continuada; Participar das atividades administrativas, de controle e de apoio referentes à sua área de atuação; Participar das atividades de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal técnico e auxiliar, realizando-as em serviço ou ministrando aulas e palestras, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação; Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com unidades da Prefeitura e outras entidades públicas e particulares, realizando estudos, emitindo pareceres ou fazendo exposições sobre situações e/ou problemas identificados, opinando, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município; Executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associadas ao seu cargo ou ambiente organizacional.	Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior, com habilitação específica em área própria; ou Licenciatura Plena em Pedagogia com habilitação nas séries iniciais da Educação Básica; ou conclusão até o final de 2007, em curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, desde que tenham cursado com aproveitamento em Estrutura e Funcionamento da Educação Básica ou equivalente, Metodologia da Educação Infantil ou equivalente, Prática de Ensino-Estágio Supervisionado na Educação Básica, com carga horária mínima de 300 (trezentas) horas, de acordo com o disposto no art. 65 da Lei nº 9394 de 1996. O apostilamento da habilitação para o exercício do magistério deverá constar no verso do diploma	20h	2.606,47

ANEXO IV – QUADRO COM INFORMAÇÕES SOBRE OS CARGOS

406	Professor de Educação Física	<p>Ministrar aulas, atividades pedagógicas planejadas, propiciando aprendizagens significativas para os educandos, desde a Educação Infantil ao 9º Ano do Ensino Fundamental, observando as especificidades e exigências do cargo; Elaborar plano de aula, programas e planos de trabalho, de acordo com a proposta pedagógica da escola e do regimento escolar; Seguir as diretrizes político-pedagógicas da Rede Pública Municipal de Ensino, respeitadas as peculiaridades da unidade educativa, integrando-se à ação pedagógica, como copartícipe na elaboração e execução da mesma; Acompanhar e avaliar o desenvolvimento do processo pedagógico dos educandos, atribuindo-lhes notas ou conceitos, registrando frequência e avaliações nos prazos fixados, bem como relatórios de aproveitamento, de acordo com o regimento escolar;</p> <p>Promover aulas e trabalhos de recuperação paralela com os alunos que apresentem necessidade de atenção específica; Participar das reuniões de pais, reuniões pedagógicas, encontros de formação, seminários e outros da mesma natureza, promovidos pelo Município; Realizar os planejamentos, registros e relatórios necessários ao processo pedagógico; Participar ativamente do processo de integração da escola-família-comunidade; Observar e registrar o processo de desenvolvimento dos alunos, tanto individualmente como em grupo com o objetivo de acompanhar o processo de ensino-aprendizagem; Elaborar e organizar atividades com desenhos, pintura, de conversação ou canto, entre outras, a fim de auxiliar no desenvolvimento físico, mental e social dos alunos; Organizar solenidades comemorativas de fatos marcantes, promovendo concursos, debates, dramatizações ou jogos para ativar o interesse dos alunos pelos acontecimentos histórico-sociais da pátria; Participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico da sua unidade escolar; Participar de eventos e cursos formação continuada; Participar das atividades administrativas, de controle e de apoio referentes à sua área de atuação; Participar das atividades de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal técnico e auxiliar, realizando-as em serviço ou ministrando aulas e palestras, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação;</p> <p>Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com unidades da Prefeitura e outras entidades públicas e particulares, realizando estudos, emitindo pareceres ou fazendo exposições sobre situações e/ou problemas identificados, opinando, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município; Executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associadas ao seu cargo ou ambiente organizacional.</p>	Licenciatura Plena em Ensino Religioso ou Ciências da Religião ou Educação Religiosa; ou Licenciatura Plena em qualquer área do conhecimento, cujo currículo conste conteúdo relativo a Ciências da Religião, Metodologia e Filosofia do Ensino Religioso ou Educação Religiosa, com carga horária mínima de 500 (quinhentas) horas ou; Licenciatura Plena em qualquer área do conhecimento, acrescida de pós-graduação lato sensu em Ensino Religioso, Educação Religiosa ou Ciências da Religião, com carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas	20h	2.606,47
407	Professor de Geografia	<p>Ministrar aulas, atividades pedagógicas planejadas, propiciando aprendizagens significativas para os educandos, desde o 6º ao 9º Ano do Ensino Fundamental, observando as especificidades e exigências do cargo; Elaborar plano de aula, programas e planos de trabalho, de acordo com a proposta pedagógica da escola e do regimento escolar; Seguir as diretrizes político-pedagógicas da Rede Pública Municipal de Ensino, respeitadas as peculiaridades da unidade educativa, integrando-se à ação pedagógica, como copartícipe na elaboração e execução da mesma; Acompanhar e avaliar o desenvolvimento do processo pedagógico dos educandos, atribuindo-lhes notas ou conceitos, registrando frequência e avaliações nos prazos fixados, bem como relatórios de aproveitamento, de acordo com o regimento escolar; Promover aulas e trabalhos de recuperação paralela com os alunos que apresentem necessidade de atenção específica; Participar das reuniões de pais, reuniões pedagógicas, encontros de formação, seminários e outros da mesma natureza, promovidos pelo Município; Realizar os planejamentos, registros e relatórios necessários ao processo pedagógico; Participar ativamente do processo de integração da escola-família-comunidade; Observar e registrar o processo de desenvolvimento dos alunos, tanto individualmente como em grupo com o objetivo de acompanhar o processo de ensino-aprendizagem; Elaborar e organizar atividades com desenhos, pintura, de conversação ou canto, entre outras, a fim de auxiliar no desenvolvimento físico, mental e social dos alunos; Organizar solenidades comemorativas de fatos marcantes, promovendo concursos, debates, dramatizações ou jogos para ativar o interesse dos alunos pelos acontecimentos histórico-sociais da pátria; Participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico da sua unidade escolar; Participar de eventos e cursos formação continuada; Participar das atividades administrativas, de controle e de apoio referentes à sua área de atuação; Participar das atividades de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal técnico e auxiliar, realizando-as em serviço ou ministrando aulas e palestras, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação; Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com unidades da Prefeitura e outras entidades públicas e particulares, realizando estudos, emitindo pareceres ou fazendo exposições sobre situações e/ou problemas identificados, opinando, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município; Executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associadas ao seu cargo ou ambiente organizacional.</p>	Licenciatura Plena em Letras ou em Letras (LIBRAS/Língua Portuguesa como segunda Língua); ou Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior, ambos acrescidos do certificado de proficiência em Língua Brasileira de Sinais emitido pelo Ministério da Educação – MEC ou por instituições credenciadas por Secretarias de Educação, ou por Associações de Pessoas com Surdez ou Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – FENEIS ou Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e Atendimento às Pessoas com Surdez – CAS ou Centro Municipal de Estudos e Projetos Educacionais Julieta Diniz – CEMEPE	20h	2.606,47
408	Professor de Educação Infantil e 1º ao 5º ano	<p>Ministrar aulas, atividades pedagógicas planejadas, propiciando aprendizagens significativas para os educandos, desde a Educação Infantil ao 5º Ano do Ensino Fundamental, observando as especificidades e exigências do cargo; Elaborar plano de aula, programas e planos de trabalho, de acordo com a proposta pedagógica da escola e do regimento escolar; Seguir as diretrizes político-pedagógicas da Rede Pública Municipal de Ensino, respeitadas as peculiaridades da unidade educativa, integrando-se à ação pedagógica, como copartícipe na elaboração e execução da mesma; Acompanhar e avaliar o desenvolvimento do processo pedagógico dos educandos, atribuindo-lhes notas ou conceitos, registrando frequência e avaliações nos prazos fixados, bem como relatórios de aproveitamento, de acordo com o regimento escolar; Promover aulas e trabalhos de recuperação paralela com os alunos que apresentem necessidade de atenção específica; Participar das reuniões de pais, reuniões pedagógicas, encontros de formação, seminários e outros da mesma natureza, promovidos pelo Município; Realizar os planejamentos, registros e relatórios necessários ao processo pedagógico; Participar ativamente do processo de integração da escola-família-comunidade; Observar e registrar o processo de desenvolvimento dos alunos, tanto individualmente como em grupo com o objetivo de acompanhar o processo de ensino-aprendizagem; Elaborar e organizar atividades com desenhos, pintura, de conversação ou canto, entre outras, a fim de auxiliar no desenvolvimento físico, mental e social dos alunos; Organizar solenidades comemorativas de fatos marcantes, promovendo concursos, debates, dramatizações ou jogos para ativar o interesse dos alunos pelos acontecimentos histórico-sociais da pátria; Participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico da sua unidade escolar; Participar de eventos e cursos formação continuada; Participar das atividades administrativas, de controle e de apoio referentes à sua área de atuação; Participar das atividades de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal técnico e auxiliar, realizando-as em serviço ou ministrando aulas e palestras, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação; Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com unidades da Prefeitura e outras entidades públicas e particulares, realizando estudos, emitindo pareceres ou fazendo exposições sobre situações e/ou problemas identificados, opinando, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município; Executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associadas ao seu cargo ou ambiente organizacional.</p>	Licenciatura Plena em qualquer área do conhecimento e Curso de Especialização a nível de pós-graduação lato sensu em Educação Especial, ou em Atendimento Educacional Especializado, com carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas.	20h	2.606,47
404	Analista Cultural - Música	<p>Planejar e executar ações da Atividade Música, alinhando-as à Política Cultural da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo - SMCT, ou outro órgão que vier substituir, e às diretrizes institucionais do Município de Uberlândia, considerando sua realização nos diferentes bairros e regiões da cidade; Elaborar documentos técnicos e orientadores referenciais para as atividades Música, que contribuam com políticas e programas de trabalho da SMCT; Auxiliar na elaboração de programas, projetos artísticos e programações municipais referenciais em Música; Acompanhar recursos orçamentários para execução de projetos em Música, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo gestor da SMCT; Acompanhar projetos, programas e pesquisas no âmbito da Música, buscando manter-se permanentemente atualizado com relação a esse campo de produção; Realizar capacitações e pesquisas visando ao desenvolvimento de equipes e projetos da SMCT, em temáticas correlatas à Atividade Música e à Gestão de Projetos Culturais; Contribuir para a criação de metas e elaboração de indicadores de monitoramento, acompanhando a avaliação quantitativa e qualitativa de resultados de projetos em Música desenvolvidos pela SMCT; e Executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associadas ao seu cargo ou ambiente organizacional.</p>	Graduação em Música	30h	3.827,80 + Adicional de Atividade 1.310,51

## PROGRAMAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA

#### ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO

#### LÍNGUA PORTUGUESA (TODOS OS CARGOS)

##### PROGRAMA

1. Leitura e interpretação de textos. 2. Conhecimentos linguísticos (norma padrão da língua portuguesa): ortografia (conforme o Novo Acordo Ortográfico); acentuação gráfica; emprego de sinais de pontuação. Formação de palavras, sinonímia, antonímia. Classe de palavras. Função das palavras nos enunciados e nos textos. Emprego de conectores. Colocação pronominal. Emprego de tempos e modos verbais. Estruturação sintática e semântica dos termos na oração e das orações no período: coordenação e subordinação. Regência nominal e verbal; uso do sinal indicativo de crase. Concordância nominal e verbal. 3. Tipologia textual (narração, descrição, exposição, argumentação e injunção). Argumentação: formas de articulação dos argumentos; elementos da organização textual: segmentação, progressão, encadeamento e ordenação. Gêneros textuais: estrutura e função. Princípios de textualidade: coesão e coerência textuais. Paragrafação. A construção dos sentidos do texto. 4. Funções de linguagem. Figuras de Linguagem. Multimodalidade: linguagem verbal e não verbal.

##### REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Irandé. **Análise de textos: fundamentos e práticas**. São Paulo: Parábola, 2011.
- COSTA VAL, Maria da Graça. Repensando a textualidade. In: AZEREDO, José Carlos (org.). **Língua Portuguesa em Debate: conhecimento e ensino**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 34-51.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.
- EMEDIATO, Wander. **A fórmula do texto**. São Paulo: Geração Editorial, 2007.
- FARACO, Carlos Alberto. **Novo Acordo Ortográfico**. Editora Parábola. Disponível em: <https://www.escrevendoofuturo.org.br/EscrevendoFuturo/arquivos/187/novoacordo2.pdf>. Acesso em: 26 maio 2023.
- FERNANDES, Francisco. **Dicionário de Sinônimos e Antônimos da Língua Portuguesa**. São Paulo: Globo, 1999.
- FONTANA, Niura M., PAVAIANI, Neires; PRESSATO, Isabel. **Práticas de Linguagem: gêneros discursivos e interação**. Caxias do Sul-RS: Educ, 2009.
- INFANTE, Ulisses. **Do texto ao texto**. São Paulo: Scipione, 1991.
- KOCH, Ingedore Villaça. **O texto e a construção dos sentidos**. São Paulo: Contexto, 1998.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e escrever: estratégias de produção textual**. São Paulo: Contexto, 2014.
- KOCH, Ingedore Villaça; TRAVAGLIA, L. Carlos. **Texto e coerência**. São Paulo: Contexto, 1997.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARINHO, Janice Helena Chaves; DACONTI, Geruza Corrêa; CUNHA, Gustavo Ximenes. **O texto e sua tipologia: fundamentos e aplicações**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2012.

PASQUALE; ULISSES. **Gramática da Língua Portuguesa**. São Paulo: Scipione.

PLATÃO e FIORIN. **Lições de texto: leitura e redação**. São Paulo: Ática, 2002.

## MATEMÁTICA (TODOS OS CARGOS)

### PROGRAMA

1. Linguagem básica de conjuntos: pertinência, inclusão, igualdade, reunião, interseção e diferença, problemas. 2. Sistema de numeração decimal. 3. Conjunto dos números naturais: adição, subtração, multiplicação e divisão de números naturais. 4. Conjunto dos números racionais: operações com frações e números decimais (adição, subtração, multiplicação e divisão). 5. Porcentagem, proporção, regra de três simples e composta. 6. Sistema monetário brasileiro, medidas de comprimento, massa, capacidade e tempo. 7. Média aritmética simples. 8. Geometria plana: elementos primitivos, semirretas, semiplanos, segmentos e ângulos; retas perpendiculares e retas paralelas; área de triângulos e quadriláteros. 9. Leitura e identificação de dados apresentados em gráficos e tabelas.

### REFERÊNCIAS

BIGODE, Antônio José Lopes; GIMENEZ, Joaquim. **Matemática do Cotidiano & suas Conexões**. 3º, 4º e 5º anos. São Paulo: FTD.

DANTE, Luiz Roberto. **Projeto Apis Matemática**. Ensino Fundamental, 3º, 4º e 5º anos. São Paulo: Ática.

GIOVANNI, José Ruy; GIOVANNI Jr., José Ruy. **A Conquista da Matemática**. 3º, 4º e 5º anos. São Paulo: FTD.

## CONHECIMENTOS GERAIS (TODOS OS CARGOS)

### PROGRAMA

Atualidades e conhecimentos gerais do município de Uberlândia, do estado de Minas Gerais e do Brasil. Conhecimentos relativos a aspectos históricos, geográficos, políticos, econômicos, culturais e sociais do município de Uberlândia, do estado de Minas Gerais e do Brasil.

### REFERÊNCIAS

CIDADE-BRASIL. Município de Uberlândia. Disponível em: <https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-uberlandia.html>. Acesso em: 7 jun. 2023.

IBGE. Uberlândia. Site eletrônico do IBGE relativo ao Município de Uberlândia. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/uberlandia/panorama>. Acesso em: 7 jun. 2023.

Imprensa escrita, falada, televisiva ou por internet.

Livros de História de Minas Gerais e do Brasil, e de Geografia de Minas Gerais e do Brasil (didáticos, ensaísticos ou científicos).

UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal de Uberlândia. Site eletrônico oficial. Disponível em: <https://www.uberlandia.mg.gov.br/>. Acesso em: 7 jun. 2023.

UBERLÂNDIA. Câmara Municipal de Uberlândia. Site eletrônico oficial. Disponível em: <https://www.camarauberlandia.mg.gov.br/>. Acesso em: 7 jun. 2023.

## ENSINO MÉDIO E MÉDIO TÉCNICO

### LÍNGUA PORTUGUESA (TODOS OS CARGOS)

#### PROGRAMA

Leitura e interpretação de textos. Tipologia textual e gêneros textuais. Ortografia e acentuação. Funções da linguagem. Recursos verbais, não verbais e multissemióticos. Denotação e conotação. Argumentação, opinião e informação. Figuras de linguagem. Conhecimentos linguísticos de acordo com a gramática tradicional: formação de palavras e seleção vocabular; classe de palavras e colocação pronominal; emprego de tempos e modos verbais; estruturação sintática e semântica dos termos na oração e das orações no período; emprego da regência nominal e verbal; emprego da concordância nominal e verbal; emprego dos sinais de pontuação e seus efeitos de sentido.

#### REFERÊNCIAS

ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernardete M. **Produção de texto**: interlocução e gêneros. São Paulo: Moderna, 2007.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa**. Disponível em: <http://www.academia.org.br/nossa-lingua/busca-no-vocabulario>. Acesso em: 24 jan. 2023.

AULETE. Dicionário Caldas Aulete. **@ulete digital**. Disponível em <http://aulete.com.br/>. Acesso em: 5 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Manual de Redação da Presidência da República**. Subchefia de Assuntos Jurídicos. Coordenação de Gilmar Ferreira Mendes, Nestor José Forster Júnior *et al.* 3. ed. Brasília: Presidência da República, 2018. 189 p. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/centrodeestudos/assuntos/manual-de-redacao-da-presidencia-da-republica/manual-de-redacao.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2023.

CEGALLA, Domingos Pachal. **Novíssima Gramática da Língua Portuguesa**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

KOCH, I. G. V. **Argumentação e Linguagem**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2006a.

KOCH, I. G. V. **Ler e compreender**: os sentidos do texto. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2006b.

### MATEMÁTICA (TODOS OS CARGOS)

#### PROGRAMA

1. Conjuntos numéricos: naturais, inteiros, racionais, irracionais e reais. Operações fundamentais, sistema de numeração, divisibilidade, fatoração, máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum, operações com frações, representação decimal, números decimais periódicos e não periódicos. 2. Unidades de medidas: comprimento, área, volume, ângulo, massa, tempo e velocidade. Conversão de

unidade de medidas. 3. Matemática comercial: razões, proporções (grandezas diretamente proporcionais e inversamente proporcionais), regra de três simples e composta. Porcentagem, juros e descontos simples e compostos. 4. Cálculo algébrico: operações com expressões algébricas; identidades algébricas notáveis; polinômios e operações; equações e inequações; equações de 1º e 2º graus; desigualdades de 1º grau; sistemas de equações de 1º e 2º graus. 5. Estatística: conceitos fundamentais de estatística descritiva (população, amostra e amostragem). Organização de dados (tabelas e gráficos). Medidas de tendência central (média, moda e mediana). 6. Sequências: Progressões aritméticas e geométricas. 7. Geometria plana: áreas e perímetros (triângulos, quadriláteros e circunferências). Relações métricas e trigonométricas em triângulos retângulos.

## REFERÊNCIAS

- DANTE, L. R. **Matemática**: contextos e aplicações. Ensino Médio. v. 1, 2 e 3. São Paulo: Ática 2011.
- GIOVANNI, J; CASTRUCCI, B; Giovanni, Jr. **A Conquista da Matemática**. Coleção do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental. São Paulo: FTD, 2018.
- IEZZI, G; DOLCE O. *et al.* **Matemática**: volume único. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
- IEZZI, G. *et al.* **Matemática**: ciência e aplicações. v. 1, 2 e 3. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
- PAIVA, M. R. **Matemática**: Paiva. v. 1, 2 e 3. 3. ed. Moderna Plus. São Paulo: Moderna, 2015.
- SMOLE, K. C. S.; DINIZ, M. I. **Matemática**. Ensino Médio. v. 1, 2 e 3. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

## CONHECIMENTOS GERAIS (TODOS OS CARGOS)

### PROGRAMA

Atualidades e conhecimentos gerais do município de Uberlândia, do estado de Minas Gerais e do Brasil, estabelecendo conexões com acontecimentos mundiais. Conhecimentos relativos a aspectos históricos, geográficos, políticos, econômicos, culturais e sociais do município de Uberlândia, do estado de Minas Gerais e do Brasil.

## REFERÊNCIAS

- CIDADE-BRASIL. Município de Uberlândia. Disponível em: <https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-uberlandia.html>. Acesso em: 7 jun. 2023.
- IBGE. Uberlândia. Site eletrônico do IBGE relativo ao Município de Uberlândia. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/uberlandia/panorama>. Acesso em: 7 jun. 2023.
- Imprensa escrita, falada, televisiva ou por internet.
- Livros de História de Minas Gerais e do Brasil, e de Geografia de Minas Gerais e do Brasil (didáticos, ensaísticos ou científicos).
- UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal de Uberlândia. Site eletrônico oficial. Disponível em: <https://www.uberlandia.mg.gov.br/>. Acesso em: 7 jun. 2023.
- UBERLÂNDIA. Câmara Municipal de Uberlândia. Site eletrônico oficial. Disponível em: <https://www.camarauberlandia.mg.gov.br/>. Acesso em: 7 jun. 2023.

## LEGISLAÇÃO (TODOS OS CARGOS)

## PROGRAMA

1. Decreto nº 20.179, de 10 de fevereiro de 2023. Aprova o Código de Ética do servidor público e da alta administração municipal, e suas alterações posteriores. 2. Lei Complementar Municipal nº 40/1992. Dispõe sobre o estatuto dos servidores públicos do Município de Uberlândia, suas autarquias, fundações públicas e Câmara Municipal, e suas alterações posteriores.

## REFERÊNCIAS

UBERLÂNDIA. **Decreto nº 20.179, de 10 de fevereiro de 2023.** Aprova o Código de Ética do servidor público e da alta administração municipal. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/u/uberlandia/decreto/2023/2018/20179/decreto-n-20179-2023-aprova-o-codigo-de-etica-do-servidor-publico-e-da-alta-administracao-municipal>. Acesso em: 7 jun. 2023.

UBERLÂNDIA. **Lei Complementar Municipal nº 40/1992.** Dispõe sobre o estatuto dos servidores públicos do Município de Uberlândia, suas autarquias, fundações públicas e Câmara Municipal. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/estatuto-do-servidor-funcionario-publico-uberlandia-mg>. Acesso em: 7 jun. 2023.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: FISCAL DE PATRIMÔNIO

### PROGRAMA

Legislação federal pertinente à sua área. Legislação municipal e os instrumentos de gestão patrimonial do município. Levantamento patrimonial: competência, relatório, inventários e conciliação. Reconhecimento e reavaliação de bens. Incorporação de bens patrimoniais: classificação, registro, cadastro e tombamento. Reintegração ou reivindicação de posse. Desfazimento de bens: alienação, doação e renúncia de posse. Fiscalização e vistoria de bens móveis e imóveis que constituem o patrimônio público. Fiscalização e controle de áreas objetos de doação, permissão, concessão ou autorização de uso, incluindo autuação de ocupantes e invasores. Processos de ocupação e desocupação de áreas públicas. Elaboração de laudos de vistoria, relatórios e pareceres. Programas de alienação de bens em desuso ou inservíveis. Normas, procedimentos e diretrizes referentes ao setor de patrimônio. Conhecimentos básicos de informática.

### REFERÊNCIAS

BARBOSA, Diogo Duarte. **Manual de Controle Patrimonial nas Entidades Públicas.** Editora Gestão Pública, Brasília/2013.

BRASIL. **Instrução Normativa nº 205 da Secretaria de Administração Pública, de 08 de abril de 1998.**

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. **Manual de Inventariança.** Brasília, 2016.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e suas alterações.** Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4320.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm). Acesso em: 14 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998 e suas alterações.** Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, altera dispositivos dos Decretos-Leis nos 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987, regulamenta o § 2º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias,

e dá outras providências. Disponível em:  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9636compilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9636compilado.htm). Acesso em: 14 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 e suas alterações.** Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em:  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10257.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm). Acesso em: 14 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. **Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações.** Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Disponível em:  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm). Acesso em: 14 jun. 2023.

BRASIL. TCU. **Portaria nº 6 de 13 de janeiro de 2004 e suas alterações.** Manual de Patrimônio.

UBERLÂNDIA. Câmara Municipal. **Lei Complementar nº 40, de 06 de novembro de 1992.** Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Uberlândia, suas Autarquias, Fundações Públicas e Câmara Municipal e suas alterações. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/u/uberlandia/lei-complementar/1992/4/40/lei-complementar-n-40-1992-dispoe-sobre-o-estatuto-dos-servidores-publicos-do-municipio-de-uberlandia-suas-autarquias-fundacoes-publicas-e-camara-municipal>. Acesso em: 7 jun. 2023.

UBERLÂNDIA. Câmara Municipal. **Lei Complementar nº 751, de 15 de março de 2023.** Estabelece a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Município de Uberlândia e dá outras providências. Disponível em: <http://leismunicipa.is/Ofafx>. Acesso em: 14 jun. 2023.

UBERLÂNDIA. Câmara Municipal. **Lei Orgânica do Município de Uberlândia e suas alterações.** Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/lei-organica-uberlandia-mg>. Acesso em: 7 jun. 2023.

UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal. **Decreto nº 18.289, de 27 de setembro de 2019.** Estabelece normas e diretrizes a serem observadas no trâmite de processos administrativos de competência da Coordenadoria Geral de Patrimônio, da Secretaria Municipal de Administração, e dá outras providências. Disponível em: <http://leismunicipa.is/bdfux>. Acesso em: 14 jun. 2023.

UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal. **Decreto nº 20.154, de 01 de abril de 2023.** Regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública Municipal, direta, autárquica e fundacional do Município de Uberlândia. Disponível em: <http://leismunicipa.is/Oc2ug>. Acesso em: 14 jun. 2023.

UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal. **Decreto nº 20.272, de 01 de abril de 2023.** Dispõe sobre a estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Administração. Disponível em: <http://leismunicipa.is/0guk5>. Acesso em: 14 jun. 2023.

UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal. **Lei Ordinária nº 12.723, de 28 de junho de 2017.** Dispõe sobre os procedimentos administrativos a serem adotados pelo Município de Uberlândia para concessão de direito real de uso de bens públicos imóveis municipais dá outras providências. Disponível em: <http://leismunicipa.is/nrvfe>. Acesso em: 14 jun. 2023.

UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal. **Lei Ordinária nº 12.815, de 16 de outubro de 2017.** Dispõe acerca da autorização de uso de áreas públicas municipais ociosas, revoga a Lei nº 7.953, de 06 de março de 2002 e dá outras providências. Disponível em: <http://leismunicipa.is/svejg>. Acesso em: 14 jun. 2023.

UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal. **Portaria Conjunta SMA/SMF nº 535, de 24 de maio de 2023.** Manual de Procedimentos Patrimoniais do Município de Uberlândia. Disponível em: [www.uberlandia.mg.gov.br](http://www.uberlandia.mg.gov.br). Acesso em: 14 jun. 2023.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Manual de Administração Patrimonial.** São Paulo, 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Cartilha conhecendo a rotina de patrimônio**. Salvador, 2018.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: FISCAL DE POSTURAS

### PROGRAMA

Desenho técnico: tipos, formatos, dimensões e dobradura de papel; linhas utilizadas no desenho técnico, escalas; desenhos de plantas e cortes de edificações e componentes dos edifícios; leitura, interpretação e produção de desenhos de arquitetura, de estruturas, de fundações, de instalações prediais em geral e de topografia. Materiais de construção: características e propriedades dos materiais de construção; controle tecnológico dos materiais. Planejamento, execução e fiscalização de obras: organização de canteiros de obras; quantificações de materiais e serviços, inclusive de reformas; medições; orçamentos; vistorias técnicas e fiscalização de obras; processos de compra e de controle de materiais; licitações e contratos administrativos; cronogramas. Noções de segurança em obras e higiene do trabalho. Acessibilidade nas edificações. Saídas de emergência em edifícios. Segurança contra incêndios. Legislação sobre Posturas e sobre Meio Ambiente: normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana; política nacional de resíduos sólidos; política nacional de mobilidade urbana; ruído em áreas habitadas; política nacional do meio ambiente; proteção da vegetação, áreas de preservação permanente e as áreas de reserva legal; crimes ambientais. Legislação sobre licitações e contratos da Administração Pública e Licitações e Contratos Administrativos: Lei nº 8.666/1993; Lei nº 14.133/2021. Leis sobre Posturas: legislação federal (Lei nº 10.257/2001; Lei nº 12.305/2010; Lei nº 12.587/2012; ABNT; medição e avaliação de níveis de pressão sonora em áreas habitadas – aplicação de uso geral; NBR 10.151); legislação municipal (Lei nº 10.280/2009; Lei Complementar nº 709/2020; Lei nº 10.741/2011; Lei nº 12.504/2016; Decreto nº 18.230/2019; Lei nº 10.686/2010). Leis sobre meio ambiente: legislação federal (Lei nº 12.651/2012; Lei nº 12.305/2010; Lei nº 6.938/1981; Lei nº 9.605/1998; ABNT; medição e avaliação de níveis de pressão sonora em áreas habitadas – aplicação de uso geral; NBR 10.151); legislação estadual (Lei Estadual nº 20.922/2013); legislação municipal: Lei nº 10.700/2011; Lei nº 13.833/2022; Lei nº 12.404/2016; Lei Complementar nº 623/2017; Decreto nº 17.297/2017; Decreto nº 12.553/2010; Lei Complementar nº 716/2020). Legislação estadual referente à segurança contra incêndio e pânico – Corpo de Bombeiros do Estado de Minas Gerais (circulares, decretos, instruções técnicas, leis e portarias). Legislação do município: Lei Orgânica do Município de Uberlândia-MG; Lei Complementar nº 40/1992.

### REFERÊNCIAS

- BAUER, L. A. F. **Materiais de Construção**. Rio de Janeiro: LTC, 2022.
- MATTOS, A. D. **Como Preparar Orçamento de Obras**. São Paulo: Oficina de Textos, 2019.
- PFEIL, W. **Estruturas de Madeira**. Rio de Janeiro: LTC, 2021.
- RIBEIRO, C. C. **Materiais de Construção Civil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.
- YAZIGI, W. **A Técnica de Edificar**. São Paulo: Blucher, 2021.

### LEGISLAÇÃO GERAL

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993**. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. **Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e suas alterações.** Lei de licitações e Contratos Administrativos. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm). Acesso em: 7 jun. 2023.

UBERLÂNDIA. Câmara Municipal. **Lei Complementar nº 40 de 06 de novembro de 1992.** Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Uberlândia, suas Autarquias, Fundações Públicas e Câmara Municipal e suas alterações. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/u/uberlandia/lei-complementar/1992/4/40/lei-complementar-n-40-1992-dispoe-sobre-o-estatuto-dos-servidores-publicos-do-municipio-de-uberlandia-suas-autarquias-fundacoes-publicas-e-camara-municipal>. Acesso em: 7 jun. 2023.

UBERLÂNDIA. Câmara Municipal. **Lei Orgânica do Município de Uberlândia e suas alterações.** Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/lei-organica-uberlandia-mg>. Acesso em: 7 jun. 2023.

### *LEGISLAÇÃO SOBRE POSTURAS*

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR nº 10.151.** Acústica — Medição e avaliação de níveis de pressão sonora em áreas habitadas. Aplicação de uso geral. 2. ed., 2019. v. corrigida, 2020.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e suas alterações.** Estatuto das Cidades. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10257.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm). Acesso em: 7 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.** Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm). Acesso em: 12 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. **Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012.** Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana; revoga dispositivos dos Decretos-Leis nºs 3.326, de 3 de junho de 1941, e 5.405, de 13 de abril de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis nºs 5.917, de 10 de setembro de 1973, e 6.261, de 14 de novembro de 1975; e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12587.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12587.htm). Acesso em: 12 jun. 2023.

UBERLÂNDIA. **Decreto nº 18.430, de 30 de dezembro de 2019.** (Revogado pelo decreto nº 18959/2021). Dispõe sobre as tarifas de consumo de água e do uso do Sistema de Esgotamento Sanitário e demais preços dos serviços prestados pelo Departamento Municipal de Água e Esgoto - DMAE, revoga o Decreto nº 17.914 de 11 de janeiro de 2019 e dá outras providências. Disponível em: <http://leismunicipa.is/cjxvr>. Acesso em: 12 jun. 2023.

UBERLÂNDIA. **Lei Complementar nº 709, de 8 de outubro de 2020.** Institui o programa "Tô Legal", que estabelece diretrizes para a regularização do comércio e da prestação de serviços em áreas, vias e logradouros públicos, e dá outras providências. Disponível em: <http://leismunicipa.is/symhq>. Acesso em: 12 jun. 2023.

UBERLÂNDIA. **Lei nº 10.280, de 28 de setembro de 2009.** Institui o Sistema Municipal para a Gestão Sustentável de Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos, revoga a Lei nº 9.244, de 26 de junho de 2006, e dá outras providências. Disponível em: <http://leismunicipa.is/jtecq>. Acesso em: 12 jun. 2023.

UBERLÂNDIA. **Lei nº 10.686, de 20 de dezembro de 2010.** Estabelece as diretrizes do sistema viário do município de Uberlândia, revoga os dispositivos legais que menciona e dá outras providências. Disponível em: <http://leismunicipa.is/eqftj>. Acesso em: 12 jun. 2023.

UBERLÂNDIA. **Lei nº 10.741, de 06 de abril de 2011.** Institui o Código Municipal de Posturas de Uberlândia e revoga a Lei nº 4744, de 05 de julho de 1988 e suas alterações. Disponível em: <http://leismunicipa.is/ajftq>. Acesso em: 12 jun. 2023.

UBERLÂNDIA. **Lei nº 12.504, de 25 de agosto de 2016.** Dispõe sobre o serviço público de coleta seletiva solidária dos resíduos recicláveis no município de Uberlândia e dá outras providências. Disponível em: <http://leismunicipa.is/rhjva>. Acesso em: 12 jun. 2023.

#### *LEGISLAÇÃO SOBRE MEIO AMBIENTE*

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR nº 6.118.** Projeto de estruturas de concreto — Procedimento. 3. ed., 2014. v. corrigida, 2014.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR nº 7.211.** Agregados para concreto — Especificação. 2. ed., 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR nº 7.678.** Segurança na execução de obras e serviços de construção. — Procedimento. 1983.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR nº 9.050.** Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 2. ed., 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR nº 9.077.** Saídas de emergência em edifícios. 2001.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.** Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6938.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm). Acesso em: 12 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.** Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9605.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm). Acesso em: 12 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.** Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm). Acesso em: 12 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.** Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm). Acesso em: 12 jun. 2023.

Legislação estadual referente à segurança contra incêndio e pânico – Corpo de Bombeiros do Estado de Minas Gerais (circulares, decretos, instruções técnicas, leis e portarias).

MINAS GERAIS. **Lei nº 20.922, de 16 de outubro de 2013.** Dispõe sobre as políticas florestal e de proteção à biodiversidade no Estado. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/atividade-parlamentar/leis/legislacao->

mineira/lei/min/;PORTAL\_SESSIONID=D7E091DF4D8188D00BEC2374F2AC75DB.worker2?tipo=Lei&num=20922&ano=2013&comp=&cons=0. Acesso em: 12 jun. 2023.

UBERLÂNDIA. **Lei Complementar nº 623, de 09 de agosto de 2017.** Dispõe sobre o Conselho Municipal de Desenvolvimento CODEMA, e revoga a Lei nº 11.642, de 17 de dezembro de 2013. Disponível em: <http://leismunicipa.is/pvkrq>. Acesso em: 12 jun. 2023.

UBERLÂNDIA. **Lei Complementar nº 716, de 18 de dezembro de 2020.** Institui o licenciamento ambiental no município de Uberlândia e dá outras providências. Disponível em: <http://leismunicipa.is/qyuda>. Acesso em: 12 jun. 2023.

UBERLÂNDIA. **Lei nº 10.700, de 09 de março de 2011.** Dispõe sobre a política de proteção, controle e conservação do meio ambiente, revoga a Lei Complementar nº 17, de 04 de dezembro de 1991 e suas alterações, e dá outras providências. Disponível em: <http://leismunicipa.is/jtfaq>. Acesso em: 12 jun. 2023.

UBERLÂNDIA. **Lei nº 12.404, de 18 de abril de 2016.** Estabelece, no âmbito, do município de Uberlândia, sanções e penalidades administrativas para aqueles que praticarem maus-tratos aos animais e dá outras providências. Disponível em: <http://leismunicipa.is/bvmrd>. Acesso em: 12 jun. 2023.

UBERLÂNDIA. **Lei nº 13.833, de 08 de setembro de 2022.** Cria o Conselho Municipal de Proteção e Bem-estar Animal e o Fundo Municipal de Proteção e Bem-estar Animal e dá outras providências. Disponível em: <http://leismunicipa.is/0054j>. Acesso em: 12 jun. 2023.

UBERLÂNDIA. **Decreto nº 12.553, de 1º de dezembro de 2010.** Regulamenta a Lei nº 9900, de 02 de julho de 2008, que "dispõe sobre a obrigatoriedade das concessionárias de veículos que operam no município de Uberlândia a plantarem árvores para a mitigação da poluição do ar, e dá outras providências". Disponível em: <http://leismunicipa.is/jatiq>. Acesso em: 12 jun. 2023.

UBERLÂNDIA. **Decreto nº 17.297, de 09 de outubro de 2017.** Aprova o regimento interno do Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental - CODEMA e revoga o Decreto nº 16.270, de 29 de janeiro de 2016. Disponível em: <http://leismunicipa.is/sfpmv>. Acesso em: 12 jun. 2023.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: MÚSICO INSTRUMENTISTA – CLARINETE

### PROGRAMA

Tonalidades maiores e menores. Escalas e arpejos. Compassos simples e compostos. Claves e transposições. Agógica: dinâmicas, expressões e articulações. Principais estilos e culturas musicais. Aspectos históricos das bandas musicais no Brasil. Formação sociocultural das músicas brasileiras. Tonalidades maiores e menores. Escalas e arpejos. Compassos simples e compostos. Claves e transposições. Agógica: dinâmicas, expressões e articulações. Principais estilos e culturas musicais. Aspectos históricos das bandas musicais no Brasil. Formação sociocultural das músicas brasileiras. Emissão de som. Legato e stacatto. Manutenção e cuidados com o instrumento. Metodologias de iniciação ao instrumento. Aspectos históricos do desenvolvimento do instrumento. Técnicas estendidas no clarinete. Afinação.

### REFERÊNCIAS

BINDER, Fernando Pereira. **Bandas Militares no Brasil: difusão e organização entre 1808 e 1889.** 2006. 132 f. Dissertação (Mestrado em música). Universidade Estadual Paulista. Instituto de artes. 2006. Disponível em:

[https://www.academia.edu/3087524/Bandas\\_Militares\\_no\\_Brasil\\_difus%C3%A3o\\_e\\_organiza%C3%A7%C3%A3o\\_entre\\_1808-1889.\\_Mestrado.\\_Volume\\_III\\_Anexos](https://www.academia.edu/3087524/Bandas_Militares_no_Brasil_difus%C3%A3o_e_organiza%C3%A7%C3%A3o_entre_1808-1889._Mestrado._Volume_III_Anexos). Acesso em: 14 jun. 2023.

CASTAGNA, Paulo. A música urbana de salão no século XIX. **Apostila de História da Música Brasileira Instituto de Artes da UNESP.** Disponível em: [http://www3.ia.unesp.br/Home/AreadoAluno/HMB\\_2004\\_apostila11.pdf](http://www3.ia.unesp.br/Home/AreadoAluno/HMB_2004_apostila11.pdf). Acesso em: 14 jun. 2023.

COSTA, Manuela Areias. **Música e história:** um estudo sobre as bandas de música civis e suas apropriações militares. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/viewFile/5707/4284>. Acesso em: 14 jun. 2023.

MAMMI, Lorenzo. **Antes da era do rádio: as origens da MPB.** Disponível em: <http://histdamuspop.blogspot.com/2012/04/antes-da-era-do-radio-as-origens-da-mpb.html>. Acesso em: 14 jun. 2023.

MED, Bohumil. **Teoria da música.** 4. ed. rev. e ampl. Brasília-DF: MusiMed, 1996.

TINHORÃO, José Ramos. **Os sons que vêm da rua.** 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora 34, 2005.

ADLER, Samuel. **The Study of Orchestration.** Third Edition. W. W. Norton & Company, Inc. 2002.

BAERMANN, Carl. **Complete method for clarinet Op. 63.** Third division. Edited by Gustave Langenus. Carl Fisher.

BENNETT, Roy. **Instrumentos da orquestra.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1982.

BINDER, Fernando Pereira. **Bandas Militares no Brasil:** difusão e organização entre 1808 e 1889. 2006. 132 f. Dissertação (Mestrado em música) – Universidade Estadual Paulista. Instituto de artes. 2006. Disponível em: [https://www.academia.edu/3087524/Bandas\\_Militares\\_no\\_Brasil\\_difus%C3%A3o\\_e\\_organiza%C3%A7%C3%A3o\\_entre\\_1808-1889.\\_Mestrado.\\_Volume\\_III\\_Anexos](https://www.academia.edu/3087524/Bandas_Militares_no_Brasil_difus%C3%A3o_e_organiza%C3%A7%C3%A3o_entre_1808-1889._Mestrado._Volume_III_Anexos). Acesso em: 7 jun. 2023.

CASTAGNA, Paulo. A música urbana de salão no século XIX. **Apostila de História da Música Brasileira. Instituto de Artes da UNESP.** Disponível em [http://www3.ia.unesp.br/Home/AreadoAluno/HMB\\_2004\\_apostila11.pdf](http://www3.ia.unesp.br/Home/AreadoAluno/HMB_2004_apostila11.pdf). Acesso em: 7 jun. 2023.

COSTA, Manuela Areias. **Música e história:** um estudo sobre as bandas de música civis e suas apropriações militares. Disponível em <http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/viewFile/5707/4284>. Acesso em: 7 jun. 2023.

LACERDA, Osvaldo. **Compêndio de teoria elementar da música.** 3. ed. São Paulo : Ricordi Brasileira, 1967.

MAMMI, Lorenzo. **Antes da era do rádio:** as origens da MPB. Disponível em: <http://histdamuspop.blogspot.com/2012/04/antes-da-era-do-radio-as-origens-da-mpb.html>. Acesso em: 7 jun. 2023.

MED, Bohumil. **Teoria da música.** 4. ed. rev. e ampl. Brasília-DF: MusiMed, 1996.

PRIOILLI, Maria Luisa de Mattos. **Princípios básicos da música para a juventude.** v. 1. 52. ed. revista e atualizada. Casa Oliveira de Músicas Ltda, 2011.

PINO, David. **The clarinet and clarinet playing.** Dover Publications, 1998.

REHFELDT, Phillip. **New directions for clarinet.** Scarecrow Press, 1994.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: MÚSICO INSTRUMENTISTA – OBOÉ

### PROGRAMA

Tonalidades maiores e menores. Escalas e arpejos. Compassos simples e compostos. Claves e transposições. Agógica: dinâmicas, expressões e articulações. Principais estilos e culturas musicais. Aspectos históricos das bandas musicais no Brasil. Formação sociocultural das músicas brasileiras. Emissão de som no oboé. Articulação e respiração no oboé. Aspectos históricos do instrumento. Aspectos interpretativos de obras de compositores brasileiros para oboé. Palheta dupla: características e aspectos históricos da confecção de palhetas para oboé. O Corne-Inglês: uma abordagem técnica interpretativa.

### REFERÊNCIAS

BINDER, Fernando Pereira. **Bandas Militares no Brasil: difusão e organização entre 1808 e 1889**. 2006. 132 f. Dissertação (Mestrado em música). Universidade Estadual Paulista. Instituto de artes. 2006. Disponível em: [https://www.academia.edu/3087524/Bandas\\_Militares\\_no\\_Brasil\\_difus%C3%A3o\\_e\\_organiza%C3%A7%C3%A3o\\_entre\\_1808-1889.\\_Mestrado.\\_Volume\\_III\\_Anexos](https://www.academia.edu/3087524/Bandas_Militares_no_Brasil_difus%C3%A3o_e_organiza%C3%A7%C3%A3o_entre_1808-1889._Mestrado._Volume_III_Anexos). Acesso em: 14 jun. 2023.

CASTAGNA, Paulo. A música urbana de salão no século XIX. **Apostila de História da Música Brasileira Instituto de Artes da UNESP**. Disponível em: [http://www3.ia.unesp.br/Home/AreadoAluno/HMB\\_2004\\_apostila11.pdf](http://www3.ia.unesp.br/Home/AreadoAluno/HMB_2004_apostila11.pdf). Acesso em: 14 jun. 2023.

COSTA, Manuela Areias. **Música e história: um estudo sobre as bandas de música civis e suas apropriações militares**. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/viewFile/5707/4284>. Acesso em: 14 jun. 2023.

MAMMI, Lorenzo. **Antes da era do rádio: as origens da MPB**. Disponível em: <http://histdamuspop.blogspot.com/2012/04/antes-da-era-do-radio-as-origens-da-mpb.html>. Acesso em: 14 jun. 2023.

MED, Bohumil. **Teoria da música**. 4. ed. rev. e ampl. Brasília-DF: MusiMed, 1996.

TINHORÃO, José Ramos. **Os sons que vêm da rua**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora 34, 2005.

DOMINGUES, R. S. V. **Análise de parâmetros acústicos e psicoacústicos da sonoridade do oboé associados aos diferentes estilos de raspados de palheta**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Música da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: [file:///C:/Users/win10/Downloads/tese\\_\\_ravi\\_shankar.pdf](file:///C:/Users/win10/Downloads/tese__ravi_shankar.pdf). Acesso em: 16 jun. 2023.

DOMINGUES, R. S. V. **Duo para Oboé e Fagote de Heitor Villa-Lobos: um estudo analítico para uma proposta interpretativa para o oboé**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Música da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014. Disponível em: [file:///C:/Users/win10/Downloads/pdf\\_final.pdf](file:///C:/Users/win10/Downloads/pdf_final.pdf). Acesso em: 16 jun. 2023.

MOTA, L. B. O oboé lírico de Osvaldo Lacerda: um olhar sobre seu conjunto de obras para oboé. **Caderno de música, artes visuais e artes essenciais**, v. 13, n. 2, Bogotá, Colombia, 2018. Disponível em: [https://revistas.javeriana.edu.co/index.php/cma/article/view/7\\_Lucius/\\_3LuciusM](https://revistas.javeriana.edu.co/index.php/cma/article/view/7_Lucius/_3LuciusM). Acesso em: 16 jun. 2023.

MONTEIRO, E. L. **O atelier de construção de palhetas de oboé em escolas especializadas do ensino de música: fundamentos e estratégias para a sua criação**. Relatório de estágio Mestrado em Ensino de Música. Universidade do Minho Instituto de Educação, Braga, Portugal, 2021. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/78419>. Acesso em: 16 jun. 2023.

PEROTTO, J. B. **Quinteto em Forma de Choros: uma abordagem técnica e interpretativa da versão original de Villa-Lobos, com ênfase na parte de Corne-Inglês**. Dissertação apresentada ao Programa de

Pós-Graduação em Música Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, 2013. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/26/dissert/815981.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2023.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: MÚSICO INSTRUMENTISTA – FAGOTE

### PROGRAMA

Tonalidades maiores e menores. Escalas e arpejos. Compassos simples e compostos. Claves e transposições. Agógica: dinâmicas, expressões e articulações. Principais estilos e culturas musicais. Aspectos históricos das bandas musicais no Brasil. Formação sociocultural das músicas brasileiras. Aspectos históricos do instrumento. Aspectos históricos das bandas musicais no Brasil. O fagote no Brasil. Manutenção e cuidados com o instrumento. Metodologias de iniciação ao instrumento. Teoria Musical Básica: escalas, arpejos, tonalidades maior e menor. Tessitura.

### REFERÊNCIAS

BINDER, Fernando Pereira. **Bandas Militares no Brasil: difusão e organização entre 1808 e 1889**. 2006. 132 f. Dissertação (Mestrado em música). Universidade Estadual Paulista. Instituto de artes. 2006. Disponível em: [https://www.academia.edu/3087524/Bandas\\_Militares\\_no\\_Brasil\\_difus%C3%A3o\\_e\\_organiza%C3%A7%C3%A3o\\_entre\\_1808-1889.\\_Mestrado.\\_Volume\\_III\\_Anexos](https://www.academia.edu/3087524/Bandas_Militares_no_Brasil_difus%C3%A3o_e_organiza%C3%A7%C3%A3o_entre_1808-1889._Mestrado._Volume_III_Anexos). Acesso em: 14 jun. 2023.

CASTAGNA, Paulo. A música urbana de salão no século XIX. **Apostila de História da Música Brasileira Instituto de Artes da UNESP**. Disponível em: [http://www3.ia.unesp.br/Home/AreadoAluno/HMB\\_2004\\_apostila11.pdf](http://www3.ia.unesp.br/Home/AreadoAluno/HMB_2004_apostila11.pdf). Acesso em: 14 jun. 2023.

COSTA, Manuela Areias. **Música e história: um estudo sobre as bandas de música civis e suas apropriações militares**. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/viewFile/5707/4284>. Acesso em: 14 jun. 2023.

MAMMI, Lorenzo. **Antes da era do rádio: as origens da MPB**. Disponível em: <http://histdamuspop.blogspot.com/2012/04/antes-da-era-do-radio-as-origens-da-mpb.html>. Acesso em: 14 jun. 2023.

MED, Bohumil. **Teoria da música**. 4. ed. rev. e ampl. Brasília-DF: MusiMed, 1996.

TINHORÃO, José Ramos. **Os sons que vêm da rua**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora 34, 2005.

**BENNETT, R.** Uma breve história da música, ed. Jorge Zahar, 1986, Rio de Janeiro.

**BINDER, F. P.** Bandas Militares no Brasil: difusão e organização entre 1808 e 1889. 2006. 132 f. Dissertação (Mestrado em música) – Universidade Estadual Paulista. Instituto de artes. 2006. Disponível em: [https://www.academia.edu/3087524/Bandas\\_Militares\\_no\\_Brasil\\_difus%C3%A3o\\_e\\_organiza%C3%A7%C3%A3o\\_entre\\_1808-1889.\\_Mestrado.\\_Volume\\_III\\_Anexos](https://www.academia.edu/3087524/Bandas_Militares_no_Brasil_difus%C3%A3o_e_organiza%C3%A7%C3%A3o_entre_1808-1889._Mestrado._Volume_III_Anexos)

**FAGERLANDE, A. M. R.** A presença do fagote na música de concerto brasileira – 1ª parte: séculos XVII ao XIX, UFRJ, RJ/RJ, 2014. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rbm/article/view/29204/16361>

\_\_\_\_\_. Trio (1921) para oboé, clarineta e fagote, de Heitor Villa-Lobos: Uma abordagem interpretativa, *Opus*, Goiânia, v. 16, n. 1, p. 70-98, jun. 2010. Disponível em: <https://www.anppom.com.br/revista/index.php/opus/article/viewFile/226/204>

\_\_\_\_\_ Uma pequena história do fagote no Brasil. Disponível em:  
[https://www.haryschweizer.com.br/Textos/fagote\\_brasileiro.htm](https://www.haryschweizer.com.br/Textos/fagote_brasileiro.htm)

**MED, Bohumil.** Teoria da música. 4. Ed. rev. e ampl. Brasília, DF: MusiMed, 1996. Disponível em:  
[https://www.faberj.edu.br/cfb-2015/downloads/biblioteca/teoria\\_musical/Bohumil%20Med%20-%20TEORIA%20DA%20MUSICA%20a%20Edicao%20Revista%20e%20Ampliada.pdf](https://www.faberj.edu.br/cfb-2015/downloads/biblioteca/teoria_musical/Bohumil%20Med%20-%20TEORIA%20DA%20MUSICA%20a%20Edicao%20Revista%20e%20Ampliada.pdf)

**PETRI, A.** Obras de compositores brasileiros para fagote solo. UNI-RIO, RJ/RJ, 1999. Disponível em:  
[https://www.haryschweizer.com.br/Textos/tese\\_ariane\\_caracteristicas.htm](https://www.haryschweizer.com.br/Textos/tese_ariane_caracteristicas.htm)  
**Schweizer, H.** FAGOTE, uma breve história,

\_\_\_\_\_ Manual para fagotistas. Disponível em: <https://www.haryschweizer.com.br>

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: MÚSICO INSTRUMENTISTA – SAX

### PROGRAMA

Tonalidades maiores e menores. Escalas e arpejos. Compassos simples e compostos. Claves e transposições. Agógica: dinâmicas, expressões e articulações. Principais estilos e culturas musicais. Aspectos históricos das bandas musicais no Brasil. Formação sociocultural das músicas brasileiras. Emissão de som no saxofone. Legato e stacatto. Estudo de sonoridade no saxofone. Manutenção e cuidados com o instrumento. Metodologias de iniciação ao instrumento. Aspectos históricos da criação do saxofone. Professores e saxofonistas que fizeram e fazem parte da história do saxofone. Técnicas estendidas no saxofone.

### REFERÊNCIAS

BINDER, Fernando Pereira. **Bandas Militares no Brasil:** difusão e organização entre 1808 e 1889. 2006. 132 f. Dissertação (Mestrado em música). Universidade Estadual Paulista. Instituto de artes. 2006. Disponível em:  
[https://www.academia.edu/3087524/Bandas\\_Militares\\_no\\_Brasil\\_difus%C3%A3o\\_e\\_organiza%C3%A7%C3%A3o\\_entre\\_1808-1889.\\_Mestrado.\\_Volume\\_III\\_Anexos](https://www.academia.edu/3087524/Bandas_Militares_no_Brasil_difus%C3%A3o_e_organiza%C3%A7%C3%A3o_entre_1808-1889._Mestrado._Volume_III_Anexos). Acesso em: 14 jun. 2023.

CASTAGNA, Paulo. A música urbana de salão no século XIX. **Apostila de História da Música Brasileira Instituto de Artes da UNESP.** Disponível em:  
[http://www3.ia.unesp.br/Home/AradoAluno/HMB\\_2004\\_apostila11.pdf](http://www3.ia.unesp.br/Home/AradoAluno/HMB_2004_apostila11.pdf). Acesso em: 14 jun. 2023.

COSTA, Manuela Areias. **Música e história:** um estudo sobre as bandas de música civis e suas apropriações militares. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/viewFile/5707/4284>. Acesso em: 14 jun. 2023.

MAMMI, Lorenzo. **Antes da era do rádio: as origens da MPB.** Disponível em:  
<http://histdamuspop.blogspot.com/2012/04/antes-da-era-do-radio-as-origens-da-mpb.html>. Acesso em: 14 jun. 2023.

MED, Bohumil. **Teoria da música.** 4. ed. rev. e ampl. Brasília-DF: MusiMed, 1996.

TINHORÃO, José Ramos. **Os sons que vêm da rua.** 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora 34, 2005.

CAPISTRANO, Rodrigo. **Apostila sobre o saxofone.** 2006. Disponível em:  
<https://rodrigocapistrano.mus.br/download/Apostila%20Completa.pdf>. Acesso em 14 jun. 2023.

FILHO, José Vieira. **Manual de reparo e manutenção de instrumentos musicais de sopro**. Rio de Janeiro: Funarte, 2015.

MARQUES, K. D. Abordagem Histórica das Técnicas Estendidas para o Saxofone. **Revista Música Hodie**, Goiânia, v. 14, n. 2, 2014. p.156 - 164.

PINTO, Marco Túlio. O saxofone clássico nos cursos de bacharelado no Brasil. In: **Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Música**, [24.]. 2014. São Paulo. p.1-8.

SOBRINHO, Jasson André Ferreira. **O processo contemporâneo de composição para saxofone: a utilização das técnicas estendidas**. 2013. 133f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Cultura Contemporânea). Universidade Federal de Mato Grosso. Instituto de linguagens, 2013.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: MÚSICO INSTRUMENTISTA – TROMBONE

### PROGRAMA

Tonalidades maiores e menores. Escalas e arpejos. Compassos simples e compostos. Claves e transposições. Agógica: dinâmicas, expressões e articulações. Principais estilos e culturas musicais. Aspectos históricos das bandas musicais no Brasil. Formação sociocultural das músicas brasileiras. História do instrumento. Emissão de som. Legato e staccato. Manutenção e cuidados com o instrumento. Metodologias de iniciação ao instrumento. Posições da vara e série harmônica no trombone. Correções da série harmônica.

### REFERÊNCIAS

BINDER, Fernando Pereira. **Bandas Militares no Brasil: difusão e organização entre 1808 e 1889**. 2006. 132 f. Dissertação (Mestrado em música). Universidade Estadual Paulista. Instituto de artes. 2006. Disponível em: [https://www.academia.edu/3087524/Bandas\\_Militares\\_no\\_Brasil\\_difus%C3%A3o\\_e\\_organiza%C3%A7%C3%A3o\\_entre\\_1808-1889.\\_Mestrado.\\_Volume\\_III\\_Anexos](https://www.academia.edu/3087524/Bandas_Militares_no_Brasil_difus%C3%A3o_e_organiza%C3%A7%C3%A3o_entre_1808-1889._Mestrado._Volume_III_Anexos). Acesso em: 14 jun. 2023.

CASTAGNA, Paulo. A música urbana de salão no século XIX. **Apostila de História da Música Brasileira Instituto de Artes da UNESP**. Disponível em: [http://www3.ia.unesp.br/Home/AradoAluno/HMB\\_2004\\_apostila11.pdf](http://www3.ia.unesp.br/Home/AradoAluno/HMB_2004_apostila11.pdf). Acesso em: 14 jun. 2023.

COSTA, Manuela Areias. **Música e história: um estudo sobre as bandas de música civis e suas apropriações militares**. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/viewFile/5707/4284>. Acesso em: 14 jun. 2023.

MAMMI, Lorenzo. **Antes da era do rádio: as origens da MPB**. Disponível em: <http://histdamuspop.blogspot.com/2012/04/antes-da-era-do-radio-as-origens-da-mpb.html>. Acesso em: 14 jun. 2023.

MED, Bohumil. **Teoria da música**. 4. ed. rev. e ampl. Brasília-DF: MusiMed, 1996.

TINHORÃO, José Ramos. **Os sons que vêm da rua**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora 34, 2005.

ARBAN, Joseph J. B. L. **Complete ARBAN'S**. Famous Method for Trombone and Baritone. Edited by Charles L. Randall and Simone Mantia. New York, EUA: Carl Fischer.

LAFOSSE, ANDRÉ. **Méthode Complète de Trombone a Coulisse**. Paris Editions Musicales. Paris, FRA.

PERETTI, Serse. **Metodo para Trombon de Varas**. Buenos Aires, ARG: Bermejo & Fucci.

SADIE, Stanley. **Dicionário Grove de Música**. Edição Concisa. Jorge Zahar Editor, 1994.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: MÚSICO INSTRUMENTISTA – TROMPA Bb e F

### PROGRAMA

Tonalidades maiores e menores. Escalas e arpejos. Compassos simples e compostos. Claves e transposições. Agógica: dinâmicas, expressões e articulações. Principais estilos e culturas musicais. Aspectos históricos das bandas musicais no Brasil. Formação sociocultural das músicas brasileiras. A história da Trompa. O desenvolvimento do instrumento. Técnica da trompa. Articulações. Efeitos sonoros do instrumento. Transposição.

### REFERÊNCIAS

BINDER, Fernando Pereira. **Bandas Militares no Brasil: difusão e organização entre 1808 e 1889**. 2006. 132 f. Dissertação (Mestrado em música). Universidade Estadual Paulista. Instituto de artes. 2006. Disponível em: [https://www.academia.edu/3087524/Bandas\\_Militares\\_no\\_Brasil\\_difus%C3%A3o\\_e\\_organiza%C3%A7%C3%A3o\\_entre\\_1808-1889.\\_Mestrado.\\_Volume\\_III\\_Anexos](https://www.academia.edu/3087524/Bandas_Militares_no_Brasil_difus%C3%A3o_e_organiza%C3%A7%C3%A3o_entre_1808-1889._Mestrado._Volume_III_Anexos). Acesso em: 14 jun. 2023.

CASTAGNA, Paulo. A música urbana de salão no século XIX. **Apostila de História da Música Brasileira Instituto de Artes da UNESP**. Disponível em: [http://www3.ia.unesp.br/Home/AreadoAluno/HMB\\_2004\\_apostila11.pdf](http://www3.ia.unesp.br/Home/AreadoAluno/HMB_2004_apostila11.pdf). Acesso em: 14 jun. 2023.

COSTA, Manuela Areias. **Música e história: um estudo sobre as bandas de música civis e suas apropriações militares**. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/tempohistoricos/article/viewFile/5707/4284>. Acesso em: 14 jun. 2023.

MAMMI, Lorenzo. **Antes da era do rádio: as origens da MPB**. Disponível em: <http://histdamuspop.blogspot.com/2012/04/antes-da-era-do-radio-as-origens-da-mpb.html>. Acesso em: 14 jun. 2023.

MED, Bohumil. **Teoria da música**. 4. ed. rev. e ampl. Brasília-DF: MusiMed, 1996.

TINHORÃO, José Ramos. **Os sons que vêm da rua**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora 34, 2005.

ALPERT, Michael Kenneth. **Ensinando e aprendendo a trompa (2006)**. Disponível em: <https://www.yumpu.com/es/document/read/12695807/ensinando-e-aprendendo-a-trompa-eca-usp/3>. Acesso em: 9 jun. 2023.

MED, Bohumil. **Teoria da Música**. 4. ed. revista e ampliada. Brasília-DF: Musimed, 1996.

SVAB, Zdenek. **História da Trompa no Brasil**. Espaço SVAB. Disponível em: <https://espacosvab.com.br/acervo/documentos/>. Acesso em: 9 jun. 2023.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: MÚSICO INSTRUMENTISTA – TROMPETE

### PROGRAMA

Tonalidades maiores e menores. Escalas e arpejos. Compassos simples e compostos. Claves e transposições. Agógica: dinâmicas, expressões e articulações. Principais estilos e culturas musicais. Aspectos históricos das bandas musicais no Brasil. Formação sociocultural das músicas brasileiras. Aspectos históricos das bandas musicais no Brasil. Aspectos históricos do instrumento. Conhecimento teórico básico: escalas, arpejos, intervalos, tonalidades maior e menor, articulação. Emissão de som. Manutenção e cuidados com o instrumento. Metodologias de iniciação ao instrumento. O trompete no Brasil. Transposição: habilidade de transpor trecho ou obra completa para outra tonalidade. Tessitura. Técnicas de Respiração.

## REFERÊNCIAS

- BINDER, Fernando Pereira. **Bandas Militares no Brasil: difusão e organização entre 1808 e 1889**. 2006. 132 f. Dissertação (Mestrado em música). Universidade Estadual Paulista. Instituto de artes. 2006. Disponível em: [https://www.academia.edu/3087524/Bandas\\_Militares\\_no\\_Brasil\\_difus%C3%A3o\\_e\\_organiza%C3%A7%C3%A3o\\_entre\\_1808-1889.\\_Mestrado.\\_Volume\\_III\\_Anexos](https://www.academia.edu/3087524/Bandas_Militares_no_Brasil_difus%C3%A3o_e_organiza%C3%A7%C3%A3o_entre_1808-1889._Mestrado._Volume_III_Anexos). Acesso em: 14 jun. 2023.
- CASTAGNA, Paulo. A música urbana de salão no século XIX. **Apostila de História da Música Brasileira Instituto de Artes da UNESP**. Disponível em: [http://www3.ia.unesp.br/Home/AreadoAluno/HMB\\_2004\\_apostila11.pdf](http://www3.ia.unesp.br/Home/AreadoAluno/HMB_2004_apostila11.pdf). Acesso em: 14 jun. 2023.
- COSTA, Manuela Areias. **Música e história: um estudo sobre as bandas de música civis e suas apropriações militares**. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/tempohistoricos/article/viewFile/5707/4284>. Acesso em: 14 jun. 2023.
- MAMMI, Lorenzo. **Antes da era do rádio: as origens da MPB**. Disponível em: <http://histdamuspop.blogspot.com/2012/04/antes-da-era-do-radio-as-origens-da-mpb.html>. Acesso em: 14 jun. 2023.
- MED, Bohumil. **Teoria da música**. 4. ed. rev. e ampl. Brasília-DF: MusiMed, 1996.
- TINHORÃO, José Ramos. **Os sons que vêm da rua**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora 34, 2005.
- ARBAN, Joseph J. B. Laurent. **Complete Conservatory Method for Trumpet or Cornet**. New York, USA: Carl Fischer, 1936.
- BAPTISTA, Paulo Cesar. **Metodologia de Estudo para Trompete**. Dissertação (Mestrado em Musicologia). Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.
- BENNETT, R. **Uma breve história da música**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.
- CLARKE, Herbert L. **Technical Studies**. New York, USA: Carl Fischer, 1934.
- DISSENHA, Fernando. **Caderno de Trompete**. Sopros Novo Bandas Yamaha. São Paulo: Irmão Vitale, 2008.
- ELIAS, Marcos Teixeira. **Sobre a arte de respirar bem**. Curitiba: Centro Reichiano, 2007. Disponível em: <http://www.centroreichiano.com.br/artigos-cientificos/>. Acesso em: 4 jun. 2023.
- FARKAS, Philip. **The Art of Brass Playng**. Rochester: Wind Music, 1962.
- HICKMAN, David R. **Trumpet pedagogy: a compendium of modern teaching techniques**. Arizona, USA: Hickman Music Editions, 2006.
- MED, Bohumil. **Teoria da música**. 4. ed. rev. e ampl. Brasília-DF: MusiMed, 1996.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: MÚSICO INSTRUMENTISTA – TUBA Bb/Eb

### PROGRAMA

Tonalidades maiores e menores. Escalas e arpejos. Compassos simples e compostos. Claves e transposições. Agógica: dinâmicas, expressões e articulações. Principais estilos e culturas musicais. Aspectos históricos das bandas musicais no Brasil. Formação sociocultural das músicas brasileiras. História do Instrumento. Emissão de som. Legato e staccato. Manutenção e cuidados com o instrumento. Metodologias de iniciação ao instrumento. Posições dos rotores ou pistons e série harmônica na Tuba. Utilização do quarto pistom ou rotor. Correções da série harmônica.

## REFERÊNCIAS

- BINDER, Fernando Pereira. **Bandas Militares no Brasil: difusão e organização entre 1808 e 1889**. 2006. 132 f. Dissertação (Mestrado em música). Universidade Estadual Paulista. Instituto de artes. 2006. Disponível em: [https://www.academia.edu/3087524/Bandas\\_Militares\\_no\\_Brasil\\_difus%C3%A3o\\_e\\_organiza%C3%A7%C3%A3o\\_entre\\_1808-1889.\\_Mestrado.\\_Volume\\_III\\_Anexos](https://www.academia.edu/3087524/Bandas_Militares_no_Brasil_difus%C3%A3o_e_organiza%C3%A7%C3%A3o_entre_1808-1889._Mestrado._Volume_III_Anexos). Acesso em: 14 jun. 2023.
- CASTAGNA, Paulo. A música urbana de salão no século XIX. **Apostila de História da Música Brasileira Instituto de Artes da UNESP**. Disponível em: [http://www3.ia.unesp.br/Home/AreadoAluno/HMB\\_2004\\_apostila11.pdf](http://www3.ia.unesp.br/Home/AreadoAluno/HMB_2004_apostila11.pdf). Acesso em: 14 jun. 2023.
- COSTA, Manuela Areias. **Música e história: um estudo sobre as bandas de música civis e suas apropriações militares**. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/tempohistoricos/article/viewFile/5707/4284>. Acesso em: 14 jun. 2023.
- MAMMI, Lorenzo. **Antes da era do rádio: as origens da MPB**. Disponível em: <http://histdamuspop.blogspot.com/2012/04/antes-da-era-do-radio-as-origens-da-mpb.html>. Acesso em: 14 jun. 2023.
- MED, Bohumil. **Teoria da música**. 4. ed. rev. e ampl. Brasília-DF: MusiMed, 1996.
- TINHORÃO, José Ramos. **Os sons que vêm da rua**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora 34, 2005.
- ARBAN, Joseph J. B. L. **Complete ARBAN'S**. Famous Method for Trombone and Baritone. Edited by Charles L. Randall and Simone Mantia. New York, EUA: Carl Fischer.
- BOBO, Roger. **Mastering the Tuba Book 1**. Bulle, Switzerland: Editions Bim.
- SADIE, Stanley. **Dicionário Grove de Música**. Edição Concisa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: ILUMINADOR

### PROGRAMA

Análise de circuitos elétricos: eletricidade básica e circuitos em CC (conceitos básicos, leis de Ohm, leis de Kirchoff, métodos de análise de circuitos elétricos); instrumentos de medição elétrica. Máquinas elétricas: princípios básicos da conversão eletromecânica de energia; características das máquinas elétricas; transformadores, tipos e ensaios; motores de corrente contínua, de indução, síncrono a ímãs permanentes e de relutância, de passo e especiais; acionamentos elétricos. Eletrônica analógica e digital: diodos e transistores (teoria de semicondutores, componentes eletroeletrônicos, análise de seus circuitos eletrônicos); amplificadores operacionais; conversores AD/DA. Princípios básicos de iluminação: projetos de iluminação, características de cores, iluminação natural, técnicas de iluminação. Conceitos básicos de manutenção: manutenção preventiva, corretiva e preditiva. Planejamento e controle da manutenção; indicadores de confiabilidade. Normas regulamentadoras: NR-10, NR-12, NR-33, NR-35. Segurança do trabalho: princípios básicos de segurança do trabalho, uso de EPIs; métodos e meios de proteção e prevenção de acidentes (princípios, regras e equipamentos de proteção); análise de riscos à saúde e ambiental; métodos de análises de acidentes.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, P. **Manutenção mecânica industrial: conceitos básicos e tecnologia aplicada**. São Paulo: Érica, 2014.
- BOYLESTAD, R. **Introdução à Análise de Circuitos**. Rio de Janeiro: Prentice-Hall do Brasil, 1998.

BOYLESTAD, R.; NASHESKY, L. **Dispositivos Eletrônicos e Teoria dos Circuitos**. 5. ed. Rio de Janeiro: Prentice-Hall do Brasil, 1994.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência. **Norma Reguladora nº 10**. NR-10 – Segurança em instalações e serviços em eletricidade. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/ctpp/arquivos/normas-regulamentadoras/nr-10.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2023.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência. **Norma Reguladora nº 12**. NR-12 – Segurança no trabalho em máquinas e equipamentos. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/ctpp/arquivos/normas-regulamentadoras/nr-12.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2023.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência. **Norma Reguladora nº 33**. NR-33 – Segurança e saúde nos trabalhos em espaços confinados. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/ctpp/arquivos/normas-regulamentadoras/nr-33.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2023.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência. **Norma Reguladora nº 35**. NR-35 – Trabalho em altura. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/ctpp/arquivos/normas-regulamentadoras/nr-35-atualizada-2022.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2023.

CAPUANO, Francisco G.; IDOETA, Ivan V. **Elementos De Eletrônica Digital**. 41. ed. São Paulo: Érica. 2012. 544p.

DEL TORO, V. **Fundamentos de máquinas elétricas**. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

FITZGERALD, A. E.; KINGSLEY, C.; UMANS, S. D. **Máquinas elétricas: com introdução à eletrônica de potência**. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

FOGLIATTO, F.; RIBEIRO, J. **Confiabilidade e manutenção industrial**. Elsevier, 2009.

INNES, M. **Iluminação no design de interiores**. GG 2014.

KROEMER, K. H.; GRANDJEAN, E. **Manual de ergonomia: adaptando o trabalho ao homem**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

MAMEDE FILHO, J. **Instalações Elétricas Industriais**. 8. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010.

RODRIGUES, M. **Qualidade de vida no trabalho: evolução e análise no nível gerencial**. 9. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002

TREGENZA, P., LOE, D. **Projeto de iluminação**. Porto Alegre: Bookman, 2015.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS

### PROGRAMA

Política Nacional de Atenção Básica. Vigilância em saúde. Mapeamento e territorialização. O papel do agente de combate às endemias. Doenças infecciosas e parasitárias. Visitas domiciliares. Ética. Educação em saúde. Saúde pública. Prevenção e controle de doenças e promoção da saúde. Endemia, epidemia, pandemia. Aspectos epidemiológicos. Doenças emergentes e reemergentes. Doenças de interesse para a Saúde Pública: noções básicas, prevenção, sintomas, classificação dos agentes transmissores e causadores das endemias. Controle vetorial. Controle biológico e manejo ambiental.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Dengue**. Instruções para pessoal de combate ao vetor: manual de normas técnicas. 3. ed., rev. Brasília: Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde, 2001. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/funasa/man\\_dengue.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/funasa/man_dengue.pdf). Acesso em: 9 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.436, de 21 de setembro 2017**. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436\\_22\\_09\\_2017.html](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html). Acesso em: 9 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Guia Política Nacional de Atenção Básica – Módulo 1: Integração atenção básica e vigilância em saúde** [recurso eletrônico]. Brasília: Ministério da Saúde, 2018. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia\\_politica\\_nacional\\_atencao\\_basica\\_integracao\\_atencao\\_basica\\_vigilancia\\_saude\\_modulo\\_1.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_politica_nacional_atencao_basica_integracao_atencao_basica_vigilancia_saude_modulo_1.pdf). Acesso em: 9 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Coordenação-Geral de Desenvolvimento da Epidemiologia em Serviços. Guia de Vigilância em Saúde: volume único [recurso eletrônico]. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Coordenação-Geral de Desenvolvimento da Epidemiologia em Serviços. – 3. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2019. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia\\_vigilancia\\_saude\\_3ed.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_vigilancia_saude_3ed.pdf). Acesso em: 9 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. **Diretrizes nacionais para prevenção e controle de epidemias de dengue**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes\\_nacionais\\_prevencao\\_controle\\_dengue.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_nacionais_prevencao_controle_dengue.pdf). Acesso em: 9 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. **Doenças infecciosas e parasitárias: guia de bolso**. 8. ed. rev. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/doencas\\_infecciosas\\_parasitaria\\_gui\\_bolso.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/doencas_infecciosas_parasitaria_gui_bolso.pdf). Acesso em: 9 jun. 2023.

COLUSSI, C. F.; PEREIRA, K. G. **Territorialização como instrumento do planejamento local na Atenção Básica**. [Recurso eletrônico]. Universidade Federal de Santa Catarina. Organizadoras: Claudia Flemming Colussi; Kátiuscia Graziela Pereira. Florianópolis: UFSC, 2016. Disponível em: [https://ares.unasus.gov.br/acervo/html/ARES/13957/1/TERRITORIALIZACAO\\_LIVRO.pdf](https://ares.unasus.gov.br/acervo/html/ARES/13957/1/TERRITORIALIZACAO_LIVRO.pdf). Acesso em: 9 jun. 2023.

MONTEIRO, Estela Maria Leite Meirelles. **Educação Popular em Saúde**. Estela Maria Leite Meirelles Monteiro – Recife: [s.n.], 2015. Disponível em: [https://ares.unasus.gov.br/acervo/html/ARES/3328/1/6educ\\_pop\\_saude\\_2016.pdf](https://ares.unasus.gov.br/acervo/html/ARES/3328/1/6educ_pop_saude_2016.pdf). Acesso em: 9 jun. 2023.

OLIVEIRA, Edmar da S. **Agente de Combate às Endemias**. Formação Inicial e Continuada. IFPR, 2021. Disponível em: <https://pronatec.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2012/07/ace1.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2023.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR

### PROGRAMA

A importância dos jogos e brincadeiras no desenvolvimento infantil. Diretrizes Municipais da Educação Especial de Uberlândia. Educação inclusiva. Integração escola-família-comunidade. Lei Complementar Municipal nº 040, de 5 de outubro de 1992 (atualizada) – Arts. 163 e 164. Lei Municipal nº 9.626, de 22 de outubro de 2007 e suas alterações. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e suas alterações – Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Noções de primeiros socorros. O atendimento aos alunos com deficiência e transtornos globais de desenvolvimento. O papel do profissional de apoio escolar. Orientação à higiene e cuidados com a criança e o adolescente. Tecnologia assistiva.

### REFERÊNCIAS

BELIZÁRIO FILHO, José Ferreira. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar**: transtornos globais do desenvolvimento. v. 9. Coleção A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar MEC. Fortaleza, UFC, 2010. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=7120-fasciculo-9-pdf&category\\_slug=novembro-2010-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7120-fasciculo-9-pdf&category_slug=novembro-2010-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 4 jun. 2023.

BERGAMASCHI, E. M. M. *et al.* O Professor de Apoio do Ensino Fundamental e os Desafios Vivenciados em suas Práticas Pedagógicas. **Anais do VII Congresso Multidisciplinar de Educação Especial**. 2011. Disponível em: [http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2011/processo\\_inclusivo/027-2011.pdf](http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2011/processo_inclusivo/027-2011.pdf). Acesso em: 4 jun. 2023.

BERSH, R. **Introdução à Tecnologia Assistiva**. Disponível em: [http://www.assistiva.com.br/Introducao\\_Tecnologia\\_Assistiva.pdf](http://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf). Acesso em: 4 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Módulo 12**: higiene, segurança e educação. Brasília: Universidade de Brasília, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/profunc/higiene.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Secretaria de Educação a Distância. **Atendimento Educacional Especializado**. Pessoa com Deficiência Física, Pessoa com Deficiência Mental, Pessoa com Deficiência Visual, Pessoa com Surdez. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee\\_df.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_df.pdf); [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee\\_dm.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_dm.pdf); [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee\\_dv.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_dv.pdf); [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee\\_da.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_da.pdf). Acesso em: 4 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação a Distância. **Livro de estudo**: Módulo III. Brasília: MEC. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação a Distância, 2006. PROINFANTIL, Unidade 3. Disponível em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000012773.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Portal da Legislação: Leis Ordinárias. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm). Acesso em: 3 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015**. Dispõe sobre a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm). Acesso em: 4 jun. 2023.

KLIN, A. Autismo e síndrome de Asperger: uma visão geral. **Brazilian Journal of Psychiatry**, v. 28, p. s3-s11, maio 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbp/a/jMZNbHcsndB9Sf5ph5KBYGD/#>. Acesso em: 4 jun. 2023.

KRAMER, Sonia *et al.* **Infância e educação infantil**. 2. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2002.

KRAUSE, Maggi. **Caderno brincar**: propostas práticas para brincadeiras inclusivas na educação infantil. v. 2. São Paulo: Associação Nova Escola, 2018. Disponível em: <https://maisdiferencas.org.br/wp-content/themes/maisdiferencas/downloads/Apostila-Brincar-Volume-2.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2023.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Ensinando a turma toda**: as diferenças na escola. Disponível em: [https://www.ifspcaraguatatuba.edu.br/images/conteudo/Comissoes/Forma%C3%A7%C3%A3o\\_Continuada/Ensinar\\_a\\_turma\\_toda.pdf](https://www.ifspcaraguatatuba.edu.br/images/conteudo/Comissoes/Forma%C3%A7%C3%A3o_Continuada/Ensinar_a_turma_toda.pdf). Acesso em: 4 jun. 2023.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: o que é? Por quê? Como fazer? 2. ed. São Paulo: Editora Moderna, 2006.

MANZINI, E. J.; SANTOS, M. C. F. **Recursos Pedagógicos Adaptados**. Portal de ajudas técnicas para educação. Equipamento e material pedagógico especial para educação, capacitação e recreação da pessoa com deficiência física. Brasília: MEC/SEESP, 2002. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/rec\\_adaptados.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/rec_adaptados.pdf). Acesso em: 4 jun. 2023.

MOUSINHO, R. Mediação escolar e inclusão: revisão, dicas e reflexões. **Revista Psicopedagogia**. São Paulo, v. 27, n. 82, p. 92-108, 2010. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-84862010000100010](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862010000100010). Acesso em: 4 jun. 2023.

ROPOLI, E. A. *et al.* **A Educação Especial na perspectiva da Inclusão Escolar**: a escola comum inclusiva. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2010. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=7103-fasciculo-1-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7103-fasciculo-1-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 4 jun. 2023.

SÃO PAULO (Cidade). Secretaria da Saúde. Coordenação de Desenvolvimento de Programas e Políticas de Saúde. CODEPPS. **Manual de prevenção de acidentes e primeiros socorros nas escolas**. São Paulo: SMS, 2007. Disponível em: [https://www.amavi.org.br/arquivos/amavi/colegiados/codime/2016/Primeiros\\_Socorros\\_Manual\\_Prev\\_Acid\\_Escolas.pdf](https://www.amavi.org.br/arquivos/amavi/colegiados/codime/2016/Primeiros_Socorros_Manual_Prev_Acid_Escolas.pdf). Acesso em: 4 jun. 2023.

SIAULYS, Mara O. de Campos. **Brincar para todos**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/brincartodos.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2023.

SOMMERSTEIN, Lynne; WESSELS, Marilyn R. Conquistando e utilizando o apoio da família e da comunidade para o ensino inclusivo. *In*: STAINBACK, Susan Bray; STAINBACK, William C. **Inclusão**: um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999.

SOUZA, Jenifer Silva de. **Guia ilustrado para cuidadores de crianças com deficiências neuromotoras**. São Paulo: Memnon, 2017. Disponível em: <http://www.acadef.com.br/wp-content/uploads/2018/08/GUIA-ILUSTRADO.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2023.

UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal de Uberlândia. **Lei Complementar Municipal nº 040, de 05 de outubro de 1992**. Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Uberlândia, suas Autarquias, Fundações Públicas e Câmara Municipal. Arts. 163 e 164. Disponível em: [http://servicos.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms\\_b\\_arquivos/16872.pdf](http://servicos.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms_b_arquivos/16872.pdf). Acesso em: 3 jun. 2023.

UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal de Uberlândia. **Diretrizes Municipais da Educação Especial de Uberlândia**. Uberlândia, 2020. Disponível em: <http://docs.uberlandia.mg.gov.br/wp-content/uploads/2020/02/DCMs-Educa%C3%A7%C3%A3o-Especial.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2023.

UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal de Uberlândia. **Lei Municipal nº 9.626, de 22 de outubro de 2007.** Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público do Município de Uberlândia e revoga o art. 11, da Lei Complementar nº 03, de 11 de janeiro de 1991. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/u/uberlandia/lei-ordinaria/2007/963/9626/lei-ordinaria-n-9626-2007-dispoe-sobre-a-contratacao-por-tempo-determinado-para-atender-a-necessidade-temporaria-de-excepcional-interesse-publico-do-municipio-de-uberlandia-e-revoga-o-art-11-da-lei-complementar-n-03-de-11-de-janeiro-de-1991>. Acesso em: 3 jun. 2023.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: FISCAL DE MEIO AMBIENTE

### PROGRAMA

Avaliação de impactos ambientais: conceituar e caracterizar os impactos ambientais nos meios físicos, bióticos e socioeconômicos; medidas mitigadoras e compensatórias; métodos de avaliação. Sociedade e meio ambiente: ecossistemas urbanos, terrestres e aquáticos; ações antrópicas e a dinâmica de solos; qualidade da água nos ecossistemas; aspectos globais da poluição do ar. Tratamento e gestão de resíduos sólidos: resíduos sólidos industriais, urbanos e agrícolas (conceitos, classificação, fontes geradoras e impactos ambientais); descrição das principais formas de tratamento de resíduos sólidos (tecnologias convencionais e tecnologias limpas); legislações específicas; gerenciamento de resíduos perigosos e NBR 10004/04; resíduos urbanos, industriais e agrícolas (geração e gerenciamento); estratégias de gerenciamento sob a ótica da minimização (não geração, redução, reutilização e reciclagem); disposição final de resíduos (aterros urbanos e aterros para resíduos perigosos); compostagem de resíduos orgânicos; elaboração de estudos ambientais para cumprimento de requisitos previstos nos instrumentos legais. Direito e legislação ambiental: fundamentos do direito ambiental e questões de direito ambiental internacional; o meio ambiente na Constituição Federal; o licenciamento ambiental; licenciamento ambiental do município de Uberlândia; infrações e sanções administrativas; o código florestal e a legislação de proteção da flora; responsabilidade penal; condutas tipificadas como crime ambiental; responsabilidade penal da pessoa natural, das pessoas jurídicas e dos entes coletivos; sanções penais à luz da lei de crimes ambientais; ação civil pública; proteção e bem-estar dos animais. Monitoramento ambiental: medição e interpretação de parâmetros de qualidade das águas e efluentes industriais, de qualidade do ar e emissões atmosféricas, de resíduos sólidos e de áreas contaminadas; procedimentos e práticas para amostragens ambientais e para o monitoramento de aspectos e impactos ambientais na atividade industrial; Política Nacional de Resíduos Sólidos. Recuperação de áreas degradadas: conceitos de degradação e recuperação; ecologia florestal, restauração de processos ecológicos, procedimentos para recuperação de áreas degradadas. Educação ambiental: fundamentos da educação ambiental (educação, educação ambiental - EA, histórico e vertentes da EA); projeto político-pedagógico (introdução, elaboração e desenvolvimento do PPP); EA (a implantação e o fazer); EA (não formal, formal, informal); recomendações em EA (ambientes urbanos e rurais, o papel do educador); EA e a sociedade (construção da racionalidade ambiental).

### REFERÊNCIAS

ANTUNES, P. B. **Direito Ambiental**. 7. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006. 988p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 10004**. Resíduos Sólidos — Classificação. 2. ed., 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR ISO 14001:2004**. Sistemas de gestão ambiental – Requisitos com orientações para uso. 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR ISO 14004**. Sistemas de gestão ambiental — Diretrizes gerais sobre princípios, sistemas e técnicas de apoio. 2. ed., 2005, v. corrigida, 2007.

BIDONE, F. R. A. **Resíduos sólidos provenientes de coletas especiais: eliminação e valorização**. Porto Alegre: ABES, 2001.

BRAGA, B.; HESPANHOL, I.; CONJO, J.G.L.; MIERZWA, J. C.; BARROS, M. T. L.; SPENCER, M.; PORTO, M.; NUCCI, N.; JULIANO, N.; EIGER, S. **Introdução à Engenharia Ambiental**. 2. ed. São Paulo: Editora Pearson, 2010. 318 p.

BRANCO, S. M.; ROCHA, A. A. **Elementos de ciências do ambiente**. São Paulo: CETESB/ASCETESB, 1987.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Caderno de licenciamento ambiental**. Programa Nacional de Capacitação de gestores ambientais: licenciamento ambiental /Ministério do Meio Ambiente, Brasília. 2009.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA. **Resoluções CONAMA**. Disponível em <http://www.mma.gov.br/conama>. Acesso em: 12 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6938.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm). Acesso em: 12 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998**. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9605.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm). Acesso em: 12 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm). Acesso em: 12 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012**. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm). Acesso em: 12 jun. 2023.

BURSZTYN, M. A. A. **Gestão ambiental: instrumentos e práticas**. Brasília: IBAMA, 1994. 175p.

CETESB. **Manual de Gerenciamento de Áreas Contaminadas**. 2. ed., 2001.

D'ALMEIDA, M. L. O.; VILHENA, A. **Lixo municipal: manual de gerenciamento integrado**. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: IPT, 2000.

FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – FEAM. **Inventário de áreas suspeitas de contaminação e contaminadas do Estado de Minas Gerais**. 2011.

MINAS GERAIS. **Lei nº 20.922, de 16 de outubro de 2013**. Dispõe sobre as políticas florestal e de proteção à biodiversidade no Estado. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/atividade->

parlamentar/leis/legislacao-mineira/lei/min/;PORTAL\_SESSIONID=D7E091DF4D8188D00BEC2374F2AC75DB.worker2?tipo=Lei&num=20922&ano=2013&comp=&cons=0. Acesso em: 12 jun. 2023.

PICHAT, P. **A gestão dos resíduos**. Porto Alegre: Instituto Piaget, 1998.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. **Avaliação e Contabilização de Impactos Ambientais**. Campinas: Editora Unicamp/Imprensa Oficial, 2004. 400 p.

SÁNCHEZ, Luiz Enrique. **Avaliação de Impacto Ambiental: conceitos e métodos**. São Paulo: Oficina de Textos, 2006. 495 p.

UBERLÂNDIA. **Decreto nº 12.553, de 1º de dezembro de 2010**. Regulamenta a Lei nº 9900, de 02 de julho de 2008, que "dispõe sobre a obrigatoriedade das concessionárias de veículos que operam no município de Uberlândia a plantarem árvores para a mitigação da poluição do ar, e dá outras providências". Disponível em: <http://leismunicipa.is/jatiq>. Acesso em: 12 jun. 2023.

UBERLÂNDIA. **Decreto nº 17.297, de 09 de outubro de 2017**. Aprova o regimento interno do Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental - CODEMA e revoga o Decreto nº 16.270, de 29 de janeiro de 2016. Disponível em: <http://leismunicipa.is/sfpmv>. Acesso em: 12 jun. 2023.

UBERLÂNDIA. **Lei Complementar nº 623, de 09 de agosto de 2017**. Dispõe sobre o Conselho Municipal de Desenvolvimento CODEMA, e revoga a Lei nº 11.642, de 17 de dezembro de 2013. Disponível em: <http://leismunicipa.is/pvkrq>. Acesso em: 12 jun. 2023.

UBERLÂNDIA. **Lei Complementar nº 716, de 18 de dezembro de 2020**. Institui o licenciamento ambiental no município de Uberlândia e dá outras providências. Disponível em: <http://leismunicipa.is/qyuda>. Acesso em: 12 jun. 2023.

UBERLÂNDIA. **Lei nº 10.700, de 09 de março de 2011**. Dispõe sobre a política de proteção, controle e conservação do meio ambiente, revoga a Lei Complementar nº 17, de 04 de dezembro de 1991 e suas alterações, e dá outras providências. Disponível em: <http://leismunicipa.is/jtfaq>. Acesso em: 12 jun. 2023.

UBERLÂNDIA. **Lei nº 12.404, de 18 de abril de 2016**. Estabelece, no âmbito, do município de Uberlândia, sanções e penalidades administrativas para aqueles que praticarem maus-tratos aos animais e dá outras providências. Disponível em: <http://leismunicipa.is/bvmrd>. Acesso em: 12 jun. 2023.

UBERLÂNDIA. **Lei nº 13.833, de 08 de setembro de 2022**. Cria o Conselho Municipal de Proteção e Bem-estar Animal e o Fundo Municipal de Proteção e Bem-estar Animal e dá outras providências. Disponível em: <http://leismunicipa.is/0054j>. Acesso em: 12 jun. 2023.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO

### PROGRAMA

Acidente do trabalho: conceito técnico e legal; causas e consequências dos acidentes; comunicação e registro de acidentes; investigação e análise de acidentes; estatísticas de acidentes. Conceitos de aplicação sobre embargos e interdição conforme NR-03, hierarquia de aplicação de Normas Regulamentadoras conforme Portaria nº 787, de 27 de novembro de 2018. Princípios de análise, avaliação e gerenciamento de riscos: inspeção de segurança; técnicas de análise de risco: APR (Análise Preliminar de Risco) e matriz de risco; gestão de risco baseado nas normas ABNT NBR ISO 31000:2018 e ABNT NBR IEC 31010:2021; sinalizações de segurança. Princípios de gestão de segurança, meio ambiente e saúde: organização e atribuições do SESMT (Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho) e da CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e

Assédio); sistemas de gestão de segurança e saúde ocupacional conforme a NR-1 (Norma Regulamentadora nº 1 – Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais); diretrizes da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre sistemas de gestão de segurança e saúde no trabalho. Princípios de prevenção e controle de riscos em máquinas, equipamentos e instalações: apreciação de risco conforme ABNT NBR ISO 12100:2013 e ABNT NBR ISO/TR 14121-2:2018. Trabalho com instalações elétricas: riscos relacionados com atividades em baixa tensão; prontuário das instalações elétricas conforme NR-10; técnicas de trabalho sob tensão; medidas de controle contra risco elétrico; sistema bloqueio de energias perigosas. Trabalho com inflamáveis e líquidos combustíveis. Trabalhos em espaços confinados. Construção civil e trabalhos em altura. Aspectos de segurança no trânsito com base no sistema nacional de trânsito (Código de Trânsito Brasileiro – CTB). Conceitos gerais sobre higiene ocupacional: agentes ocupacionais; exposição ao ruído; programa de conservação auditiva (PCA); exposição ao calor; metodologias de avaliação ambiental estabelecidas pela Fundacentro (Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho) baseadas nas normas NHO – Normas Higiene Ocupacional; radiações ionizantes e não ionizantes; indicação e especificação de Equipamento de Proteção Individual (EPI); responsabilidades do empregador, do trabalhador, do fabricante e do SESMT (Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho). Conceitos gerais sobre proteção contra incêndio e explosões: sistemas fixos e portáteis de combate ao fogo; armazenamento de produtos inflamáveis; brigadas de incêndio; plano de emergência com base na legislação e instruções técnicos do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais. Conceitos gerais sobre áreas classificadas e instalações elétricas em áreas classificadas. Legislação e normas técnicas: Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho – PNSST (Decreto Federal nº 7.602/2011); segurança e saúde na Constituição Federal e na Consolidação das Leis do Trabalho; Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Previdência; Normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas); convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Ações de SAÚDE: Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO); prevenção de doenças relacionadas ao trabalho; elementos de ergonomia: conforto ambiental; organização do trabalho; conceitos e legislação sobre periculosidade e insalubridade. Estatística básica. Matemática – nível médio. Técnicas de treinamento.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. **Homepage**. Portal ABNT. Disponível em: <https://www.abnt.org.br> Acesso em: 5 jun. 2023.

ATLAS. **Segurança e medicina do trabalho**. Equipe Atlas. 89. ed. São Paulo: Atlas, 2023.

BONAFINI, Fernanda César. **Estatística**. São Paulo: Pearson, 2015.

BOOG, Gustavo G.; BOOG, Magdalena. **Manual de treinamento e desenvolvimento: gestão e estratégia**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013.

BOTH, Ivo José *et al.* **Gestão e Prevenção**. Curitiba: InterSaberes, 2014.

BRASIL. Fundacentro. **Biblioteca**. Disponível em: <https://www.gov.br/fundacentro/pt-br/centrais-de-conteudo/biblioteca>. Acesso em: 5 jun. 2023.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência. **Legislação – Trabalho**. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/assuntos/legislacao-trabalho>. Acesso em: 5 jun. 2023.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência. **Normas regulamentadoras – NR**. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/composicao/orgaos-especificos/secretaria-detrabalho/inspecao/seguranca-e-saude-no-trabalho/ctpp-nrs/normas-regulamentadoras-nrs>. Acesso em: 5 jun. 2023.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência. Secretaria de Inspeção do Trabalho. **Portaria nº 787, de 27 de novembro de 2018**. Dispõe sobre as regras de aplicação, interpretação e estruturação das Normas Regulamentadoras, conforme determinam o art. 155 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o art. 13 da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona. Disponível em: [https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/composicao/orgaos-especificos/secretaria-de-trabalho/inspecao/seguranca-e-saude-no-trabalho/sst-portarias/2018/portaria\\_sit\\_787\\_-\\_estrutura\\_e\\_interpretacao\\_de\\_nrs-\\_atualizada\\_2019.pdf/view](https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/composicao/orgaos-especificos/secretaria-de-trabalho/inspecao/seguranca-e-saude-no-trabalho/sst-portarias/2018/portaria_sit_787_-_estrutura_e_interpretacao_de_nrs-_atualizada_2019.pdf/view). Acesso em: 5 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto nº 7.602, de 07 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho - PNSST. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7602.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7602.htm). Acesso em: 5 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República Casa Civil. **Decreto-Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943**. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del5452.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm). Acesso em: 5 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República Casa Civil. **Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997**. Institui o Código de Trânsito Brasileiro. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9503compilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9503compilado.htm). Acesso em: 5 jun. 2023.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE MINAS GERAIS. **Legislação e normas técnicas**. Disponível em: <https://www.bombeiros.mg.gov.br/normastecnicas>. Acesso em: 5 jun. 2023.

GONÇALVES, Isabelle Carvalho; GONÇALVES, Danielle Carvalho; GONÇALVES, Edwar Abreu. **Manual de segurança e saúde no trabalho**. 7. ed. São Paulo: LTr, 2018.

OLIVEIRA, Carlos Antônio Dias de. **Segurança e Saúde no Trabalho: guia de prevenção de riscos**. São Caetano do Sul: Yendis Editora, 2014.

SANTOS JUNIOR, J. R. **NR-10: segurança em eletricidade: uma visão prática**. São Paulo: Érica, 2013.

SANTOS JUNIOR, J. R.; ZANGIROLAMI, Marcio J. **NR12: segurança em máquinas equipamentos conceitos aplicações**. 2. ed. São Paulo: Érica, 2020.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: TOPÓGRAFO

### PROGRAMA

Conceitos fundamentais de Geodésia e Cartografia: sistemas de coordenadas para Cartografia, Topografia e Geodésia, datum geodésico horizontal e datum geodésico vertical, Sistema Geodésico Brasileiro (SGB), Sistema SIRGAS2000, projeções cartográficas, Sistema Universal Transverso de Mercator (UTM), Sistema Cartográfico Nacional. Conceitos fundamentais de Fotogrametria e Sensoriamento Remoto: características das imagens aéreas e imagens orbitais, dados de sensoriamento remoto, voos fotogramétricos, restituição fotogramétrica, ortoprojeção, ortorretificação e mosaicos de imagens, aplicação de veículos não tripulados (VANT / DRONE) nos levantamentos aéreos. Instrumentos e métodos topográficos aplicados nos levantamentos planimétricos, altimétricos e planialtimétricos e nas medições de: ângulos horizontais, ângulos verticais, distâncias, altitudes, diferenças de níveis e coordenadas. Teodolitos, níveis, estações totais, instrumentos de varredura a laser (LIDAR) por meio de estações terrestres e por veículos aéreos, receptores do Sistema de Posicionamento Global (GPS) e do Sistema Global de Navegação por Satélites (GNSS). Azimutes, rumos, deflexões, direções e orientações terrestres: medições, cálculos e conversões das direções, orientações terrestres e dos ângulos. Conceitos e aplicações de escalas de representação nas plantas topográficas, cartas, mapas, imagens aéreas e nos desenhos de projetos de

obras e construções. Cálculos das coordenadas planas retangulares e das altitudes nas poligonais topográficas, nas irradiações e nos demais métodos de levantamentos topográficos. Representação do relevo topográfico por meio de curvas de níveis e de pontos cotados, interpolação das altitudes e cotas, traçado de curvas de níveis. Elaboração, interpretação e análise de plantas, cartas, mapas e outros desenhos topográficos. Modelos digitais de terrenos, modelos digitais de superfícies e modelos digitais de elevação: conceitos gerais, fontes de dados, extração de informações, análises e produtos derivados. Estudos e cálculos topográficos para planos e obras de arruamentos e traçados viários: elaboração de perfis topográficos, cálculos de declividades e de rampas, determinação de desníveis e de alturas de corte e aterro, curvas horizontais de concordância, curvas verticais de concordância e tangentes. Locações de tangentes, curvas circulares e taludes para obras de arruamentos, construção de estradas e vias. Locações e demarcações de obras, construções, lotes e feições derivadas de projetos. Avaliações de áreas de glebas, lotes e seções transversais de corte e aterro. Cálculos de volumes para escavações, cortes, aterros e movimentações de terra.

## REFERÊNCIAS

- BORGES, Alberto de Campos. **Topografia aplicada à engenharia civil**. v. 1 e 2. São Paulo: Blucher, 1992.
- CASACA, João *et al.* **Topografia Geral**. Rio de Janeiro: LTC, 2005.
- COMASTRI, José Anibal. **Topografia planimetria**. Viçosa: UFV, 1986.
- COMASTRI, José Anibal; GRIPP, Joel. **Topografia aplicada, medição, divisão e demarcação**. Viçosa: UFV, 1990.
- COMASTRI, José Anibal; TULER, José Cláudio. **Topografia altimetria**. Viçosa: UFV, 1990.
- ERBA, Diego Alfonso. **Topografia para estudantes de arquitetura, engenharia e Geologia**. São Leopoldo: Unisinos, 2003.
- GARCIA, Gilberto J. **Topografia aplicada às ciências agrárias**. São Paulo: Nobel, 1978.
- GHILANI, Charles D.; WOLF, Paul R. **Geomática**. São Paulo: Pearson, 2014.
- GODOY, Reinaldo. **Topografia básica**. São Paulo: FEALQ, 1988.
- MC CORMAC, Jack; SARASUA, Wayne e DAVIS, William. **Topografia**. Rio de Janeiro: LTC, 2016.
- MONICO, João Francisco Galera. **Posicionamento pelo GNSS**. São Paulo: UNESP, 2007.
- SILVA, Irineu; SEGANTINE, Paulo Cesar Lima. **Topografia para engenharia: teoria e prática de geomática**. Rio de Janeiro: Campus, 2014.
- TULER, Marcelo; SARAIVA, Sérgio. **Fundamentos de Topografia**. Porto Alegre: Bookman, 2014. 324p.
- TULER, Marcelo; SARAIVA, Sérgio; TEIXEIRA, André. **Manual de práticas de Topografia**. Porto Alegre: Bookman, 2017. 132p.

## ENSINO SUPERIOR

### LÍNGUA PORTUGUESA (TODOS OS CARGOS)

#### PROGRAMA

Leitura e interpretação de textos. Tipologia textual e gêneros textuais. Coerência e coesão textual. Sinonímia, antonímia e polissemia. Ortografia e acentuação. Funções da linguagem. Recursos verbais, não verbais e multissemióticos. Denotação e conotação. Argumentação, opinião e informação. Estratégias argumentativas. Figuras de linguagem. Conhecimentos linguísticos de acordo com a gramática tradicional: formação de palavras e seleção vocabular; classe de palavras e colocação pronominal; emprego de tempos e modos verbais; estruturação sintática e semântica dos termos na oração e das orações no período; emprego da regência nominal e verbal; emprego da concordância nominal e verbal; emprego dos sinais de pontuação e seus efeitos de sentido.

#### REFERÊNCIAS

ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernardete M. **Produção de texto**: interlocução e gêneros. São Paulo: Moderna, 2007.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa**. Disponível em: <http://www.academia.org.br/nossa-lingua/busca-no-vocabulario>. Acesso em: 24 jan. 2023.

AULETE. Dicionário Caldas Aulete. **@ulete digital**. Disponível em <http://aulete.com.br/>. Acesso em: 5 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Manual de Redação da Presidência da República**. Subchefia de Assuntos Jurídicos. Coordenação de Gilmar Ferreira Mendes, Nestor José Forster Júnior *et al.* 3. ed. Brasília: Presidência da República, 2018. 189 p. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/centrodeestudos/assuntos/manual-de-redacao-da-presidencia-da-republica/manual-de-redacao.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2023.

CEGALLA, Domingos Pachcoal. **Novíssima Gramática da Língua Portuguesa**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

KOCH, I. G. V. **Argumentação e Linguagem**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2006a.

KOCH, I. G. V. **Ler e compreender**: os sentidos do texto. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2006b.

### LEGISLAÇÃO (TODOS OS CARGOS - EXCETO PARA O CARGO DE ANALISTA CULTURAL – MÚSICA)

#### PROGRAMA

Base Nacional Comum Curricular. Constituição Federal da República Federativa do Brasil – Título VIII, Cap. III, Seção I: Da Educação. Decreto nº 11.079, de 23 de maio de 2022 – Política Nacional para Recuperação das Aprendizagens na Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Diretrizes Curriculares para a Educação Especial na Educação Básica. Lei Complementar Municipal nº 040, de 5 de outubro de 1992 (atualizada) – Artigos 163 e 164. Lei Municipal nº 9.626, de 22 de outubro de 2007 e suas alterações. Lei Municipal nº 12.209, de 26 de junho de 2015 – Plano Municipal de Educação para o decênio 2015/2025. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 – Lei Brasileira de Inclusão

da Pessoa com Deficiência. Parecer CNE/CEB nº 6/2010. Parecer CNE/CEB nº 17/2001. Decreto nº 20.179, de 10 de fevereiro de 2023. Aprova o Código de Ética do servidor público e da alta administração municipal, e suas alterações posteriores. Lei Complementar Municipal nº 40/1992 – Dispõe sobre o estatuto dos servidores públicos do Município de Uberlândia, suas autarquias, fundações públicas e Câmara Municipal, e suas alterações posteriores.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 3 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB nº 6/2010, aprovado em 7 de abril de 2010**. Reexame do Parecer CNE/CEB nº 23/2008, que institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos – EJA, nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA; idade mínima e certificação nos exames de EJA; e Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância. Disponível em: [https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE\\_PAR\\_CNECEBN62010.pdf?query=PLENA](https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_PAR_CNECEBN62010.pdf?query=PLENA). Acesso em: 3 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB nº 17/2001, aprovado em 3 de julho de 2001**. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: CNE, 2001b. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB017\\_2001.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB017_2001.pdf). Acesso em: 3 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Conselho Nacional da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>. Acesso em: 3 jun. 2023.

BRASIL. Ministério de Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Curriculares para a Educação Especial na Educação Básica – MEC**. SEESP, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988**. Título VIII, Cap. III, Seção I. Disponível em: [http://pactoensinomedio.mec.gov.br/images/pdf/constituicao\\_educacao.pdf](http://pactoensinomedio.mec.gov.br/images/pdf/constituicao_educacao.pdf). Acesso em: 3 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto nº 11.079, de 23 de maio de 2022**. Institui a Política Nacional para Recuperação das Aprendizagens na Educação Básica. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2022/decreto/d11079.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/decreto/d11079.htm). Acesso em: 3 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Portal da Legislação: Leis Ordinárias. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm). Acesso em: 3 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Portal da Legislação: Leis Ordinárias. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm). Acesso em: 3 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 3 jun. 2023.

UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal de Uberlândia. **Decreto nº 20.179, de 10 de fevereiro de 2023.** Aprova o Código de Ética do servidor público e da alta administração municipal. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/u/uberlandia/decreto/2023/2018/20179/decreto-n-20179-2023-aprova-o-codigo-de-etica-do-servidor-publico-e-da-alta-administracao-municipal>. Acesso em: 3 jun. 2023.

UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal de Uberlândia. **Lei Complementar Municipal nº 040, de 05 de outubro de 1992.** Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Uberlândia, suas Autarquias, Fundações Públicas e Câmara Municipal. Arts. 163 e 164. Disponível em: [http://servicos.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms\\_b\\_arquivos/16872.pdf](http://servicos.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms_b_arquivos/16872.pdf). Acesso em: 3 jun. 2023.

UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal de Uberlândia. **Lei Municipal nº 9.626, de 22 de outubro de 2007.** Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público do Município de Uberlândia e revoga o art. 11, da Lei Complementar nº 03, de 11 de janeiro de 1991. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/u/uberlandia/lei-ordinaria/2007/963/9626/lei-ordinaria-n-9626-2007-dispoe-sobre-a-contratacao-por-tempo-determinado-para-atender-a-necessidade-temporaria-de-excepcional-interesse-publico-do-municipio-de-uberlandia-e-revoga-o-art-11-da-lei-complementar-n-03-de-11-de-janeiro-de-1991>. Acesso em: 3 jun. 2023.

UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal de Uberlândia. **Lei Municipal nº 12.209, de 26 de junho de 2015.** Aprova o Plano Municipal de Educação para o decênio 2015/2025 e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/u/uberlandia/lei-ordinaria/2015/1221/12209/lei-ordinaria-n-12209-2015-aprova-o-plano-municipal-de-educacao-para-o-decenio-2015-2025-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 3 jun. 2023.

## LEGISLAÇÃO (APENAS PARA O CARGO DE ANALISTA CULTURAL – MÚSICA)

### PROGRAMA

Decreto nº 20.179, de 10 de fevereiro de 2023. Aprova o Código de Ética do servidor público e da alta administração municipal, e suas alterações posteriores.

Dos direitos e deveres individuais e coletivos – Artigo 5º da Constituição Federal; Da cultura – Artigos 215 e 216 da Constituição Federal.

Lei Complementar Municipal nº 40/1992 – Dispõe sobre o estatuto dos servidores públicos do Município de Uberlândia, suas autarquias, fundações públicas e Câmara Municipal, e suas alterações posteriores.

Lei Orgânica do Município de Uberlândia/MG, de 05 de junho de 1990, e suas alterações posteriores.

### REFERÊNCIAS

Decreto nº 20.179, de 10 de fevereiro de 2023. Aprova o Código de Ética do servidor público e da alta administração municipal. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/u/uberlandia/decreto/2023/2018/20179/decreto-n-20179-2023-aprova-o-codigo-de-etica-do-servidor-publico-e-da-alta-administracao-municipal>

Dos direitos e deveres individuais e coletivos – Artigo 5º da Constituição Federal; Da cultura – Artigos 215 e 216 da Constituição Federal. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)

Lei Complementar Municipal nº 40/1992 – Dispõe sobre o estatuto dos servidores públicos do Município de Uberlândia, suas autarquias, fundações públicas e Câmara Municipal. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/estatuto-do-servidor-funcionario-publico-uberlandia-mg>

Lei Orgânica do Município de Uberlândia/MG, de 05 de junho de 1990, e suas alterações posteriores. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/lei-organica-uberlandia-mg>

## **CONHECIMENTOS GERAIS (TODOS OS CARGOS)**

### **PROGRAMA**

Atualidades e conhecimentos gerais do município de Uberlândia, do estado de Minas Gerais e do Brasil, estabelecendo conexões com acontecimentos mundiais. Conhecimentos relativos a aspectos históricos, geográficos, políticos, econômicos, culturais e sociais do município de Uberlândia, do estado de Minas Gerais e do Brasil.

### **REFERÊNCIAS**

CIDADE-BRASIL. Município de Uberlândia. Disponível em: <https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-uberlandia.html>. Acesso em: 7 jun. 2023.

IBGE. Uberlândia. Site eletrônico do IBGE relativo ao Município de Uberlândia. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/uberlandia/panorama>. Acesso em: 7 jun. 2023.

Imprensa escrita, falada, televisiva ou por internet.

Livros de Geografia de Minas Gerais e do Brasil (didáticos, paradidáticos, ensaísticos ou científicos).

Livros de História de Minas Gerais e do Brasil (didáticos, paradidáticos, ensaísticos ou científicos).

UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal de Uberlândia. Site eletrônico oficial. Disponível em: <https://www.uberlandia.mg.gov.br/>. Acesso em: 7 jun. 2023.

UBERLÂNDIA. Câmara Municipal de Uberlândia. Site eletrônico oficial. Disponível em: <https://www.camarauberlandia.mg.gov.br/>. Acesso em: 7 jun. 2023.

## **CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: INTÉRPRETE EDUCACIONAL**

### **PROGRAMA**

Aspectos linguísticos da LIBRAS. Classificadores. Estratégias de tradução do par linguístico LIBRAS / Língua Portuguesa. Aquisição da LIBRAS pela criança surda. Legislação e ética do tradutor intérprete de LIBRAS. Atuação do intérprete no campo educacional. Bilinguismo e educação de surdos. Identidade, cultura e comunidade surda.

### **REFERÊNCIAS**

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm). Acesso em: 12 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015.** Dispõe sobre a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm). Acesso em: 12 jun. 2023.

CAMPELLO, Ana Regina; REZENDE, Patrícia Luiza Ferreira. Em defesa da escola bilíngue para surdos: a história de lutas do movimento surdo brasileiro. **Educar em Revista**, p. 71-92, 2014.

CAPOVILLA, F. C., RAPHAEL, W. D.; MAURÍCIO, A. C. **Novo Deit-Libras:** dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da Língua de Sinais Brasileira. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2010.

NASCIMENTO, M. V. B. Interpretação da Libras para o português na modalidade oral: considerações dialógicas. Tradução & Comunicação. **Revista Brasileira de Tradutores**. v. 24, p. 79-94, 2012. Disponível em: <http://sare.anhanguera.com/index.php/rtcom/article/view/3733/1368>. Acesso em: 12 jun. 2023.

OLIVEIRA, Sonia Marta. A tradução cultural como campo de estudo na formação de tradutores e intérpretes de libras/português. **Revista Espaço**, p. 173-190, 2021.

OLIVEIRA, Sônia Marta. Os currículos de formação de tradutores intérpretes de LIBRAS e os artefatos culturais. **Translatio**, n. 15, p. 159-172, 2018.

QUADROS, Ronice Müller de. **Educação de surdos:** a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.

QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira:** estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SEGALA, Rimar Ramalho. As estratégias de tradução: português escrito para Libras. In: **Revista Brasileira de Vídeo Registros em Libras**. Edição nº 003/2017. [Artigo em Libras publicado em vídeo, 30m12s]. Florianópolis: UFSC, 2017. Disponível em: [revistabrasileiravrlibras.paginas.ufsc.br](http://revistabrasileiravrlibras.paginas.ufsc.br). Acesso em: 12 jun. 2023.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: PROFESSOR DE ENSINO RELIGIOSO

### PROGRAMA

A concepção, fundamentos epistemológicos e pedagógicos, e as diretrizes da área de Ensino Religioso no Documento – Currículo de Referência de Minas Gerais. As ideias de divindades de diferentes manifestações e tradições religiosas. As ideias de imortalidade nas tradições religiosas e filosofias de vida: ancestralidade, reencarnação, ressurreição, transmigração. Espaços e territórios religiosos de diferentes tradições e movimentos religiosos. Manifestações culturais e religiosas: as indumentárias religiosas. Mitos, ritos e símbolos religiosos e suas relações com as práticas celebrativas das tradições religiosas.

### REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf). Acesso em: 9 jun. 2023.

COULIANO, Ioan; ELIADE, Mircea. **Dicionário das Religiões**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

ELIADE, M. **História das crenças e das ideias religiosas**. v. 2: de Gautama Buda ao triunfo do cristianismo. São Paulo: Zahar, 2011.

ELIADE, M. **História das crenças e das ideias religiosas**. v. 3: de Maomé à idade das reformas. São Paulo: Zahar, 2011.

GLOBO LIVROS. **O Livro das Religiões**. São Paulo: Globo Livros, 2014.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Educação. **Currículo Referência de Minas Gerais – CRMG**. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/curriculos\\_estados/documento\\_curricular\\_mg.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/curriculos_estados/documento_curricular_mg.pdf). Acesso em: 9 jun. 2023.

REVISTA SENSO. **Religião e Morte**. 14. ed. 2020. Disponível em: <https://revistasenso.com.br/educacao-14-religiao-e-morte/>. Acesso em: 9 jun. 2023.

WILKINSON, Philip. **Guia ilustrado Zahar: Religiões**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: PROFESSOR DE LIBRAS

### PROGRAMA

Políticas linguísticas para surdos e as línguas de sinais. Educação bilíngue de surdos no Brasil. A formação de professores para atuar na educação de pessoas surdas. Metodologia de ensino da LIBRAS como primeira e segunda línguas (L1 e L2). Aspectos gramaticais da LIBRAS. Legislação. Cultura, comunidade e identidades surdas. Movimento surdo bilíngue. Literatura surda.

### REFERÊNCIAS

BALLOCK, Helen Trefzger; PEDROZA, Clara Ramos; LIMA, Eliane Negreiros de; PEREIRA, Marcello Dias; BRITO, Fernanda Martins de. Literatura Surda: contação de histórias em LIBRAS no ensino e aprendizagem de crianças surdas. *In: Revista Brasileira de Vídeo-Registros em LIBRAS*. Edição nº 005/2020. [Artigo em Libras publicado em vídeo, 29m03s]. Florianópolis: UFSC, 2020. Disponível em: <http://revistabrasileiravrlibras.paginas.ufsc.br>. Acesso em: 9 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm). Acesso em: 9 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 10.436 (2002)**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências. Brasília: Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2002. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm). Acesso em: 9 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Dispõe sobre a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm). Acesso em: 9 jun. 2023.

CAMPELLO, Ana Regina; REZENDE, Patrícia Luiza Ferreira. Em defesa da escola bilíngue para surdos: a história de lutas do movimento surdo brasileiro. **Educar em Revista**, p. 71-92, 2014.

CAPOVILLA, F. C., RAPHAEL, W. D; MAURÍCIO, A. C. **Novo Deit-Libras: dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da Língua de Sinais Brasileira**. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2010.

FELIPE, T. A. **LIBRAS em contexto**. 7. ed. Curso Básico. Rio de Janeiro: MEC/FENEIS, 2007.

PERLIN; REZENDE. **Didática e educação de surdos**. Florianópolis, 2011. Disponível em: [http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoPedagogico/didaticaEEducacaoDeSurdos/assets/489/texto\\_base\\_Didatica\\_2008.pdf](http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoPedagogico/didaticaEEducacaoDeSurdos/assets/489/texto_base_Didatica_2008.pdf). Acesso em: 9 jun. 2023.

QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

QUADROS, Ronice Muller. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artmed, 1997.

## **CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: PROFESSOR DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO**

### **PROGRAMA**

1. Conceitos, fundamentos e especificidades de Educação Inclusiva, Educação Especial: público-alvo, características e papel docente. Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. A escola comum na perspectiva inclusiva. Legislação nacional específica da Educação Inclusiva e Diretrizes Municipais da Educação Especial de Uberlândia. 2. Atendimento educacional especializado: concepção, fundamentos, princípios e aspectos organizacionais, diretrizes operacionais; público-alvo; institucionalização; sala de recursos multifuncionais. Principais eixos. Competências: professor, escola, família. Plano de Atendimento Educacional Especializado: elaboração e execução. Legislação nacional específica da Educação Inclusiva e Diretrizes Municipais da Educação Especial de Uberlândia. 3. Pessoa com deficiência: conceitos e especificidades. AEE: pessoa com surdez, deficiência física, deficiência mental, deficiência visual, deficiências múltiplas, surdo-cegueira, autismo, transtornos globais do desenvolvimento. Direito à igualdade e não discriminação, direito ao atendimento prioritário, direito à educação e acessibilidade no Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/15, de 06 de julho de 2015). Terminologia adequada. Legislação nacional específica da educação inclusiva e Diretrizes Municipais da Educação Especial de Uberlândia. 4. Acessibilidades: conceitos, tipos, fundamentos, especificidades, características, flexibilização e adequações. 5. Língua Brasileira de Sinais e Braille: especificidades, características. Intérprete de Libras e Professor Surdo. Guia Intérprete. 6. Salas de recursos multifuncionais. Recursos acessíveis. 7. Tecnologia assistiva: conceito, organização. Recursos pedagógicos acessíveis e comunicação aumentativa e alternativa. Plano de Atendimento Educacional Especializado: elaboração e execução. Legislação nacional específica da Educação Inclusiva e Diretrizes Municipais da Educação Especial de Uberlândia. 8. Currículo: conceitos, caminhos e fundamentos. O Projeto Político Pedagógico e o AEE. Diretrizes Curriculares de Uberlândia. 9. PDI Plano de Desenvolvimento Individual: estrutura, planejamento, proposta, objetivos, avaliação. Legislação nacional específica da educação inclusiva e Diretrizes Municipais da Educação Especial de Uberlândia. 10. Estrutura e funcionamento dos serviços de Educação Especial na Rede Municipal de Ensino de Uberlândia. Aspectos referentes à Educação Especial a serem contemplados no Projeto Político Pedagógico e Regimento Escolar. 11. BNCC: conceitos, fundamentos, organização. Competências gerais BNCC. As competências socioemocionais e o desenvolvimento das habilidades inclusivas. 12. Processos avaliativos e formativos. Tipos de avaliação. 13. Diversidade, inclusão, exclusão, diferença, igualdade, equidade, preconceito e discriminação: conceitos, características, causas, consequências.

### **REFERÊNCIAS**

ALVES, Denise de Oliveira. **Sala de recursos multifuncionais: espaços para atendimento educacional especializado**. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

BERSCH, Rita; SARTORETTO, Maria Lúcia. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar**. Recursos Pedagógicos Acessíveis e Comunicação Aumentativa e Alternativa. Brasília. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília: MEC/CONSED/UNDIME, 2018. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf). Acesso em: 3 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar**: recursos pedagógicos acessíveis e comunicação aumentativa e alternativa. Mara Lúcia Sartoretto, Rita de Cássia Reckziegel Bersch. v. 6. Coleção A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar Brasília: MEC/SEESP; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Catálogo de Publicações. **Atendimento Educacional Especializado**: surdez, deficiência física, deficiência mental, deficiência visual. Disponível em [http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=860&id=12625&option=com\\_content&view=article](http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=860&id=12625&option=com_content&view=article). Acesso em: 14 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Catálogo de Publicações. **Coleção A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar**: do fascículo 01 ao fascículo 10. Disponível em [http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=860&id=12625&option=com\\_content&view=article](http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=860&id=12625&option=com_content&view=article). Acesso em: 3 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica**. Secretaria da Educação Especial. Brasília, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Estratégias e orientações para a educação de alunos com dificuldades acentuadas de aprendizagem associadas às condutas típicas**. Brasília: MEC; SEESP, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Inclusão. **Revista da Educação Especial**. O Atendimento Educacional Especializado na Educação Inclusiva, v. 5. n. 1. Brasília: SEESP, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Manual de Orientação**: Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais. 2010. Disponível em [chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfefindmkaj/http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_cman&view=download&alias=9936-manual-orientacao-programa-implantacao-salas-recursos-multifuncionais&Itemid=30192](chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfefindmkaj/http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_cman&view=download&alias=9936-manual-orientacao-programa-implantacao-salas-recursos-multifuncionais&Itemid=30192). Acesso em: 14 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Orientação e Mobilidade**: Conhecimentos básicos para a inclusão do deficiente visual. Elaboração Edileine Vieira Machado... [et al]. Coordenadora: Maria Glória Batista da Mota. Brasília: MEC, SEESP, 2003. Disponível em [chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfefindmkaj/http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ori\\_mobi.pdf](chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfefindmkaj/http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ori_mobi.pdf). Acesso em: 14 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília-DF, jan. 2008a. [Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela portaria n. 555/2007].

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Saberes e práticas da inclusão**: desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos surdos. Série: Saberes e práticas da inclusão. 2.ed. Brasília, 2006.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm). Acesso em: 4 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 3 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015**. Dispõe sobre a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm). Acesso em: 4 jun. 2023.

DISCHINGER, Marta. **Manual de acessibilidade espacial para escolas**: o direito à escola acessível. Marta Dischinger; Vera Helena Moro Bins Ely; Monna Michelle Faleiros da Cunha Borges. Brasília: MEC/SEESP, 2009.

FERNANDES, Ana Paula Cunha dos Santos (org.). **Educação especial**: cidadania, memória, história. Belém: EDUEPA, 2017.

GIROTO, Claudia Regina Mosca; POKER, Rosimar Bortolini; OMOTE, Sadao. **As tecnologias nas práticas pedagógicas inclusivas**. Marília (org.): Oficina Universitária. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL (ITS Brasil) **Pesquisa Nacional de Tecnologia Assistiva**. Jesus Carlos Delgado García; Teófilo Alves Galvão Filho. São Paulo: ITS BRASIL/MCTI-SECIS, 2012.

ILLERIS, K. (org.). **Teorias Contemporâneas da Aprendizagem**. Porto Alegre: Penso, 2013.

JÚNIOR, Francisco Varder Braga. **Atendimento educacional especializado para o estudante com transtorno do espectro autista**. Francisco Varder Braga Júnior (org.) Mossoró: EdUFERSA, 2018. Disponível em [chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfindmkaj/https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/581305/2/Atendimento%20educacional%20especializado%20para%20o%20estudante.pdf](https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/581305/2/Atendimento%20educacional%20especializado%20para%20o%20estudante.pdf). Acesso em: 14 jun. 2023.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **A avaliação da aprendizagem escolar**. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2013. Disponível em <https://fliphtml5.com/xvkas/grtn/basic/>. Acesso em: 14 jun. 2023.

MACEDO, Elizabeth. Base Nacional Comum para Currículos: direitos de aprendizagem e desenvolvimento para quem? **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 36, n. 133, p. 891-908, out./dez. 2015.

MANZINI, Eduardo José. **Portal de ajudas técnicas para educação**: equipamento e material pedagógico especial para educação, capacitação e recreação da pessoa com deficiência física: recursos para comunicação alternativa. [2. ed.] Eduardo José Manzini, Débora Deliberato. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

MERCADO, Elisângela Leal de Oliveira; FUMES, Neiza de Lourdes Frederico. **Base Nacional Comum Curricular e a Educação Especial no Contexto da Inclusão Escolar**. 10º Encontro Internacional de Formação de Professores. 11º Fórum Permanente Internacional de Inovação Educacional. Disponível: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6840103/course/section/6338020/MERCADO%20e%20FUMES.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2023.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Educação. **Currículo Referência de Minas Gerais – CRMG**. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/curriculos\\_estados/documento\\_curricular\\_mg.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/curriculos_estados/documento_curricular_mg.pdf). Acesso em: 9 jun. 2023.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação Básica. **Guia de Orientação da Educação Especial na rede estadual de ensino de Minas Gerais**. 2014. Disponível em [chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfindmkaj/https://srefabricianodivep.files.wordpress.com/2019/02/guia-da-educac3a7c3a3o-especial-mg-versc3a3o3-atualizada.pdf](https://srefabricianodivep.files.wordpress.com/2019/02/guia-da-educac3a7c3a3o-especial-mg-versc3a3o3-atualizada.pdf). Acesso em: 14 jun. 2023.

MINAS GERAIS. Secretaria do Estado de Educação. Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação Básica. **Plano de Desenvolvimento Individual do Aluno.** Disponível: <https://acervodenoticias.educacao.mg.gov.br/images/documentos/Diretrizes%20para%20constra%C3%A7%C3%A3o%20do%20PDI%20e%20PAI.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2023.

PORTAL DA EDUCAÇÃO. **Conceitos e Características da deficiência visual.** Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/direito/conceitos-e-caracteristicas-da-deficiencia-visual/44645>. Acesso em: 14 jun. 2023.

ROPOLI, Edilene Aparecida. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar:** a escola comum inclusiva. Edilene Aparecida Ropoli *et al.* Brasília: MEC/SEESP; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010.

SARTORETTO, Mara Lúcia; SARTORETTO Rui. **Atendimento educacional especializado e laboratórios de aprendizagem:** o que são e a quem se destinam. Disponível em [http://assistiva.com.br/AEE\\_Laborat%C3%B3rios.pdf](http://assistiva.com.br/AEE_Laborat%C3%B3rios.pdf). Acesso em: 14 jun. 2023.

SARTORETTO, Mara Lúcia. **A Educação Especial na perspectiva da inclusão escolar:** recursos pedagógicos acessíveis e comunicação aumentativa e alternativa. Mara Lúcia Sartoretto, Rita de Cássia Reckziegel Bersch. Brasília: MEC/SEESP; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010.

UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal de Uberlândia. **Diretrizes Curriculares Municipais de Uberlândia.** Disponível em: <https://www.uberlandia.mg.gov.br/prefeitura/secretarias/educacao/diretrizes-curriculares-municipais/>. Acesso em: 14 jun. 2023.

UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal de Uberlândia. **Diretrizes Municipais da Educação Especial de Uberlândia.** Uberlândia, 2020. Disponível em: <http://docs.uberlandia.mg.gov.br/wp-content/uploads/2020/02/DCMs-Educa%C3%A7%C3%A3o-Especial.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2023.

UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal de Uberlândia. **Lei nº 11.444, de 24 de julho de 2013.** Institui a rede pública municipal pelo direito de ensinar e de aprender no Município de Uberlândia e dá outras providências. Disponível em: <http://leismunicipa.is/vgphq>. Acesso em: 14 jun. 2023.

UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal de Uberlândia. **Lei Municipal nº 12.209, de 26 de junho de 2015.** Aprova o Plano Municipal de Educação para o decênio 2015/2025 e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/u/uberlandia/lei-ordinaria/2015/1221/12209/lei-ordinaria-n-12209-2015-aprova-o-plano-municipal-de-educacao-para-o-decenio-2015-2025-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 3 jun. 2023.

VEIGA, I. P. A. **Projeto Político-Pedagógico da escola:** uma construção possível. 10. ed. Campinas-SP: Papirus, 2000.

SILVA, Regiane F. Práticas e Desafios da Educação Inclusiva. **Guia do Educador Inclusivo.** 2022. Disponível em: [chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/http://www.amankay.org.br/educadorinclusivo/imagens/educador\\_inclusivo\\_capitulo1.pdf](chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/http://www.amankay.org.br/educadorinclusivo/imagens/educador_inclusivo_capitulo1.pdf). Acesso em: 14 jun. 2023.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: ANALISTA CULTURAL – MÚSICA

### PROGRAMA

Princípios normativos da Lei de Incentivo à Cultura. Princípios normativos da Lei Paulo Gustavo. Planejamento e gestão de projetos. Conceitos em torno da noção de música e cultura. Políticas públicas e cultura. Propriedade intelectual e as práticas musicais tradicionais. História e características das práticas musicais afro-diaspóricas. História e características das práticas musicais urbanas

tradicionais: samba, choro e banda civil de música. Aspectos históricos da Música Popular Brasileira. Instrumentos da família das cordas, madeiras, metais e percussão.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Samuel. Música e políticas públicas para a juventude: por uma nova concepção de pesquisa musical. *In: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música*. [26]. **Anais...** Brasília, 2006, pp. 216-219.

BRASIL. Lei Complementar nº 195, de 08 de julho de 2022. Dispõe sobre apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para garantir ações emergenciais direcionadas ao setor cultural. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**, 2022.

BRASIL. Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991. Institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**, 1991.

CARVALHO, José Jorge de. 'Espetacularização' e 'canibalização' das culturas populares na América Latina. **Anthropológicas**, ano 14, v. 21. 2010, pp. 39-76.

CARVALHO, José Jorge de. Metamorfoses das tradições performáticas afro-brasileiras: de patrimônio cultural a indústria de entretenimento. *In: LONDRES, Cecília et al. Celebrações e saberes da cultura popular: pesquisa, inventário, crítica, perspectivas*. Rio de Janeiro: Funarte/Iphan/CNFCP, pp. 65-83, 2004.

CASTAGNA, Paulo. **A música urbana de salão no século XIX**. Apostila de História da Música Brasileira Instituto de Artes da UNESP. Disponível em: [https://www.academia.edu/1082767/A\\_M%C3%9ASICA\\_URBANA\\_DE\\_SAL%C3%83O\\_NO\\_S%C3%89\\_CULO\\_XIX](https://www.academia.edu/1082767/A_M%C3%9ASICA_URBANA_DE_SAL%C3%83O_NO_S%C3%89_CULO_XIX). Acesso em: 14 jun. 2023.

COSTA, Manuela Areias. Música e história: um estudo sobre as bandas de música civis e suas apropriações militares. *In: Tempos Históricos*, 15, 2011, pp. 240-260.

CUNHA Manuela Carneiro da. **Cultura com aspas**. São Paulo: Cosac&Naife, 2009.

DAHLHAUS, Carl; EGGBRECHT, Hans. **Que é a música?** Lisboa: Texto e Grafia, 2009.

FLORENCE, G. Filder. **A Handbook of Orchestration**. New York: E. P. Dutton & Co., 1921.

MAMMI, Lorenzo. **Antes da era do rádio: as origens da MPB**. Disponível em: <http://histdamuspop.blogspot.com/2012/04/antes-da-era-do-radio-as-origens-da-mpb.html>. Acesso em: 14 jun. 2023.

MOURA, D. G.; BARBOSA, E. F. Modelo de Plano de Projeto orientado pelo Escopo. *In: MOURA, D. G.; BARBOSA, E. F. Trabalhando com Projetos: planejamento e gestão de projetos educacionais*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2006. Disponível em: [http://www.tecnologiadeprojetos.com.br/banco\\_objetos/%7B228E90E8-4727-4F53-9ABD-601EE7C5AE50%7D\\_modelo%20de%20planejamento.pdf](http://www.tecnologiadeprojetos.com.br/banco_objetos/%7B228E90E8-4727-4F53-9ABD-601EE7C5AE50%7D_modelo%20de%20planejamento.pdf). Acesso em: 14 jun. 2023.

SANDRONI, Carlos. Propriedade intelectual e música de tradição oral. **Cultura e Pensamento**, 2007, pp. 65-80.

TINHORÃO, José Ramos. **Os sons que vêm da rua**. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2013.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: PROFESSOR DE CIÊNCIAS DA NATUREZA

### PROGRAMA

1. Moléculas fundamentais: Carboidratos; lipídios; proteínas; vitaminas; ácidos nucleicos. 2. Biologia celular: células eucariontes e procariontes; processos de trocas entre os meios interno e externo da célula; divisões celulares (mitose e meiose); metabolismo celular (fotossíntese, quimiossíntese, fermentação e respiração). 3. Taxonomia: categorias taxonômicas e regras da nomenclatura. 4. Zoologia: histologia; morfologia e sistemática de animais invertebrados e vertebrados; principais doenças causadas por animais invertebrados; sistemas do corpo humano; infecções sexualmente transmissíveis e métodos contraceptivos. 5. Botânica: histologia; classificação e características principais dos grupos vegetais (briófitas, pteridófitas, gimnospermas e angiospermas); fisiologia das angiospermas. 6. Microbiologia: vírus, bactérias, fungos e protozoários (estrutura, reprodução e principais doenças). Importância ecológica e econômica de bactérias, algas e fungos. 7. Genética: código genético e mutações; leis de Mendel; análise de heredogramas; herança dos grupos sanguíneos; biotecnologia e engenharia genética; heranças autossômicas e ligadas ao sexo. 8. Evolução: origem da vida; evidências da evolução; teorias de Lamarck e Darwin; teoria sintética da evolução; especiação. 9. Ecologia: componentes abióticos e bióticos; habitat e nicho ecológico; relações intraespecíficas e interespecíficas; ecossistemas aquáticos e terrestres; ciclos biogeoquímicos; biomas brasileiros; fluxo de energia nos ecossistemas; relações tróficas: níveis, cadeia e teias; pirâmides ecológicas; sucessão ecológica; dinâmica populacional; principais tipos de agressões ao meio ambiente e suas soluções. 10. Ciências da natureza: tópicos obrigatórios e complementares do Conteúdo Básico Comum (CBC) do Ensino Fundamental do 6º à 9º ano.

### REFERÊNCIAS

- ALBERTS, B. *et al.* **Biologia molecular da célula**. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.
- BARNES, R. D. *et al.* **Zoologia dos invertebrados**. 7. ed. Roca, 2005.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília: MEC/CONSED/UNDIME, 2018. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_-versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf). Acesso em: 3 jun. 2023.
- BEGON, M. *et al.* **Ecologia de indivíduos a ecossistemas**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- GRIFFITHS, A. J. F. *et al.* **Introdução à genética**. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.
- JUNQUEIRA, L. C., CARNEIRO, J. **Histologia Básica**. 13. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.
- MADIGAN, M. T. *et al.* **Microbiologia de Brock**. 14. ed. Porto Alegre: Artmed, 2016.
- MOYES, C. D. *et al.* **Princípios de Fisiologia Animal**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- NEVES, D. P. *et al.* **Parasitologia Humana**. 11. ed. São Paulo: Atheneu, 2005.
- POUGH, F. H. *et al.* **A vida dos Vertebrados**. 4. ed. São Paulo: Atheneu, 2008.
- RAVEN, P. H. *et al.* **Biologia vegetal**. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.
- RIDLEY, M. **Evolução**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- TAIZ, L. *et al.* **Fisiologia vegetal**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

### PROGRAMA

Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais. Currículo Referência de Minas Gerais. Pedagogia da Autonomia. Organização Curricular, saberes escolares e proposta pedagógica. Habilidades e Eixos Temáticos da Educação Física. O esporte como grande fenômeno da sociedade moderna. A História da Educação Física e do esporte no Brasil: panorama, perspectivas e proposta. A Educação Física como área de conhecimento escolar. Princípios pedagógicos. Unidades temáticas e conteúdos específicos da Educação Física. Didática na Educação Física. Motricidade humana. Psicomotricidade. Educação Física e inclusão escolar: relações étnico-raciais, gênero, pessoa com deficiência. A integração escolar e social da pessoa com deficiência. Conhecimentos fisiológicos do corpo em movimento. Fisiologia do exercício para saúde, aptidão e desempenho. Anatomia humana. Planejamento das aulas de Educação Física. Instrumentos avaliativos das aulas de Educação Física. Relação da Educação Física com o lazer e educação. Iniciação Esportiva Universal. Ensino de jogos / brincadeiras, esportes, danças, ginástica, lutas, expressão corporal, lazer e Educação Física escolar. Práticas corporais e de aventura. Saúde, alimentação e qualidade de vida.

### REFERÊNCIAS

- ALVES, Ubiratan Silva. **Educação Física Escolar**. São Paulo: Avercamp, 2014.
- BARBOSA, Cláudio Luis de Alvarenga. **Educação Física e didática**. 4. ed. Petrópolis-RJ: Vozes; 2014.
- BRACHT, V. Corporeidade, cultura corporal, cultura de movimento ou cultura corporal de movimento? In: NÓBREGA, T. P. (Org.). **Epistemologia, saberes e práticas da educação física**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília: MEC/CONSED/UNDIME, 2018. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_-versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf). Acesso em: 3 jun. 2023.
- CAMINHA, Renato Maiato. **A Prática Cognitiva na Infância e na Adolescência**. Novo Hamburgo-RS: Sinopsys, 2017.
- CAMPOS, C. M. **Saberes docentes e autonomia dos professores**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2007.
- DARIO, Suraya Cristina; RANGEL, Irene Conceição Andrade. **Educação Física na Escola: implicações para a prática pedagógica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.
- FILHO, Lino Castellani. **Educação Física, esporte, lazer: reflexões nada aleatórias**. Autores Associados. Edição de bolso, 2013.
- FINCK, Silvia Christina Madrid. **A educação física e o esporte na escola: cotidiano, saberes e formação**. 2. ed. Curitiba: Ibpex, 2011.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GONZÁLEZ, Fernando Jaime; FRAGA, Alex Branco. **Afazer da Educação Física na Escola: planejar, ensinar, partilhar**. Entre nós: anos finais do ensino fundamental. v. 3. Erechim: Edelbra, 2012.
- GRECO, P. J.; BENDA, R. (org.). **Iniciação Esportiva Universal**. v. 1. Da aprendizagem motora ao treinamento técnico. Editora Universitária/UFGM, 1998.

- GRECO, Pablo Juan. **Iniciação Esportiva Universal**. v. 2. Metodologia da iniciação esportiva na escola e no clube. Editora Universitária/UFMG, 1998
- GRECO, Pablo Juan; ROMERO, Juan J. Fernandez. **Manual de Handebol**: da Iniciação ao alto nível. São Paulo: Phorte, 2012.
- HAYWOOD, Kathleen M.; GETCHELL, Nancy. **Desenvolvimento motor ao longo da vida**. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2016.
- JUNIOR, José Roulien de Andrade. **Futsal**: aquisição, inicialização e especialização. Curitiba: Juruá, 2007.
- JUNIOR, Wanderley Marchi; CARON, Ana Elisa Guginski. **Introdução ao Ensino do Voleibol**. Curitiba: InterSaberes, 2019.
- LEUCAS, Cláudia Barsand de. **Educação física e inclusão**. Presença Pedagógica. Belo Horizonte, v. 18, n. 104, p. 22-27 mar./abr., 2012.
- MALANCHEN, J. **Cultura, conhecimento e currículo**: contribuições da pedagogia histórico-crítica. Campinas-SP: Autores Associados, 2016.
- MASSENA, Anita. **Eventos e Competições Esportivas**: planejamento e organização. 2012.
- MC ARDLE, Willian D.; KATCH, Frank I.; KATCH, Victor L. **Fisiologia do exercício**. Energia, nutrição e desempenho humano. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.
- MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Educação. **Currículo Referência de Minas Gerais – CRMG**. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/curriculos\\_estados/documento\\_curricular\\_mg.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/curriculos_estados/documento_curricular_mg.pdf). Acesso em: 9 jun. 2023.
- ELO, Victor Andrade de. **História da Educação Física e do Esporte no Brasil**. São Paulo: Ibrasa, 2006.
- PASTRE, Taís Glauce Fernandes de Lima; PASTRE, Marcelo. **Basquetebol**: elementos para um processo de ensino-aprendizagem. Curitiba: InterSaberes, 2021.
- PLOWMAN, S. A.; SMITH, D. L. **Fisiologia do exercício para saúde, aptidão e desempenho**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.
- PERRENOUD, P. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
- SASSAKI, R. K. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 5. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2003.
- SOBOTTA. **Atlas de Anatomia Humana. 3 vols**. 24. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018.
- UNESCO. Fisiologia do exercício. **Cadernos de referência de esporte**, 2. Brasília: Fundação Vale, UNESCO, 2013. 74 p.
- VAGO, Tarcísio Mauro. Pensar a educação física na escola: para uma formação cultural da infância e da juventude. **Cadernos de Formação RBCE**, v. 1, n. 1, 2009.
- VIEIRA, S.; FREITAS, A. **O que é Atletismo**: história, regras, curiosidades. Rio de Janeiro: Casa da Palavra/COB, 2007.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: PROFESSOR DE GEOGRAFIA

### PROGRAMA

Dimensões do conhecimento geográfico: compreensão do espaço geográfico como resultado das relações entre a sociedade e a natureza, bem como da dinâmica resultante da relação entre ambos.

Conceitos norteadores da Geografia: território, paisagem, natureza, lugar e região. Correntes do pensamento geográfico. Cartografia (orientação e localização, fusos horários e projeções cartográficas, convenções cartográficas e sensoriamento remoto). Geologia (estrutura interna da Terra, dinâmica das placas tectônicas, agentes internos e estrutura geológica). Geomorfologia (dinâmica externa do relevo, formas e unidades de relevo). Pedologia (solos, processos erosivos e conservação dos solos). Clima (fatores e elementos do clima, circulação atmosférica, zonas climáticas da Terra, climogramas fenômenos e mudanças climáticas). Vegetação (vegetação mundial e brasileira, caracterização das formações vegetais, biodiversidade e degradação). Problemas ambientais e degradação ambiental. Hidrografia (conceitos fundamentais, bacias hidrográficas brasileiras e as grandes questões hídricas). População (crescimento e distribuição da população, teorias demográficas e estrutura da população, migrações e indicadores sociais). Organização do espaço rural (subordinação do campo à cidade, sistemas agrícolas, agropecuária, Revolução Verde, transgênicos, agronegócio, estrutura fundiária e reforma agrária). Organização do espaço urbano (urbanização mundial e brasileira, problemas sociais e ambientais urbanos). Indústria (evolução, classificação e modelos de industrialização, principais regiões industriais do Brasil e do mundo). Globalização, o comércio multilateral e blocos econômicos. Os recursos minerais e a economia; recursos energéticos e recursos hídricos. Recursos energéticos. Transportes. Conflitos internacionais contemporâneos. Regionalização brasileira (Regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul).

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia, ciência da sociedade**: uma introdução à análise do pensamento geográfico. São Paulo: Atlas, 1987.
- ARAÚJO, R. **Geografia Geral e Brasil**: paisagem e território. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1997.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília: MEC/CONSED/UNDIME, 2018. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf). Acesso em: 3 jun. 2023.
- CASTELLAR, Sonia Maria Vanzella; PAULA, Igor Rafael. O papel do pensamento espacial na construção do raciocínio geográfico. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, 10(19), 294–322. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.46789/edugeo.v10i19.922>. Acesso em: 3 jun. 2023.
- COELHO, Marcos de Amorim. **Geografia geral**: o espaço natural e socioeconômico. 3. ed. São Paulo: Moderna, 1992.
- MAGNOLI, Demétrio. **Geografia**: a construção do mundo. Geografia geral do Brasil. São Paulo: Moderna, 2005.
- MORAES, Paulo Roberto. **Geografia**: geral e do Brasil. São Paulo: Harbra, 2003.
- OLIVA, J.; GIANANTI, R. **Espaço e modernidade**: temas da geografia mundial. São Paulo: Atual, 1996.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.
- ROSS, J. L. S. (Org). **Geografia do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2008.
- SENE, Eustáquio de. **Globalização e Espaço Geográfico**. São Paulo: Contexto, 2003.
- SILVEIRA, Laura; SANTOS, Milton. **Território e Sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- VISENTINI, José William; VLACH, V. **Geografia Crítica**: geografia do mundo industrializado. v. 3. São Paulo: Ática, 1998.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E 1º AO 5º ANO

### PROGRAMA

Alfabetização, letramento e conhecimentos da Língua Portuguesa. Base Nacional Comum Curricular. Diversidade, inclusão e relações étnico-raciais na educação. Educação como direito. Legislação brasileira e políticas públicas para a educação. O cuidar e o educar na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental. O ensino de Matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Organização do trabalho pedagógico na Educação Básica. Planejamento e avaliação da aprendizagem na Educação Básica.

### REFERÊNCIAS

BATISTA, Antônio Augusto Gomes *et al.* **Avaliação diagnóstica da alfabetização**. Coleção Instrumentos da Alfabetização, 3. Belo Horizonte CEALE/FAE/UFMG, 2005. 88 p. Disponível em: [http://www.ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/files/uploads/instrumentos%20da%20alfabetiza%C3%A7%C3%A3o/Col-Instrumentos-03\\_AvaliacaoDiagnostica.compressed.pdf](http://www.ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/files/uploads/instrumentos%20da%20alfabetiza%C3%A7%C3%A3o/Col-Instrumentos-03_AvaliacaoDiagnostica.compressed.pdf). Acesso em: 14 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília: MEC/CONSED/UNDIME, 2018. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf). Acesso em: 3 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei Federal nº 9.394/1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília-DF, 1996. Versão atualizada. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm). Acesso em: 14 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>. Acesso em: 14 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. **Caderno 2: a criança no ciclo de alfabetização**. Brasília: MEC, SEB, 2015. Disponível em: <http://pacto.mec.gov.br/materiais-listagem/item/57-a-crianca-no-ciclo-de-alfabetizacao>. Acesso em: 14 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. **Caderno 7: alfabetização matemática na perspectiva do letramento**. Brasília: MEC, SEB, 2015. Disponível em: <http://pacto.mec.gov.br/materiais-listagem/item/62-caderno-7-alfabetizacao-matematica-na-perspectiva-do-letramento>. Acesso em: 14 jun. 2023.

CASTANHEIRA, Maria Lúcia; MACIEL, Francisca Isabel Pereira; MARTINS, Raquel Márcia Fontes (Org.). **Alfabetização e letramento na sala de aula**. Belo Horizonte: Autêntica: Ceale, 2008.

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. **Métodos e didáticas de alfabetização: história, características e modos de fazer de professores: caderno do professor**. Coleção Alfabetização e Letramento Belo Horizonte: CEALE/FAE/UFMG, 2005. 72 p. Disponível em: [http://www.ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/files/uploads/Col.%20Alfabetiza%C3%A7%C3%A3o%20e%20Letramento/Col%20Alf.Let.%2008%20Metodos\\_didaticas\\_alfabetizacao.pdf](http://www.ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/files/uploads/Col.%20Alfabetiza%C3%A7%C3%A3o%20e%20Letramento/Col%20Alf.Let.%2008%20Metodos_didaticas_alfabetizacao.pdf). Acesso em: 14 jun. 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não**: cartas a quem ousa ensinar. São Paulo: Editora Olho d'Água, 1997.

PANIZZA, M. **Ensinar matemática na educação infantil e nas séries iniciais**: análise e propostas. Tradução Antônio Feltrin. Porto Alegre: Artmed, 2006.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa**: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.